



Diagramação e Capa:
Cláudio Somacal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G914s Guareschi, Pedrinho A
Sociologia crítica: alternativas de mudança /
Pedrinho Guareschi. – 61ª ed. – Porto Alegre : Mundo
Jovem, 2008
168 p. – (Cadernos Emejota, v.2)
ISBN 978-85-7430-626-1
1. Sociologia. I. Série. II. Título.
CDD 301

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Processamento Técnico da BC-PUCRS

ÍNDICE

	Apresentação	07
	Introdução	11
Cap. I	Teoria e Ciência	16
Cap. II	Ideologia	19
Cap. III	Sociologia: teorias e ideologias	25
Cap. IV	Sociedade: sistema ou modo de produção?.	35
Cap. V	A teoria do modo de produção	40
Cap. VI	Capitalismo	48
Cap. VII	Socialismo	54
Cap. VIII	Comunismo	59
Cap. IX	Ampliando o quadro	64
Cap. X	Classe social	74
Cap. XI	Infra-estrutura e superestrutura: suas relações	82
Cap. XII	Os aparelhos de reprodução da sociedade	90
Cap. XIII	O aparelho ideológico do direito	94
Cap. XIV	O aparelho ideológico da escola	99
Cap. XV	O aparelho ideológico da família	111
Cap. XVI	O aparelho ideológico das igrejas	117
Cap. XVII	O aparelho ideológico dos sindicatos	123
Cap. XVIII	O aparelho ideológico das cooperativas	130
Cap. XIX	O aparelho ideológico da comunicação	136
Cap. XX	Os meios de comunicação e o massacre da cultura	142
Cap. XXI	Notícias: as belas mentiras	146
Cap. XXII	Propaganda-publicidade “atenção para nossos comerciais”	150
Cap. XXIII	A Comunicação alternativa	156
Cap. XXIV	A força da Utopia	161
	Conclusão	166

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento este trabalho do professor e padre Pedrinho A. Guareschi.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul faz questão de estar presente na produção científica rio-grandense e brasileira, lançando ao mercado do livro mais esta obra de Pedrinho Guareschi. Em Sociologia Crítica – Alternativas de Mudança, professores, estudantes e agentes sociais encontrarão ricos subsídios para a consolidação de seus conhecimentos.

Possuímos, do mesmo autor, em 11ª edição, Comunicação e Poder, editado pela Vozes.

Pedrinho Guareschi é pessoa ligada à PUCRS desde o início de sua carreira. Foi aqui que ele cursou pós-graduação em Sociologia. Recomendado pela PUC, ele obteve, posteriormente, nos Estados Unidos, seus títulos de Mestrado e Doutorado. No ensino, na pesquisa, bem como na orientação de teses e dissertações, ele marcou o Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE) e diversos outros Institutos da Universidade.

Seu novo livro é uma tentativa de desvendar o oculto incrustado nas instituições e ideologias que se formam no decorrer dos tempos. O enfoque crítico que procura dar à análise dos diversos aparelhos e instituições enfatiza a preocupação em profundidade das diferentes facetas e meandros dos problemas sociais. Neste sentido, contribui para desfazer os aspectos acidentais dos fenômenos, dando oportunidade a possibilidades de mudanças necessárias ao desenvolvimento de qualquer nação.

Como os outros trabalhos do professor Guareschi, também este será acolhido pelas pessoas interessadas no social e certamente concorrerá para a elaboração de melhores condições em favor de nosso povo em processo de desenvolvimento.

Porto Alegre, 10 de outubro de 1984.

Ir. Ernesto Dewes

Fundador e ex-diretor do IESPE/PUC

Um agradecimento especial a Roque Dal Ross e Ivonilda Hansen pelas excelentes críticas feitas ao livro, incorporadas a partir da 5ª edição.

Uma homenagem a Leonilda Buzzi – exemplo de humanidade, educadora autêntica, amiga profunda.

INTRODUÇÃO

Temos recebido inúmeras cartas de professores, estudantes, pessoas ligadas a um trabalho de base, agentes de pastoral e outros, solicitando-nos indicações e fontes para discussões de temas sociológicos. Diziam ter lido os artigos do jornal Mundo Jovem, e gostariam de desenvolver temas dentro do enfoque e na metodologia que costumávamos usar.

Ao mesmo tempo, a direção do Mundo Jovem incentivou a idéia de lançar uma série de livros, sobre diversos assuntos, juntando os muitos tópicos já discutidos no jornal, enfeixando-os num só volume. Insistiu que organizássemos esse volume com os assuntos referentes à sociologia.

Levado por essas razões, resolvemos deixar algumas atividades e colocar em dia esse compromisso assumido com os colegas do Mundo Jovem.

Os tópicos sociológicos que aqui discutimos possuem, contudo, uma característica diferente. Muita coisa do que vocês vão ver aqui, não vão encontrar em outro lugar. É que Mundo Jovem não deve nada a ninguém e não precisa esconder as coisas. Se quiséssemos resumir as características dessas "pílulas sociológicas" poderíamos dizer que elas se distinguem pelos seguintes fatores:

- a) É uma sociologia que se propõe dizer o que, em geral, não é dito; é uma sociologia do escondido, do velado, do oculto (propositadamente ou não).
- b) Procura tornar claras, passar a limpo as coisas mais complicadas; quer ser simples, popular, sem deixar de ir às raízes dos problemas, isto é, é uma sociologia popular, mas radical.
- c) É uma sociologia pensada, principalmente, para quem

quer mudar, para quem quer transformar a realidade. A maioria dos trabalhos sociológicos, que possuímos, têm, implícita ou explicitamente, intenção de explicar apenas as coisas, compreender como funcionam. Nossa intenção é explicar e compreender como as coisas funcionam e mais um pouco: ver como é possível mudá-las. Mesmo porque só compreende, perfeitamente, uma coisa quem é capaz de mudá-la.

- d) É uma sociologia dirigida à ação. Não separa o pensar do agir, mesmo porque é impossível separar estas duas coisas sem nos alienarmos.
- e) É uma sociologia questionadora, uma sociologia que procura mais fazer a pergunta, montar uma discussão, do que dar imediatamente a resposta. Por isso mesmo ela se presta muito para discussão.
- f) É uma sociologia ligada ao dia-a-dia, ao cotidiano. É o que você encontra momento a momento em sua vida, o que o cerca, o que o rodeia.
- g) Por tudo isso escolhemos para designar o nosso enfoque a palavra "crítica". É uma tentativa duma sociologia crítica, como vai explicado no capítulo 3.

Os capítulos tratam, separadamente, de cada assunto, mas entre eles há uma ligação lógica. Para se compreender bem o seguinte, seria interessante ter discutido os anteriores. Quando possível, nós avisaremos o capítulo a que se refere a discussão, quando isso for necessário para o bom entendimento.

Para simplificar ao máximo a leitura, não vamos colocar citações no decorrer dos assuntos.

A maioria dos capítulos, porém, é resultado de nossa experiência em trabalhos, tanto com alunos, como com grupos populares das periferias de Porto Alegre. Foi no meio do povo, na provocação dele, que fomos amadurecendo muitos pontos que aqui foram discutidos. A experiência com o povo foi muito boa para nós,

pois o povo não necessita esconder e encobrir nada. Ele não deve nada a ninguém. Enfrenta a coisa como a coisa é mesmo.

Ninguém pense que os assuntos aqui discutidos são completos e terminados. Isso vai contra toda a argumentação que procuramos desenvolver. O que se quer discutir são apenas alguns tópicos, com palavras claras e simples, dizendo o que, em geral, não se diz, pensando sempre nos grupos de ação, constituídos por pessoas simples, de boa vontade, comprometidos com a maioria de nossa população brasileira.

Alguém poderá dizer que essas colocações são primárias, infantis, superficiais, ou mesmo incompletas.

Tudo isso poderá ser verdadeiro, dependendo do ângulo pelo qual as coisas são analisadas. Por exemplo: em vez de primárias, a gente poderia dizer que as colocações são radicais, são o fundamento primeiro de tudo.

Em vez de superficiais, a gente poderia dizer que são simples, populares, diretas.

Em vez de infantis, a gente poderia dizer que o que se deseja é que todos entendam, principalmente o povo simples, que não sejam colocações sofisticadas, rebuscadas.

Em vez de incompletas, poder-se-ia dizer que o que se quis foi acentuar uma determinada dimensão. Na realidade, são colocações incompletas, pois nunca é possível dizer tudo sobre alguma coisa. Sempre fica faltando algo. Nós temos um objetivo específico: ver o essencial, e comunicá-lo à gente do povo.

Um adjetivo que nós não gostaríamos que fosse usado para designar nosso trabalho é o que dissesse que essas discussões não ajudam a mudar as coisas. A experiência que se tem é que essas discussões deixam as coisas claras para o povo, e ajudam o povo a se organizar para mudar. Agora, quem quiser dizer que isso não funciona, primeiro tem de experimentar, tem de colocar em prática, fazer a experiência.

E agora, por favor, se não funcionar, então escreva-nos dizendo, e tente ver por que, talvez, não funcionou. E se você achar uma maneira de como as coisas funcionaram, deram certo, por favor, conte-nos, pois isso é, realmente, o que nos interessa. Muita gente já escreveu, discutiu, explicou os problemas todos; mas pouquíssimos conseguiram mudar as coisas, melhorar a vida humana em sociedade.

Um adendo para a 43ª edição:

Muita coisa ocorreu após a 1ª edição desse livro. Eu mesmo não fazia idéia de que esse livro, escrito com rapidez, mas com paixão, fosse causar-me tantas surpresas e criar alguns impasses. Milhares de pessoas (mais de 100 mil) leram e certamente se inspiraram nesse livro. Vou lembrar alguns lances e episódios interessantes que sucederam, e que poderão servir de inspiração, penso eu, aos queridos leitores/as, no trabalho de construção de uma sociedade mais democrática e participativa:

- O livro acabou sendo traduzido em inglês, espanhol e em italiano. Quem o traduziu foram pessoas ligadas a movimentos alternativos, como os que trabalham com trabalhadores migrantes, jovens, grupos de estudantes, trabalhadores do social.

- Em Assunção, no Paraguai, o livro foi proibido nas escolas, mas circulava fotocopiado entre professores e alunos, e ajudou a mudar a direção de ao menos uma faculdade, onde o autoritarismo funcionava a pleno vapor.

- Um candidato a vereador de uma das maiores capitais do país pediu mil livros, e fez sua campanha para vereador discutindo os diversos capítulos do livro: foi o segundo vereador mais votado da Capital!

- Um dia telefonou-me um cego, dando-me os parabéns, pois finalmente podia entrar em contato com uma sociologia que realmente valia a pena: estava lendo o livro em braile. Nem eu sabia que existia cópia para deficientes visuais ...

- Um bispo de uma diocese do Norte do Brasil cada vez que vinha

para o sul, levava uns 200 exemplares. Todos os grupos de base da diocese faziam a análise da realidade a partir dele.

- Numa cidade do interior criou-se uma verdadeira guerra entre as alunas do curso de magistério e os advogados da cidade. O que detonou o conflito foi o capítulo sobre o direito (Cap. XIII). Os advogados queriam intervir na escola, pois ensinava-se "subversão" às "meninas". Só porque elas se tinham dado conta do fato de que o importante, quando se fala em poder numa sociedade, não é o que está escrito nas leis, mas quem cria as leis... Os "doutores" (por que só os advogados... e os médicos se chamam de "doutores", e os outros não?) dentro de uma visão positivista e arcaica de direito, perceberam que seu mundo de status e prestígio estava sendo minado por uma visão histórica e crítica, mostrando a relatividade das leis. Tive de mandar um fax, em defesa da escola e das "meninas", que tinham deixado os "doutores" tão preocupados...

E assim poderiam ser elencados muitos outros fatos semelhantes. O que espero e faço votos é que essa edição, um pouco mais limpa e ajeitada, continue, em sua simplicidade, a ajudar os que possuem um compromisso com a justiça e a solidariedade, a fim de que, com mais consciência e eficiência, consigamos uma sociedade socialmente igualitária, culturalmente plural, politicamente democrática, economicamente justa.

CAPÍTULO I

TEORIA E CIÊNCIA

Uma das palavras mais usadas e, ao mesmo tempo, mais complexas é a palavra teoria. É difícil você escutar algum discurso de gente mais "fina" sem que essa palavrinha não apareça aqui ou ali. Então vamos discutir essa palavrinha, mesmo porque não há ninguém que consiga viver sem teorias. É isso mesmo. Vamos ver isso.

No dia-a-dia da vida, a gente vai vendo fatos, acontecimentos um a um, singulares. São milhares de fatos que eu vejo por dia: um acidente, um homem escutando rádio, uma criança que morre. Acontece que a gente, mesmo sem se dar conta, começa a descobrir semelhanças entre os diversos fatos, isto é, vai juntando os fatos. Por exemplo: percebe que a maioria dos acidentes se dá nos dias de chuva: então liga acidente com chuva. Percebe que o homem, em geral, está escutando esporte: junta homem escutando esporte no rádio. Percebe que as crianças que morrem são sempre crianças pobres, dificilmente morre uma criança de gente rica: junta morte de criança com pobreza.

O que você está fazendo, quando começa a descobrir semelhanças entre fenômenos, entre fatos? Você está fazendo uma generalização, ou uma lei. Assim, você está começando a descobrir e formular leis: 1) A chuva dá ocasião a acidentes. 2) Os homens escutam principalmente esporte no rádio. 3) A pobreza propicia a morte de crianças.

Você já sabe agora o que é generalização, ou lei: é a descoberta de relações (semelhanças, contrastes) mais ou menos constantes entre os fatos. É claro que as leis não são totais, ou absolutas, isto é, sempre há alguma exceção. Algumas leis são bastante gerais, muito constantes, acontecem 99% das vezes. Outras são menos gerais, acontecem apenas em 60 ou 70% dos casos. Mas há uma relação entre os fatos na maioria das vezes.

Que é teoria?

Teoria é um conjunto de leis que procuram explicar a realidade, os fatos concretos, singulares. Quando existem algumas generalizações, ou leis, sobre determinada realidade (a marginalização da população, por exemplo), há uma teoria. Está vendo, pois, que teoria não é nenhum mistério. E se pensar um pouco, vai ver que a gente está lotado de teorias, pois sem nos darmos conta, nós vamos criando generalizações, leis, a respeito de muitos assuntos. Qual a teoria sobre os americanos, por exemplo? Muito simples: quem vê o "Fantástico" todo o domingo já tem sua teoria: os americanos são ricos, são mais inteligentes do que nós (pois só mostram coisas lindas e gente que sabe muito), são melhores do que nós (pois fazem coisas "fantásticas", maravilhosas), enfim, são uma espécie de semideuses. Agora, quer saber quem são os brasileiros para os americanos? Bem simples: são uma turma de gente esquisita. O que sabem fazer é jogar futebol e pular carnaval, e... falam espanhol. Pergunte a quem já esteve lá e veja se isso é verdade ou não. Por que isso? Porque as informações que são dadas a eles são informações selecionadas, falsificadas, distorcidas. Para eles, nós somos um grupo de gente "exótica", um bicho meio raro (Confira o capítulo XX).

Você está vendo? Aqui há dois exemplos de teorias sobre um povo. Mas assim é a respeito de tudo. A gente bebe teorias, respira teorias, come teorias, a gente começa a mamar teorias com o leite materno. Todos os preconceitos, os estereótipos, que nós possuímos, no fundo são tipos de teorias. Se eu olho para uma pessoa e penso assim: "Bem, baixinho, gordinho, fala bastante... já sei: vai acabar naquilo!" O que aconteceu? Eu me guiei por experiências passadas, isto é, eu tenho um tipo padrão (uma teoria) sobre determinadas pessoas com essas características e estou agora julgando de antemão, pré-julgando, uma pessoa que possui as mesmas características. Isso é preconceito. E muitas vezes a gente se engana redondamente. Mas, na maioria das vezes, agimos de acordo com nossos preconceitos.

Um trabalho extremamente útil para todos nós é começarmos a questionar as teorias que temos sobre os determinados assuntos ou pessoas. Só é realmente livre aquele que conhece suas teorias, aquele que sabe porque pensa assim ou procura continuamente se revisar.

Que é ciência?

Podemos dar um passo à frente, agora, e dizer que ciência é um conjunto de teorias (que, por sua vez, são um conjunto de leis) que tentam explicar a realidade. Não há, pois, nenhum mistério. Quando há um determinado número de teorias sobre determinado assunto (física, química, psicologia, sociologia), diz-se que há uma ciência sobre tal assunto.

Pelo que se viu até agora, percebe-se que tanto as leis, como as teorias, e conseqüentemente a ciência, não dizem tudo sobre a realidade. As leis e teorias são relativas, contingentes, incompletas. Isso é importante ter presente para a gente não se assustar quando alguém chega até nós e diz, com a boca cheia: "mas isso é uma teoria científica!" Então nós devemos, com calma, perguntar a ele o que ele entende por teoria, quais as leis que compõem tal teoria e ver se, realmente, essas leis explicam a realidade, toda a realidade, ou apenas parte da realidade. Ele vai ter de mostrar então os estudos, as pesquisas, para mostrar que é assim mesmo.

Nenhuma lei explica todos os fenômenos ou o fenômeno todo; nenhuma teoria explica todos os fatos, ou o fato todo. Todas as leis e teorias são parciais. Diz-se, então, que uma lei é tanto mais científica, ou uma teoria é tanto mais científica, quanto mais fatos, ou quanto mais do fato, ela explica.

Como você pode ver, é preciso ter cuidado com as teorias e ver o "vazio" que elas deixam para trás. Esse vazio, às vezes, não pode ser mesmo preenchido. Algumas vezes ele pode ser preenchido, mas é deixado incompleto de propósito. Isto é, há interesses em se deixar uma coisa mal explicada, pois do contrário ela poderá nos prejudicar.

Isso que acabamos de dizer é o que se chama de "ideologia", que é o capítulo seguinte. É fundamental descobrir a ideologia que há por trás das teorias. Isso nós vamos tentar fazer em quase todos os capítulos. Veja, principalmente, os capítulos sobre Sociologia, Sociedade, Escola e outros. Vamos, então à ideologia.

CAPITULO II

IDEOLOGIA

O assunto ideologia é tão amplo e tão complexo, que o melhor é começar tentando dizer o que é ideologia, ir dando uns exemplos. Cada um vai, aos poucos, tentando compreender, ver, na prática, como a ideologia acontece.

A ideologia não significa mais o que por sua etimologia deveria significar, isto é, estudo das idéias. Passou a significar coisa bem diferente e a ter uma figura negativa e pejorativa. Acontece que alguns ainda usam a palavra "ideologia" para significar o conjunto de idéias, valores e maneira de pensar de pessoas e grupos, isto é, no seu sentido positivo.

Então é preciso distinguir bem. Ideologia pode significar:

- 1) O estudo das idéias (sentido etimológico).
- 2) Conjunto de idéias, valores, maneira de sentir e pensar de pessoas e grupos (sentido positivo).
- 3) Idéias erradas, incompletas, distorcidas, falsas sobre fatos e a realidade (sentido crítico, ou negativo).

Daqui para frente nós só vamos usar a palavra ideologia no último sentido, isto é, como uma maneira errada de ver as coisas.

Vamos então discutir algumas coisas sobre como e porque as pessoas podem ter idéias erradas sobre as coisas. Será que é culpa delas? Quem pode dizer que não tem ideologia?

Para entender isso, é preciso ver como nós ficamos sabendo das coisas e quem é que nos diz as coisas. É preciso ver se aqueles que nos dizem as coisas, não nos dizem apenas metade das coisas, ou só um jeito de ver as coisas.

Você já pensou por que você acha que é o que é? Por que se define como, sendo estudante, brincalhão, rapaz, bom jogador de futebol? Quem ensinou para você as palavras, quem deu as definições das palavras “estudante”, “brincalhão” etc.? Aí você começa a ver que nós somos, em grande parte, o que os outros nos dizem, ou acham que somos. E na medida em que nós vamos incorporando e aceitando o que os outros pensam e acham a nosso respeito, nós vamos formando nossa identidade.

É claro que não é só isso que forma nossa identidade. Nós podemos também refletir, tomar consciência do processo de como a gente é o que é, e tentar mudar. Mas em grande parte nós ficamos condicionados à influência dos outros, inclusive pelo fato de termos de aceitar a própria linguagem e as definições das coisas que os outros nos deram.

Agora começa, contudo, a parte mais importante, que nos ajuda a entender o que é ideologia. Você acha que todas as definições, todas as explicações das coisas são dadas sempre com sinceridade, procurando sempre dizer a verdade e toda a verdade? Será que por trás das definições das coisas (inclusive do próprio conceito que os outros fazem de nós), atrás das explicações que as pessoas dão para as coisas, não há algum interesse em esconder algo, em acentuar alguns aspectos e diminuir outros?

Pois é isso que precisamos descobrir. E quando nós chegarmos a constatar que as coisas não são exatamente como no-las estão contando, então nós estamos diante de ideologias. Quem é inteligente e vivo fica sempre de olho para descobrir como as pessoas, se não chegam a mentir de fato, ao menos dizem apenas parte da verdade. Vamos dar uns exemplos, que assim a gente vai entendendo melhor.

Conversando com uma empregada doméstica, ela me disse: “Rico é aquela pessoa que soube poupar”. Você acha que isso é verdade? Todas as pessoas que pouparam são ricas? E todos os ricos são pessoas que pouparam?

Você pode facilmente descobrir que não. Rico é aquele que ganha muito dinheiro. Se você recebe o salário-mínimo pode

poupar quanto quiser, que não acaba rico nunca. Examinando melhor, a gente vai ver que os grandes ricos, mesmo, são aqueles que são donos de fábricas e terras, que se enriquecem em grande parte com o trabalho dos outros. Nós sabemos (o Papa Leão XIII diz isso claramente) que a única fonte das riquezas é o trabalho humano. Trabalhando, a pessoa pode, então, enriquecer. Mas nunca chegar a ser muito rico. Para alguém ser muito rico, precisa fazer com que outros trabalhem para ele, precisa pegar parte do trabalho dos outros.

Mas por que, então, se insiste tanto em que se deve poupar, a tal ponto que algumas pessoas acabam acreditando que é poupando que a gente fica rico? Isso é assim ao menos por dois motivos: primeiro, para dar uma explicação para as pessoas que têm pouco, que são pobres; para dizer a elas que são pobres porque não pouparam; os outros são ricos porque pouparam. Aí elas ficam bem quietas e ficam sabendo que a culpa é delas mesmas. Segundo, para que elas, apesar do pouco que tenham, ainda façam, assim ao menos uma poupança, pois pela sua poupança muitos outros vão enriquecer, principalmente os donos dos bancos, cadernetas de poupança etc. Com essa poupança o governo vai poder construir grandes obras, emprestar dinheiro a grandes indústrias, enfim, a poupança do pequeno vai ajudar o grande a ganhar mais dinheiro.

Uma outra frase parecida com essa é a que se ouve seguidamente entre os trabalhadores: “Quem trabalha mais e melhor ganha mais”. Você pode ver claramente que essa é só meia verdade. Ele ganha realmente um pouco mais. Ao mesmo tempo se culpa por ganhar pouco. Acha que ganha pouco porque trabalha pouco ou trabalha mal. Ele não percebe que atrás disso há também a lei do salário mínimo, que não depende dele. Mesmo que trabalhasse 24 horas por dia, ainda sairia ganhando pouco. Uma outra afirmação muito comum, que se encontra escrita em colégios, é a seguinte: “Quem estuda, triunfa”. Foi feita uma pesquisa entre os jovens e lhes foi perguntado: “É verdade que quem estuda, triunfa?”. O resultado foi que 90% responderam sim. Agora, essa afirmação se encontra redondamente desmentida pelos fatos e pela realidade. Em pesquisas, se constatou que a possibilidade de um

filho de operário entrar na universidade é de apenas 5%, ao passo que a de filhos de classes mais ricas e profissões liberais é de 80%! O que está escondido na afirmação acima é que quem pode estudar, entrar na universidade, pagar os estudos, já triunfou!

Se você abrir um jornal, qualquer jornal, vai ver imediatamente muitas meias-verdades, em cada página. Os jornais publicam só o que querem e onde querem.

A gente não pode dizer que eles mentiram. Talvez tudo o que está no jornal tenha acontecido. O problema é que o jornal, conforme sua ideologia, seleciona o que quer, combina com o que quer e publica o que quer. E nós saímos acreditando que o jornal diz toda a verdade... Antes de ler o jornal, a gente precisa saber que ideologia tem esse jornal...

Você está vendo como o problema da ideologia é complicado e como ele é importante? Apenas uma coisinha para terminar:

-Você já se perguntou se você mesmo não é o que você pensa que é, porque os outros lhe botaram isso na cabeça? Será que você já se deu conta de quem fez sua cabecinha, quem deu a definição de você mesmo para você? Há muita gente que nem sabe quem são seus pais "ideológicos", que é ideologicamente bastardo... Só com muita reflexão e consciência crítica você será realmente você, você será livre, você saberá porque é assim, e essa verdade o libertará.

Gostaria de terminar com um ponto bastante importante. Você já conversou com alguma pessoa pobre, algum favelado?

Se você tentar descobrir o que ele pensa dele mesmo, vai ver que a imagem que ele tem de si mesmo é bastante negativa. Ele acha que não presta, que é ignorante, que é mau, que vale menos que o pessoal "de bem", isto é, os que sabem ler e escrever, são ricos, vivem no centro da cidade. Eles, os favelados, são "da vila".

Agora, será que isso é verdade mesmo? Os "da vila", "da favela", são piores, têm menos dignidade que os outros? Ou será que os "do centro", que têm os jornais, as rádios, as TVs, isto é, que têm "a voz e a vez" não estarão dando a definição negativa e pejorativa para os da periferia? Será que a própria escola, os Meios de Comunicação Social, e até mesmo certas religiões e certos pregadores não estão a serviço dos que têm o poder e, para eles se garantirem no poder, não estão tentando dizer para os outros que os das vilas, das periferias não prestam, são menos? Veja você como isso é importante: se você consegue convencer alguém de que ele não presta, vale menos, é ignorante etc., você pode dominar totalmente essa pessoa, pois ela já está dominada "na alma", "na consciência". Ela mesma já não vai querer subir, exigir mais, ter os mesmos direitos que os outros, pois ela já está convencida de que vale menos! Essa pessoa assim definida e convencida nunca mais vai dar trabalho para as outras pessoas! Ela interiorizou a imagem negativa que fazem dela os que têm poder e acabou acreditando na história de que ela, afinal, vale menos mesmo!

Através da linguagem e da comunicação, que também são produções históricas, são transmitidos significados, representações e valores existentes em determinados grupos: é a ideologia do grupo. A reprodução ideológica se manifesta através de representações que a pessoa elabora sobre si mesma, sobre os homens, a sociedade, a realidade, enfim, sobre tudo aquilo a que implícita ou explicitamente são atribuídos valores: certo-errado, bom-mau, verdadeiro-falso.

A ideologia está presente na superestrutura, que são as instituições políticas, jurídicas, morais (veja o capítulo X). Já no plano psicológico individual, as ideologias se reproduzem em função da história da vida e da inserção específica de cada pessoa.

Essas colocações podem espantar alguém e levá-lo a pensar que não há remédio, que estamos condenados a sermos presas das ideologias. Mas não é assim.

No plano pessoal, o indivíduo pode se tornar consciente ao detectar as contradições entre as representações que existem na

sociedade ou no plano superestrutural, e as atividades específicas que ele desempenha na produção de sua vida material.

Há uma dominação ideológica que se dá em plano sociológico e ela é detectada pela análise das relações existentes entre classes sociais (veja o capítulo X). A dominação ideológica que se dá no plano individual é detectada na análise das instituições que prescrevem os papéis sociais, as funções de cada pessoa, e acabam determinando as relações sociais de cada indivíduo.

O processo de conscientização se desencadeia tanto a nível de consciência pessoal como a nível de consciência de classe. A consciência de classe é um processo grupal e se manifesta quando indivíduos conscientes de si se percebem sujeitos das mesmas determinações históricas que os tornaram membros de um mesmo grupo. Inseridos nas relações de produção que caracterizam a sociedade num dado momento. Isso pode levar a um processo de conscientização de si e conscientização social. De outro lado, o indivíduo consciente de si necessariamente tem também consciência de pertencer a uma classe. Mas enquanto indivíduo, esta consciência se processa transformando tanto suas ações como a ele mesmo.

Os dois níveis deverão estar interligados. Poderá existir um indivíduo consciente num grupo alienado, mas essa posição é dolorosa e não é sustentável por muito tempo. Cedo ou tarde ele precisará se decidir.

SOCIOLOGIA: TEORIAS E IDEOLOGIA

Uma das primeiras discussões que, naturalmente, devemos fazer é sobre o que é sociologia. Muitos de vocês já sabem, certamente, o que é. Nós vamos dar uma pequena explicação, e depois mostrar que há diversos tipos de sociologias, e dizer que tipo de sociologia nós queremos promover, ou que sociologia achamos melhor para nosso trabalho.

Sociologia é uma palavra formada de outras duas: "socius", que em latim significa companheiro, sócio; e "lógos", que, em grego, significa estudo. Sociologia significa, pois, em sua origem, estudo do social, ou da sociedade, ou de tudo o que se refira a mais pessoas, não a uma só. Sempre que se falar, então, em grupos de pessoas, em sociedades, em organizações sociais, em sistemas, e sempre que houver alguma coisa que implique mais pessoas, a sociologia terá alguma coisa a ver com o assunto.

Agora, há diversos tipos de sociologia. Nós queremos desenvolver e incentivar um tipo especial de sociologia, como nós já dissemos na introdução. Para que essa nossa sociologia responda aos interesses que colocamos, ela não pode ser de qualquer tipo. Você lembra que nós afirmamos que queríamos uma sociologia do escondido, uma sociologia que vai às raízes (radical), uma sociologia que não apenas explique como é, mas que ajude a mudar, uma sociologia que leve à ação, uma sociologia que provoque, uma sociologia do presente, do agora.

Para ser tudo isso, ela tem de ser especial. Normalmente, quando se fala em sociologia, se pensa logo em levantamentos de dados, em pesquisas, em estatísticas, gráficos, grande número de tabelas. Isso tudo pode ajudar a sociologia, mas a sociologia é um pouco mais que isso, ao menos a sociologia que nos vai interessar. Mas para caracterizar bem isso, nós precisamos fazer agora um parêntesis e explicar uma coisa importante, que será fácil de entender porque nós já comentamos (capítulo I) o que é teoria. Se

você ainda não leu ou discutiu o que é teoria, dê primeiro uma olhadela para aquele capítulo. Então vai ser simples entender o que se quer dizer aqui.

Dois grandes teorias em Sociologia

Falando de uma maneira geral, nós poderíamos dizer que existem duas grandes teorias que são como se fossem as mães, ou as matrizes de todas as outras teorias que guiam as pessoas na sociedade. Seriam como que duas grandes cosmovisões, duas maneiras diferentes de encarar a realidade, o mundo e (o que nos interessa aqui) de encarar o social, a sociedade.

1) A teoria positivista-funcionalista

A primeira corrente tem diversos nomes. Nós vamos explicando os nomes que foram dados a essa corrente, ou teoria, e vamos vendo por que foi dado esse nome, e o que isso implica. O nome mais comum dessa teoria é, talvez, o de teoria positivista. Positivismo é uma palavra que vem do latim, do particípio passado do verbo pôr, colocar; em latim o particípio passado é "positum", que quer dizer posto, colocado. Essa teoria é chamada de positivismo porque ela supõe, implica, ou pressupõe, que a realidade é o que está aí, isto é, a realidade é o que está colocado, posto, na nossa frente. A realidade se resume, pois, no que nós vemos, apalpamos, no que existe aí. É muito importante pensar bem sobre isso, e ver se não é isso, justamente, o que nós achamos que é a realidade. Pergunte a você mesmo, nessas alturas, o que é realidade para você? E você vai ver que talvez a resposta vai ser mais ou menos parecida com essa definição.

Um outro nome que se dá a essa teoria é de teoria funcionalista. Esse nome já acrescenta alguma coisa à teoria anterior, mas não a modifica fundamentalmente. O positivismo diz que a realidade é o que está aí e o funcionalismo acrescenta que a realidade, e, principalmente, a sociedade, é o que está aí também, mas o que está aí estruturado numa forma especial: tudo o que está aí forma um sistema organizado, em que tudo tem sua função (daí o fato de se escolher essa palavra como a melhor para explicar a teoria). Na prática, pois, tudo o que existe tem sua função. Não há nada que não tenha sua função. Se existe, deve ter uma função. E

essa função é para alguma coisa, isto é, dirigida para o todo, que no caso pode ser o sistema social, ou qualquer sociedade ou organização. Aqueles que seguem essa teoria enxergam o mundo todo organizadinho. Não há nada sobrando. E eles costumam dizer que a sociedade é como se fosse um organismo (por isso essa teoria é chamada também de *organicismo*), ou como se fosse um corpo vivo (por isso um outro nome que lhe dão é de *biologismo*). Eles transpõem para os grupos humanos a maneira de ser do mundo material. Como na natureza, no mundo, tudo tem sua função, assim também na sociedade: todos têm sua função. Assim como numa árvore há galhos, tronco, raízes, assim também na sociedade: alguns são os galhos, outros o tronco e outros raízes. Houve até um sociólogo americano que disse que a pobreza era importante, essencial, para a sociedade, pois ela tinha também suas funções.

Alguns sociólogos, como o americano Robert Merton, perceberam que era um pouco exagerado dizer que tudo tem sua função. Robert então disfarçou um pouco a coisa, e disse que havia também disfunções, isto é, coisas que podiam atrapalhar e coisas sem função. Mas, no fundo, essas disfunções, ou não-funções, iriam desaparecer e tudo voltaria ao normal, num organismo social equilibrado.

Já que falamos em equilíbrio, é importante prestar atenção nisso agora: o pressuposto (isto é, aquilo que não é dito, mas é aceito) da teoria positivista-funcionalista é de que tudo está organizado, tudo está equilibrado e tudo procura uma harmonia. Para eles o normal (e por isso mesmo, o bom: veja o aspecto ético) é que a coisa funcione. Se funciona, é bom. Se não funciona, não é bom; algo está errado, não presta. Pela sua própria natureza, tudo deveria se equilibrar, tudo deveria chegar a uma perfeita harmonia: o "happy end" dos filmes de far-west americanos.

Como você já percebeu, há também um aspecto ético nessa teoria. Implícito na teoria está o que é bom e o que não é bom. Para essa teoria, é bom tudo o que funciona, tudo o que leva ao equilíbrio. Tudo o que desequilibra, ou não concorre para a harmonia do todo, não presta. Por isso sempre que alguém queira mexer ou mudar alguma coisa, esse alguém está fazendo algo que

não serve, que não presta. O ideal é tudo permanecer sempre como está.

Mais uma consideração: como os que patrocinam essa teoria vêem a *mudança*? Aqui está um ponto muito interessante. Para eles, só pode haver mudança se a coisa toda mudar, isto é, se a coisa deixar de existir. Mudança, para eles, é sinônimo de morte, e só pode vir de fora. Pois se a sociedade é como um corpo, o normal é que funcione, isto é, que viva. Para viver, tem de funcionar, para poder continuar. Se deixar de funcionar, e isso é ruim, pois o corpo (a sociedade) deixa de existir. Para os que defendem essa teoria, é impossível uma mudança que venha de dentro, pois seria algo contra a própria natureza da coisa, que, por si mesma, deve funcionar e ser sempre o que é. Mudança, para eles, só pode vir de alguém que queira destruir, ou matar o que existe.

Só para terminar: essa teoria é conhecida também por alguns outros nomes, que são significativos. Alguns a chamam de teoria *absolutista*, pois essa teoria resume a realidade ao que está aí e nada fora do que está aí existe. Além disso, para a teoria, cada grupo é absoluto, fechado sobre si mesmo. O sistema está organizado de tal modo que ele se explica a si mesmo: as partes em função do todo, tudo girando ao redor do centro, caminhando para o equilíbrio e a harmonia. O resto do mundo pode deixar de existir, que não há problema.

Outro nome que alguns ainda dão a essa teoria é o de teoria *acadêmica*. Esse "apelido" já é um pouco malicioso, mas sugestivo. Qualquer sistema, para poder sobreviver, tem de se garantir, de se legitimar, de se explicar. Essa teoria, pois, para se garantir, tem de montar alguns mecanismos que a sustentem. E o mecanismo principal é a própria academia, ou o conjunto todo da educação: universidades, escolas. Nesses lugares, o principal é justamente formar a mentalidade, fazer a cabeça das pessoas. Ora, a maneira principal de fazer as cabeças é fazer com que as pessoas aceitem determinada teoria, principalmente se a teoria for uma como a que acabamos de explicar, que diz que a sociedade e a realidade é o que está aí, que nada fora do que está aí existe, e que isso que está aí, para ser bom, deve continuar a funcionar como é,

como está. Se essa teoria, ou essa mentalidade, essa cosmovisão, é inculcada nas cabeças e aceita por todas as pessoas, a própria sociedade está garantida, não há mais problemas. Tudo vai permanecer como está, e para sempre. Por isso, a academia, ou as escolas, são uma peça fundamental em qualquer sociedade onde a teoria positivista-funcionalista está em vigor. É preciso garantir a coisa na própria explicação da sociedade, ou melhor, na própria definição do que é a *realidade*. Se eu já defino a realidade como sendo isso que está aí, já tenho um grande caminho andado, e já não vai haver muitos problemas mais tarde, quando alguns mais afoitos, ou meio esquisitos ou anormais (como são chamados) quiserem ou tentarem perguntar se não se pode mudar o que está aí...

Uma última coisinha, que penso que você está percebendo: a quem poderá interessar tal teoria? A quem pode ajudar tal teoria? Qual a ideologia por trás dessa teoria? Veja você: se eu digo que a realidade é o que está aí, e o que está aí é o melhor, e isso que está aí deve continuar sempre assim, a quem isso pode interessar? É evidente: interessa a quem está por cima, pois eles estão muito bem, obrigado, e se a coisa continuar sempre assim, será sempre bom para eles que vão continuar sempre no bem-bom. Por isso eles patrocinam tanto essa teoria, pois é a garantia para eles continuarem sempre por cima. E, por isso, se chega mesmo a definir a realidade (veja você, a *realidade*) como o que está aí, para que ninguém possa nem tentar imaginar que as coisas possam ser diferentes daquilo que está aí (pois se alguém quiser algo diferente do que está aí, estaria querendo algo irreal e mau, pois o que está aí é o que funciona e, para ser bom, tem de funcionar como está aí).

Que tal? Qual a sua teoria? O que é a sociedade e a realidade para você? Você está vendo a força e a importância que têm as teorias? Pode-se até afirmar, de maneira geral, que quem domina as teorias, domina a sociedade, pois quem domina as teorias domina as possibilidades de pensar, ou não pensar, diferente. E se você nem consegue pensar diferente, nunca você pode chegar a querer mudar, ou desejar algo diferente.

2) A teoria histórico-crítica

Mas existe alguma outra maneira de ver as coisas? Existiria outra teoria, que implicasse numa outra cosmovisão, numa outra maneira de se ver, entender e explicar o mundo? Pensamos que sim, apesar de ser pouco divulgada pois ela é muito perigosa, principalmente em nossa sociedade.

Que nomes a gente poderia dar a essa outra teoria?

Um dos melhores nomes é o de teoria histórica, e vamos ver por que. Quando se fala em história, ou histórico, a primeira coisa que vem à mente da gente é de algo que passa de algo transitório. História é o que tem a ver com antes, durante ou depois.

Mas qual é o pressuposto (isto é, o que é aceito, sem se dizer que se aceita, ou sem se dar conta que se aceita) dessa teoria? O pressuposto é que "tudo o que é criado é histórico". Acho que não há dificuldade em se aceitar tal pressuposto, pois é quase que uma definição da coisa mesma: o que é criado não é eterno, apareceu, e vai desaparecer. Por isso mesmo, é precário, transitório, isto é, histórico.

Vamos para a frente. Todo o criado é histórico. Se é histórico, é relativo. Acho que isso também pode ser aceito, pois é consequência: se é histórico, é relativo ao menos quanto ao tempo, isto é, houve um tempo em que não era, ou haverá um tempo em que não será.

Mais à frente: tudo o que existe é histórico. Se é histórico, é relativo. Bem, se é relativo, não é absoluto. Um é o oposto do outro. Se não é absoluto, falta algo para que ele se complete, isto é, é incompleto, contém em si mesmo a sua incompletude, não é total. Isso quer dizer que para uma coisa ser total e completa, ela precisa de algo mais. Esse algo mais é o que nós chamaremos do seu "negativo". Não "negativo" no sentido que negue a coisa, mas no sentido de completar a totalidade dessa coisa.

Está complicado? Mas fique firme, pois aqui está o segredo de tudo, e aqui está o segredo e o novo dessa nova maneira de

ver as coisas. Nós vimos que um dos nomes que se dá à outra teoria (positivista-funcionalista) é o de teoria absolutista. E isso porque a outra teoria não leva em consideração esse fato importante de que tudo é incompleto, tudo é relativo, tudo é histórico. E, sem querer, a gente vai criando uma mentalidade de absolutizar as coisas e não perceber que tudo é precário, tudo contém em si mesmo algo de vazio, algo que ainda precisa ser preenchido. Essa teoria histórica fica, pois, continuamente nos provocando e chamando a atenção para essa coisa fundamental e importante: ainda há algo para ser feito, para ser completado. Ainda há o "não completo", ou o "negativo" da coisa, pois tudo é histórico. Se você ouve uma fala dum presidente, por exemplo, e vê tantas coisas "maravilhosas" que são ditas e descritas, você não absolutiza as coisas, mas você pensa assim: bem, isso que está sendo dito é algo positivo, mas há ainda muita coisa que ele não disse, ou não quer dizer, ou nem percebe que precisa ser dito. Às vezes, o que não é dito é muito mais do que o que é dito para se poder entender a coisa como ela deveria ser entendida ou compreendida.

Essa postura histórica desmistifica as coisas todas, deixa as pessoas bem mais atentas e alertas. Se eu digo, por exemplo, para uma pessoa que ela é inteligente, eu estou dizendo ao mesmo tempo que ela é não-inteligente, isto é, que ela não é a inteligência completa e absoluta. A pessoa que diz, e principalmente a que escuta, se comporta bem diferentemente diante de tal afirmação. Isso fica mais claro ainda com aquela famosa anedota que ajuda a ilustrar muito bem os dois tipos de mentalidade: o rapaz chega para a mocinha e lhe diz, muito romântico: - Bem, como você está linda hoje!

-Muito obrigada, responde a moça, toda feliz. E acrescenta: Pena que eu não possa dizer a mesma coisa de você!

-Não tem importância, responde o rapaz bem depressa. Faça como eu: minta!

Essa anedota revela duas mentalidades bem diferentes. Ou melhor, revela um tipo de mentalidade, o da pessoa ingênua, absolutizadora. No momento em que o rapaz afirmou que ela era

linda, ela logo absolutizou as coisas. Absolutizou, certamente, sua beleza. Achou-se “a beleza” absoluta; não se deu conta de que por mais linda que ela fosse, nunca seria a beleza total: poderia ser uns 90%, mas nunca 100%. Mas o que ela absolutizou, principalmente, foi a afirmação do rapaz: ela não incorporou à sua maneira de ver o mundo a possibilidade de as pessoas dizerem o contrário do que pensam. Ela achou que quando alguém diz algo, diz sempre convencido do que diz, e fala sempre de acordo com a sua verdade. E essa mentalidade dá no que deu...

Se a moça tivesse uma visão histórica, ela poderia responder assim: “Muito obrigada! Sou bonita a seus olhos, caso você não esteja mentindo... Mas eu não sou a beleza absoluta. E tem mais: eu posso me tornar mais bonita ainda ... você ainda não viu tudo”.

Um outro nome muito bom para essa teoria é o de teoria crítica. Crítica vem do grego “krinein” que significa (julgar). Você já assistiu a algum julgamento? Pois em qualquer julgamento você vai ver sempre duas partes: alguém que acusa, e outro que defende. Por definição, é preciso que existam essas duas partes. A justiça é simbolizada, por isso mesmo, com uma balança na mão. É verdade que muitas vezes ela é cega, ou se faz de cega, para fazer algum prato da balança pesar mais, mas não deveria ser assim. É impossível imaginar uma balança com um lado só, não é verdade? Pois isso é julgar, “krinein”.

Pois bem, possui uma visão crítica aquela pessoa que de antemão, isto é, antes mesmo de ver, ouvir ou ler qualquer coisa, tem essa convicção íntima e profunda de que tudo o que é histórico possui ao menos dois lados; que nada é absoluto, total; que é preciso ver os dois lados da coisa: a versão da polícia e a do bandido. Mas isso é assim por definição. A visão crítica é como se fosse um hábito, um costume, algo que sempre se deve fazer, em qualquer circunstância e em qualquer momento.

Essa teoria tem também mais alguns nomes. Um deles é o de teoria utópica (veja o capítulo XXIV sobre utopia). Utópico, ou ucrônico, como se costuma dizer mais frequentemente hoje em

dia, é algo que ainda não existiu no espaço, ou em algum lugar (“topos” que em grego é lugar), ou algo que ainda não existiu no tempo (“krónos” em grego é tempo), mas que poderá existir. E esse futuro também pertence à realidade. A realidade não se restringe, pois, ao aqui e agora, mas é também tudo o que existirá, e está ainda em germe, em gestação, no presente. O conceito de realidade, dentro dessa teoria, é bem mais amplo do que o conceito de realidade da teoria positivista-funcionalista. A teoria histórico-crítica incorpora dentro do conceito de realidade o projeto, o futuro. E isso faz das pessoas um tipo diferente de gente: gente aberta ao futuro, gente de visão profética, e transformadora. O que virá também faz parte da realidade e é objeto de nosso trabalho e nossa luta. São pessoas totalmente diferentes em suas mentalidades e em suas ações. As pessoas de mentalidade positivista-funcionalista, ou de mentalidade absolutizadora, são pessoas castradas, sem projeto e sem futuro. Resumem-se ao aqui e agora. Estão cercadas e fechadas no presente. Não conseguirão nunca quebrar o círculo fechado e férreo do sistema em que vivem.

As pessoas de mentalidade histórico-crítica, ao contrário, são pessoas que incorporam na definição de realidade o futuro e a mudança. A mudança faz parte da própria teoria. Para essa teoria, a mudança é sempre possível, na medida em que a coisa se completa. Sendo que as coisas não estão nunca prontas, acabadas, elas vão mudando na medida em que vão se aperfeiçoando, em que vão superando a contradição interna que existe em todas as coisas, pelo fato mesmo de não serem totais e acabadas.

Agora você mesmo pode responder a uma pergunta bem simples: a quem interessa uma teoria histórico-crítica? É evidente que interessa a toda a pessoa que deseja ver a coisa global, a toda pessoa que não está contente com o que está aí apenas, a toda pessoa que deseja algo diferente, melhor. Os que lutam por algo melhor, só poderiam se guiar por uma teoria que incorpora a mudança e a esperança de algo diferente. Quem deseja um mundo novo, encontra nessa cosmovisão os elementos necessários para um trabalho e uma luta de renovação e transformação. Dentro do presente já estão em gestação as sementes duma nova sociedade.

Que tipo de sociologia nós gostaríamos de promover e patrocinar?

Evidentemente, uma sociologia histórico-crítica. Uma sociologia relativizadora, que mostra a precariedade e a transitoriedade de tudo o que é social. Só assim poderemos ver a totalidade da coisa. Uma sociologia que mostra o outro lado das coisas também, uma sociologia que faça ver o que se passa por trás dos bastidores. Somente a sociologia histórico-crítica nos dará elementos para podermos fazer um papel de desmistificação do que está aí, mostrando a precariedade de tudo o que existe, e mostrando a relatividade de tudo o que é histórico.

A sociologia que nos interessa é uma sociologia que vá à essência da coisa, e que não fique apenas na aparência. É preciso continuar sempre com uma visão crítica: nunca se deixar absolutizar por nada, procurar sempre o vazio, o escondido de tudo o que existe, pois tudo é relativo.

Essas colocações que fizemos aqui vão nos acompanhar durante todas as discussões posteriores. Os diversos temas que iremos analisar vão ser sempre enfocados dentro dessa perspectiva. É importante que se crie um novo hábito de ver as coisas. Somente através duma visão histórico-crítica poderemos manter a capacidade de discussão aguçada, uma mente aberta ao futuro, uma perspectiva histórica, profética e transformadora.

Queremos deixar claro que nosso enfoque, nessas discussões, é sociológico e não teológico. Não estamos negando a dimensão transcendental também presente no ser humano. Mas nossa perspectiva de análise refere-se ao imanente, sem negar o transcendente. Aqui também é possível absolutizar e reduzir tudo ao sociológico.

SOCIEDADE: SISTEMA OU MODO DE PRODUÇÃO

A discussão que vamos fazer agora tem a ver com o que acabamos de explicar sobre as duas grandes teorias que fundamentam nossa maneira de ver as coisas, e com a ideologia que existe por detrás das diversas teorias.

Quando falamos em sociedade, geralmente empregamos o termo "sistema social". Dizemos que as sociedades são sistemas sociais específicos, determinados por diferentes fatores, que distinguem, dessa maneira, um sistema social de outro.

O que nos interessa no momento não é analisar os diversos tipos de sistemas, ou sociedades, mas é discutir o nome que se usa e por que se usa tal nome.

À primeira vista, parece ser sem importância e sem consequência nenhuma o fato de se empregar o termo sistema social para designar a estrutura interna duma sociedade. Mas se refletirmos um pouco, veremos que o próprio uso desse conceito implica em determinada ideologia e em determinada maneira de ver as coisas e a sociedade.

Que significa, ou o que implica, o uso do termo "sistema social"? O que vem à sua cabeça quando você ouve a palavra "sistema"?

O normal é nós imaginarmos um conjunto inter-relacionado de coisas, ligadas e dependentes umas das outras, todas com sua função determinada, formando uma unidade específica e completa, fechada sobre si mesma. Tudo o que existe dentro de tal sistema possui sua função e não há nada sobrando. Algumas peças são centrais e fundamentais, mas nenhuma é indispensável. Um exemplo bom é o relógio (o de antigamente). São dezenas, até centenas, de pequenas peças. Eixos, rolamentos, engrenagens, que fazem o relógio andar e funcionar.

Quando se chama uma determinada sociedade de “sistema”, entende-se, do mesmo modo, que nesse país, ou nessa nação, há um conjunto todo de elementos, de mil tipos diferentes, que formam a estrutura dessa sociedade. Essa sociedade é um sistema, isto é, uma máquina, e tudo o que existe nela tem sua função. O sistema é tanto mais perfeito quanto mais os subsistemas, ou os diversos elementos que formam essa sociedade, se inter-relacionarem, e quanto melhor cada um deles, cumprir sua função. Estaria faltando alguma coisa para se compreender bem esse tipo de sistema?

À primeira vista, parece que não. Temos, ou podemos fazer uma descrição perfeita de cada elemento, como eles estão relacionados e interligados, e teremos a compreensão perfeita do assunto.

Mas saberemos mesmo tudo de tal sociedade?

Vamos discutir um outro termo, ou conceito, que ultimamente está sendo empregado, ao menos por alguns mais corajosos, para designar uma sociedade, ou um determinado sistema social: esse termo é “Modo de Produção”.

Talvez esse nome seja novo para você. Talvez seja até a primeira vez que você o esteja escutando. Mas não se espante. Vamos discuti-lo.

Por que tal nome? Há razões e bem interessantes, de se chamar os diversos tipos de sociedades de “modos de produção”. E o uso deste conceito, assim como o uso do conceito “sistema”, possui certos pressupostos e certas ideologias. Assim, se eu uso o termo “sistema”, eu descrevo a sociedade como ela é aqui, e agora, no momento presente. Tiro uma fotografia perfeita da situação em que ela está agora. Mas não digo nada da maneira como ela começou e por que chegou a tal situação. Também não digo nada das razões e dos interesses das pessoas que fizeram com que tal sociedade chegasse a ser assim, isto é, não explicito a que interesses esse determinado sistema social responde. Além disso, implicitamente eu transmito a idéia de que essa sociedade funciona assim “naturalmente”, que ela é absoluta e autônoma em si mesma, que não depende de nada mais.

Se eu uso o conceito “modo de produção”, ao contrário, eu já mostro possuir muitos pressupostos específicos. E um dos pressupostos que está presente, e pode-se perceber de imediato, é o de que nenhuma sociedade pode existir e se estruturar a não ser a partir de sua sobrevivência, isto é, de sua produção. Quem denomina uma sociedade de “modo de produção” está dizendo implicitamente que as sociedades todas, isto é, as formações sociais, se estruturam (nascem, crescem, se desenvolvem) a partir da maneira como se conseguem as coisas para viver: o como se consegue a comida, a bebida, a vestimenta, a moradia, a sobrevivência, dá a característica fundamental a uma sociedade qualquer.

Se formos dizer isso num plano mais individual, referindo-nos a uma pessoa singular, diríamos que ninguém consegue viver sem comer, sem se alimentar. E penso que isso seja evidente, seja óbvio. Não há ninguém que viva sem comer. Só por milagre se vive sem comer e isso já está acima da natureza. Passando para um plano social, diríamos, que nenhuma sociedade pode subsistir sem produção. A produção é o motor duma sociedade. Aqui surge uma pequena discussão. Alguns poderão perguntar: mas isso não é materialismo? Bem, se por materialismo a pessoa entender que para viver a gente precisa comer, então realmente isso é materialismo. Mas parece que materialismo não é bem isso (Confira o capítulo XI). O que se pretende afirmar, pura e simplesmente, é que para viver, alguém precisa comer. E se a pessoa não comer, não poderá estudar, não poderá rezar, não poderá passear, não poderá filosofar, não poderá contemplar, não poderá fazer nada. Depois que se alimentou, então pode fazer todas as outras coisas.

Um segundo pressuposto de quem usa o conceito “modo de produção” é ligado ao primeiro, mas pode ser especificado melhor e discutido mais a fundo: é o pressuposto histórico. Quem usa o conceito “sistema”, restringe-se ao que está aí. Quem usa o conceito “Modo de produção”, já está insinuando que para se compreender uma sociedade em sua essência e profundidade é preciso ver quem a gerou, isto é, ver quais são seus pais. Por isso se vai logo ao anterior, ao que determinou ou condicionou essa sociedade que aí está. E o que condicionou esse tipo de sociedade foi a maneira como as pessoas puderam ou tiveram de se organizar

para poder sobreviver. A conotação histórica está subjacente ao conceito "Modo de produção". Isso nos leva já a ter presente que as sociedades podem mudar, e se por acaso são assim nesse momento, houve um tempo em que não eram assim e haverá um tempo em que serão diferentes. Poderão existir muitos fatores que modificaram ou modificarão essa sociedade. Um, porém, é fundamental: é a maneira como essa sociedade vai conseguir garantir sua sobrevivência. Esse fator está sempre subjacente a tudo.

Qual dos dois nomes será melhor?

Como você mesmo pode descobrir, os dois conceitos supõem duas teorias explicativas da sociedade. Uma teoria que vê a sociedade organizada, estruturada, com funções interligadas, completa, absoluta, fechada: a teoria funcionalista-positivista. Outra teoria que vê a sociedade como estruturada a partir de um fator básico (a produção), e que poderá mudar, conforme a maneira como ela conseguirá sua sobrevivência: a teoria histórica. Essa segunda teoria explica como ela é, e porque ela chegou a ser assim, isso é, vai às suas origens, às suas causas. A primeira, ao contrário, fica somente no aqui e agora. Se uma teoria é tanto mais científica quanto mais fenômenos ela explica, ou quanto mais do fenômeno ela explica (confira o capítulo I), então parece-nos que a segunda teoria é mais científica.

Haveria ainda algumas considerações a fazer sobre a ideologia que subjaz a essas diversas teorias. A quem elas interessam? Com a discussão que se fez sobre ideologia, você mesmo poderá tirar as conclusões que se fizerem necessárias.

É evidente que quem tem interesse em fazer com que as coisas permaneçam como são e não pretende que as coisas mudem, vai patrocinar, uma teoria que insinua, ao menos implicitamente, que as coisas são assim "porque são assim". O sistema que está aí é assim "porque é assim". Ele funciona organizadamente, tudo caminha para uma harmonia. No final, tudo acaba bem, tudo volta ao equilíbrio. Pode haver problemas, mas são todos passageiros. O normal e o "natural" é que as coisas sejam como são.

Já quem tem interesse em fazer com que as coisas mudem, procura uma teoria que ao menos implicitamente, insinue que as coisas nem sempre foram assim, que houve um tempo em que eram diferentes e que, se são assim num lugar, em outro podem ser diferentes. Essa é a visão histórica da sociedade. Tenta-se mostrar que tudo tem "um pai", tudo tem uma causa. Insiste-se em que se preste atenção à origem das coisas. E isso é mostrar a causalidade das coisas. Insiste-se em tornar evidente que todos os sistemas sociais, ou os modos de produção, são criações humanas, portanto são cultura humana, são fenômenos "culturais", e não naturais.

Peter Berger, no seu livro "Perspectivas Sociológicas", chama a isso de "êxtase". É a capacidade que uma pessoa tem de saltar dum mundo em que vive mergulhado, para um outro mundo possível. O êxtase transforma a consciência que se tem da sociedade, fazendo com que determinação se converta em possibilidade. Se encararmos a sociedade como sendo um "sistema" social organizado e coerente, facilmente caímos na tentação de naturalizá-la, isto é, de determiná-la, pois a natureza é determinada, sempre foi assim. Se, pelo contrário, mostrarmos o caráter histórico, cultural da sociedade, temos chance de mostrar e perceber sua relatividade, isto é, sua possibilidade: a sociedade como existe é uma das formas possíveis, mas não a única. Pode mudar, dependendo dos interesses dos que dela participam. Você já ouviu falar no "método Paulo Freire", dos Círculos de Cultura. Pois a primeira discussão que se fazia nesses círculos era mostrar a diferença entre natureza e cultura. Quando as pessoas percebem essa diferença, então se dá o "estalo", o "êxtase": as pessoas se dão conta de que a sociedade em que vivem é uma das formas possíveis de se viver, e que se houver outros interesses, poder-se-á mudar. E aí as coisas ficam muito diferentes.

CAPÍTULO V

A TEORIA DO MODO DE PRODUÇÃO

Torna-se necessário, a esta altura, discutir alguns conceitos para podermos prosseguir no nosso trabalho. Sendo que nós usaremos a teoria do modo de produção em nossas análises da sociedade, torna-se indispensável explicar alguns termos que são comuns nesse tipo de análise.

Não sei se você já pensou o que é um conceito. Ele é igual a um nome, ou a uma pessoa. Há algumas pessoas com as quais a gente está bastante familiarizado, pois encontra-se com elas todos os dias. Se alguém mencionar seu nome, logo a gente vai identificá-las. Assim é com os conceitos. Alguns são bastante familiares. Outros, estranhos. Pois o nosso trabalho agora é tentar familiarizar-nos com alguns nomes, conceitos, que serão, posteriormente, usados em todas as nossas discussões.

Na medida em que formos discutindo os conceitos, nós vamos também relacionar esses conceitos uns com os outros. Da relação (junção) de uns com os outros, irá aparecer uma espécie de instrumento para se poder analisar a sociedade. Vamos ver depois, na análise dos diversos modos de produção, como esse instrumento vai ser extremamente útil. É com esse instrumento que se verão as diferenças que existem, por exemplo, entre comunismo, capitalismo e socialismo.

Para tornar mais fácil e interessante a montagem desses instrumentos, nós vamos fazê-lo em forma de pergunta. É um método prático e você poderá utilizá-lo, quando quiser, com os diversos grupos de trabalho onde você, por acaso, irá atuar. Vamos, pois, começar a montagem do instrumento. Para cada novo conceito que for aparecendo, nós iremos dando um número. No final deste capítulo você tem o instrumento pronto, com os números dos conceitos.

Pergunta: O que é necessário para viver? (pensamos que não haja pergunta mais fundamental que essa e nossa análise parte do concreto, do chão).

Resposta: Para viver são necessárias muitas coisas, mas principalmente comer. Ninguém vive sem comer. Para se fazer qualquer outra coisa, é necessário comer. Até hoje não se descobriu a receita de viver sem comer ...

Pergunta: Como se conseguem as coisas para comer?

Resposta: Conseguem-se as coisas para comer trabalhando.

O trabalho é o ponto fundamental, é a chave de tudo. Alguém chamou o trabalho de “a chave da questão social” e, logo adiante, de “a chave da solução da questão social”. Esse é o conceito número 1. Muitas pessoas respondem a essa pergunta, dizendo: comprando, ou pedindo. Mas quem trabalha, responde logo: trabalhando!

Pergunta: Conseguem-se as coisas para comer trabalhando onde?

Resposta: Trabalhando na terra (de onde vem tudo) e nas fábricas (onde se transformam as coisas da terra). Pode examinar a sala, ou o lugar onde você está: tudo o que você vê aí veio da terra, ou da fábrica. Há muitas pessoas que trabalham em mil outros lugares, mas se você vai pesquisar a fundo, vai ver que esses outros trabalhos estão direcionados a esta finalidade principal: sobrevivência. E o centro da sobrevivência é a alimentação. Numa escola, por exemplo, há professores e alunos. Aí não se produzem coisas diretamente necessárias para viver: a escola não é nem uma fazenda, nem uma fábrica. Mas para que existem escolas? Para diversas finalidades. Principalmente deveriam existir para fazer com que as pessoas atualizassem suas capacidades, desenvolvessem suas potencialidades, a fim de poderem ser úteis à sociedade. É verdade que infelizmente muitas escolas não fazem mais que treinar as pessoas para trabalharem com eficiência e rapidez, sem

se preocupar se isso vai ajudar a elas, à sociedade, ou somente a alguns. São poucas as escolas que formam para uma educação integral. Mas de qualquer maneira, a escola está a serviço da sobrevivência, ajuda as pessoas a conseguirem as coisas para viver.

Tome nota então de mais dois conceitos: n.º 2: Terra. N.º 3: fábricas (veja o esquema no fim do capítulo).

Pergunta: Como se chamam as terras e fábricas?

Resposta: O nome mais comum para se designar as terras e fábricas, e todo elemento material que de qualquer maneira produz alguma riqueza é “meios de produção”. Esse é um conceito muito importante. É o n.º 4. Guarde bem esse nome. Meio de produção é o que produz riqueza. Deve ser distinguido claramente do que se chama de “bem de consumo”, que é o produzido por um meio de produção. Assim, por exemplo, o feijão é um bem de consumo, como uma calça, uma casa para morar, um carro para andar. Mas às vezes uma casa ou um carro podem ser meios de produção, quando, por exemplo, a casa é para alugar; ou quando o carro é um táxi, ou um ônibus, que produz riqueza.

Há, ainda, um outro conceito que serve para designar elementos materiais que produzem riqueza. Esse conceito é “capital” – n.º 5. Capital vem do latim, de “caput” que significa cabeça, chefe e fonte. Não se sabe o que originou o termo “capital”, mas pode ser tanto “fonte”, pois a terra e as fábricas são a “fonte” de toda riqueza, como também “cabeça”, pois houve um tempo em que o gado era moeda, e o “capital” era calculado pelo número de “cabeças” de gado que alguém possuía.¹

Pergunta: E como se poderiam chamar os meios de produção (o capital) e o trabalho?

Resposta: Um nome bom para designar capital e trabalho é “forças de produção” ou “forças produtivas”. Mais um conceito.

¹ Para simplificar, chamamos de capital neste trabalho, aos meios de produção. O conceito de capital, contudo, é muito complexo e pode significar também mais coisas, transformando-se até numa relação social, dependendo da conceituação que a ele se der.

Tome nota: n.º 6. São os meios de produção, movimentados pelo trabalho humano, que são os responsáveis pela existência de toda riqueza.

Pergunta: Como apareceram os agrupamentos humanos, as sociedades? Qual o elemento fundamental que fez com que as sociedades se organizassem?

Resposta: Essa pergunta pode dar muita discussão. De início podem surgir diversos fatores que possam ter dado origem às diversas sociedades. Mas um fator pode ser identificado como o fundamental: os grupos humanos se organizaram para garantir sua sobrevivência. Ninguém vive sem comer. Se cai um avião no meio duma floresta, e as pessoas sobrevivem, a primeira coisa que vão fazer é pensar na sobrevivência. Vão ter de ver se há algo para comer, beber, depois vão ver onde pousar, se precisam de agasalho. Mas o principal mesmo é a comida. As vestes e a moradia virão depois.

A resposta que se poderia dar, então, é que as diversas formações sociais (esse é um nome bom para designar as sociedades) se organizaram, isto é, nasceram, cresceram e se estruturaram a partir da maneira como conseguiram as coisas fundamentais para sobreviver. E um nome bom para designar “a maneira como se conseguem as coisas para sobreviver” é “modo de produção”. É mais um conceito: n.º 7. É a maneira como se conseguem as coisas para sobreviver que dá a característica fundamental a uma sociedade.

Assim os índios nômades não vão construir prédios de dois ou três andares, pois eles vão migrando na medida em que necessitam coisas para viver: caça e pesca. Eles vivem da extração primária e quando isso termina num lugar e é abundante no outro, eles migram. Conosco já é diferente: temos um trabalho por aqui, e pretendemos ficar um bom tempo, talvez toda nossa vida. Por isso construímos uma casa com material que possa durar muitos anos.

Se você examinar agora a história de todas as sociedades, vai perceber que isso é assim mesmo: a maneira como se conseguem as coisas para sobreviver dá a característica básica a uma formação social. Até o tipo de família sofre esta influência. No Brasil da "Casa Grande e Senzala", onde os escravos conseguiam todas as coisas para sobreviver, podiam existir tipos de famílias patriarcais, isto é, grupos de cinco, dez famílias numa casa só. Havia um dono só, o filho mais velho, e os outros iam se colocando ao redor da casa grande. Hoje em dia as coisas já são um pouco diferentes. A maneira como se conseguem as coisas para sobreviver mudou. Vivemos numa sociedade industrializada, onde cada pessoa que trabalha recebe seu salário individual. As famílias foram, então, se reduzindo, se tornando mínimas, celulares: homem, mulher e o menor número de filhos possível.

Vamos agora examinar o esquema todo, que nós queremos que seja o nosso instrumento de análise. Começamos de trás para a frente, a partir de perguntas simples e quase óbvias. Se você for discutir isso com algum grupo, vai poder constatar que as pessoas vão normalmente construindo esse instrumento e respondendo às perguntas como foram colocadas. Chegamos, assim, ao início, ao ponto de partida, à identificação do conceito "modo de produção", que nós gostaríamos de usar em lugar de "sistema" (veja o capítulo IV).

A pergunta que se coloca agora é: o modo de produção é apenas as forças produtivas, ou ele possui mais um elemento? Ou ainda: o que distingue um modo de produção de outro modo de produção? Pois todas as formações sociais, as sociedades, possuem essas forças produtivas: capital e trabalho. O que mais faria parte integrante, estrutural, dum modo de produção?

Resposta: A resposta a essa pergunta não é fácil. Para fazer as pessoas descobrirem por si mesmas, demora sempre um pouco. Mas se chega lá.

Quando se examina um grupo humano, uma família, uma escola, muitas vezes fazemos uma análise superficial do fenômeno, descrevendo apenas o que vemos, sem chegar à essência, à

vida do grupo como grupo. E o que faz a vida do grupo, sua vivência, é aquele encadeado, aquela trama de *relações* que constitui a alma do grupo. A essência dum grupo é aquela rede de inter-relacionamentos que une ou desune os diversos elementos do grupo, mas que sempre tem a ver com o grupo como grupo, e não com as pessoas individuais. Assim, por exemplo: a comunicação, a união, a colaboração, o diálogo, o conflito, as divergências, a competição, a cooperação, a dominação, a submissão, etc. São milhares de relações, que variam de grupo para grupo. A existência maior ou menor de determinadas relações e as diferentes relações vão distinguir um grupo de outro grupo.

O que é relação?

É fundamental aprofundar um pouco esse conceito de relação. A gente usa essa palavra muitas vezes por dia, mas quando se trata de defini-la, temos dificuldades. Já tentou definir o que é relação?

Em filosofia se diz que relação é a "ordenação intrínseca de uma coisa em direção a outra coisa". Uma menina de 13 anos definiu perfeitamente relação: "É aquilo pelo qual uma coisa não pode ser aquela coisa, se não tem outra coisa". Pois é isso mesmo. Relação é aquilo pelo qual uma coisa não pode ser o que é, se não há outra. Veja por exemplo, a palavra "pai". Alguém consegue ser pai sozinho? Para alguém ser pai, precisa, no mínimo, de uma mulher e de um filho. Sem uma mulher e um filho, não há pai. Assim também a palavra "mãe" e "filho". Então veja a questão: se digo "pai", ao mesmo tempo estou dizendo "mãe" e "filho". Isto é: estou dizendo uma coisa e três coisas, sob diferentes aspectos. Por que não é absurdo dizer que Deus é um, e três pessoas? Porque pessoa, nesse caso, é uma *relação* (uma não existe sem a outra) e pela comunhão essas três pessoas formam uma unidade, o Deus dos cristãos.

Veja agora a lista de relações que colocamos acima: você vai descobrir que uma pessoa só não consegue nunca perfazer uma relação. Você não consegue cooperar sozinho. Para você cooperar

é preciso mais alguém. A origem da palavra já significa “trabalho junto”.

A palavra “relação” é extremamente importante para a sociologia. Alguns críticos de Marx, por exemplo, dizem que ninguém consegue entender nada de sua teoria, se não tiver esse conceito presente, e que o conceito relação resume toda sua teoria sociológica.

Você se lembra da discussão sobre as duas grandes teorias em sociologia? Pois aqui está o ponto. Um adjetivo que provém de “relação” é “relativo”.

Relativo se contrapõe a “absoluto”. A diferença básica entre as duas teorias, pois, é que uma vê o sistema como fechado, absoluto. A outra vê tudo relacionado, pois os agrupamentos humanos são históricos, e se são históricos, são relativos, ao menos quanto à história.

Peter Berger diz que uma das características da consciência sociológica é a mentalidade “relativizadora” que toda pessoa que lida com o social deve possuir. Há uma diferença fundamental entre uma pessoa com mentalidade relativizadora, isto é, uma pessoa que tenta ver imediatamente as relações que as coisas têm com as outras, e uma pessoa com uma mentalidade absolutizadora, isto é, uma pessoa que vê as coisas estanques, fechadas, isoladas umas das outras.

Relações de produção

Mas por que no esquema se colocou relações de *produção*? Bem, “de produção” aqui fica como um adjetivo. O fundamental é a identificação das relações. Mas como nenhuma sociedade sobrevive sem sua produção, as relações “de produção” ficam sendo então as básicas, indispensáveis. Isso porque ninguém vive sem comer e nem uma sociedade vive sem produção. Mas elas são necessárias, nem por isso são suficientes.

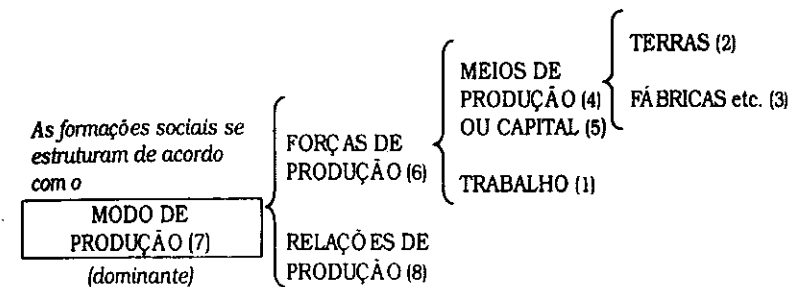
Sobre essas relações, milhares de outras relações são criadas e construídas. Não se discute aqui o tipo de determinação de

umas sobre as outras. Isso vai ser visto no capítulo sobre infra e superestrutura. Apenas se quer insistir sobre esse fato óbvio de que sem comer ninguém vive. As relações de produção são pois o nosso conceito n.º 8.

Terminamos, desse modo, o instrumento de análise, estrutura básica das formações sociais, das sociedades. Com isso poderemos agora examinar os diversos tipos de sociedade e ver no que elas se distinguem, a partir dessa estrutura básica. E você vai notar logo como esse instrumento vai ajudar. É o tipo de relações que se estabelece entre as pessoas e entre as pessoas e coisas (isto é, entre trabalho e capital) que distingue basicamente um tipo de sociedade de outra (ver quadro 1).

Quadro 1

ESQUEMA INSTRUMENTAL PARA ANÁLISE DA BASE DE UMA SOCIEDADE



Passaremos agora a fazer uma discussão de três formações sociais possíveis a partir de sua estruturação básica: as forças e relações de produção (cap. VI, VII e VIII). No capítulo IX, ampliaremos o quadro, acrescentando a essas possíveis formações sociais, outros elementos que aprofundam sua compreensão: a concepção de ser humano nelas subjacente, as filosofias (valores) que as sustentam e as condutas e relações que são predominantes em sociedades que possuem tal concepção de ser humano e tal filosofia (valores).

CAPÍTULO VI

CAPITALISMO

Quase todos os dias se ouve falar que o Brasil é um país capitalista, que o sistema que predomina no Brasil é o capitalista. Vamos tentar explicar o que isso significa.

Vimos como todas as sociedades humanas, todos os grupos humanos, se organizaram para conseguir uma coisa fundamental: a sobrevivência. Sobrevivência é, principalmente, ter as coisas necessárias para comer, vestir, morar etc. Vamos chamar a essa “maneira de conseguir as coisas para viver” de Modo de produção.

Com o quadro do capítulo anterior, a gente pode entender agora o que é capitalismo e como ele se distingue de qualquer outro modo de produção.

Por exemplo: as forças produtivas são, em geral, as mesmas para qualquer sistema. No sistema nômade dos índios: as forças produtivas eram o pouco trabalho deles em tirar as coisas da terra, ou plantar alguma coisa, como mandioca, milho etc.; eram então as terras e o trabalho.

No sistema cooperativista: é o trabalho dos cooperativados, ou na terra, ou na fábrica.

Também no capitalismo as forças produtivas são o trabalho, na terra, nas fábricas e em muitos outros tipos de empresa.

O que distingue, então, um sistema de outro? Aqui está o interessante. Quem estabelece esta distinção são as Relações de Produção. Isto é, como o capital e o trabalho se relacionam.

Vamos dar um exemplo: num sistema de cooperativas, que relações existem?

Precisa distinguir: entre os que trabalham e entre os que trabalham e o capital. Entre os que trabalham, a relação mais importante é a cooperação. É por isso que o sistema se chama de cooperativo. E entre os que trabalham e o capital (terras e fábricas)? De quem são as terras e fábricas? – São dos que trabalham. E o lucro, de quem é? Dos que trabalham. Então que relação existe? A relação é a de alguém que possui o capital e os lucros, se apropria do capital e dos lucros, isto é, relação de posse, *apropriação*.

Resumindo: num sistema cooperativo, as relações são de *cooperação* entre as pessoas, e de *apropriação* entre as pessoas (trabalho) e o capital (terras e fábricas).

Agora vamos tomar um exemplo numa fábrica (ou terra), no sistema capitalista.

Pergunta-se: Qual a relação entre as pessoas? São todas iguais? A resposta é: não. Por quê? Porque uns são os donos do capital e os outros trabalham. Isto é: existem alguns que são proprietários e os outros só trabalham. A palavra “dono” em latim, é “dominus”. Costuma-se dizer então que a relação entre as pessoas é de “dominação”, isto é, há necessidade de “donos”.

Agora, qual a relação entre o trabalho e o capital? Pensemos um pouco. Para entender o nome que vamos dar a essa relação é preciso alguma coisinha mais. E essa coisinha é: o que dá valor a todas as coisas?

A palavra “valor” é muito complicada. Várias coisas são denominadas por essa palavra. Há o “valor moral” que designa as negociações e tradições de grupos e povos sobre como devemos viver e comportar. Há o “valor natural”, que é o valor que algo possui por ser “natureza”, como o ar, a água, as terras. E há o “valor econômico”, que é o resultado do *trabalho humano*. É preciso distinguir entre esses três tipos de valor. Queremos mostrar que a única coisa que dá “valor” econômico a algo é o trabalho humano empregado em se fazer isso. Assim, valor é diferente de preço. Enquanto o preço do quilo de feijão pode ser 50 centavos

ou 1 real, isto é, pode variar muito conforme a quantia que existe, o valor é sempre o mesmo: quanto se gastou para ter esse feijão, isto é, trabalho humano empregado.

Valor é também diferente de utilidade: - uma caneta estragada não escreve, não é útil; mas o seu valor é o mesmo; quanto se gastou para fazer esta caneta. O ar, oxigênio, é extremamente útil. No entanto, ninguém trabalhou para fazê-lo, é natureza, e você, por enquanto, não paga o ar. Só será pago quando nele houver trabalho humano. Assim, se pensarmos um pouco, vamos ver que a única "energia" que nunca desgruda do objeto, e que em última análise dá valor econômico e constitui o valor desse objeto, é o trabalho humano que se gastou para ter essa coisa.

O Papa Leão XIII já dizia isso claro no fim do século passado, em sua encíclica Rerum Novarum: "O trabalho humano é tão admirável, que se pode afirmar, sem sombra de erro, que é a fonte única da riqueza das nações".

Antigamente, quando não existia dinheiro, o critério para se saber o "valor" das coisas era quanto tempo se tinha gasto para fazer essa coisa, isto é, o trabalho humano. Se se gastassem quatro horas para fazer uma calça e duas horas para se fazer uma camisa do mesmo tecido, trocavam-se duas camisas por uma calça.

Resumindo: É o trabalho humano que produz todo o valor, toda riqueza.



Agora, a perguntinha importante, que vem ajudar a compreender qual a relação entre capital e trabalho num sistema capitalista: se é o trabalho humano que produz toda riqueza, e só o trabalho (Leão XIII), por que é que o lucro vai para quem tem o capital (terra e fábrica)? Como se chama a relação pela qual o dono do capital, sem trabalhar, ou trabalhando um pouco apenas (o trabalho dele só), fica com a maioria do lucro? Essa relação se costuma chamar de expropriação, ou exploração, isto é, a relação pela qual um tira uma coisa do outro.

Retomando, então:

Qual a diferença entre um sistema cooperativo e um sistema capitalista? Veja a diferença da relação:

Quadro 2 :

Diferença entre um sistema cooperativo e capitalista a partir das relações de produção

	 Sistema Cooperativo	 Sistema Capitalista
Relações entre as pessoas	Cooperação	Dominação
Relações entre o trabalho e o capital	Apropriação	Exploração

Atenção: quando se fala em dominação e exploração não se quer dar a essas palavras o sentido de reprovação, de polêmica. Apenas se quer exprimir uma relação, mostrar como a coisa é, na ponta do lápis, cientificamente.

Por isso o sistema capitalista é *um sistema que separa capital de trabalho e cujas relações são de dominação e exploração, certo?*

Para que haja dominação e exploração é necessário que o trabalho e o capital estejam separados! No momento em que a pessoa trabalha no que é dela, não existe mais capitalismo. E aí está o problema: a grande luta é fazer com que as pessoas ou tra-

balhem no que é delas (terra para quem nela trabalha), ou recebam o fruto justo de seu trabalho (não sejam exploradas).

Você, que é inteligente já terá percebido que no fundo não há diferença entre capitalismo e certas sociedades totalitárias, onde o Estado é dono de tudo, no referente à exploração. Tudo depende do quanto de excedente, de mais valia, o capitalista ou o Estado se apropria.

Mas o que é mais-valia?

A mais-valia é o lucro líquido que sobra, depois de descontadas todas as despesas. Por exemplo: Uma mesa é vendida pelo dono da fábrica por 150 reais. Um operário gasta 10 horas para fazer a mesa. Recebe, pelas 10 horas, 30 reais (pelo salário mínimo de 1997 receberia 15 reais). A madeira para a mesa custa 20 reais. Já são 50. Os impostos (quando são pagos) mais 15 reais. São 65. Mais uns 15 reais para despesas com luz, reposição das máquinas quando estragadas etc.: 80 reais. Mais uns 20 de outras despesas: são 100 reais. O dono da fábrica vende por 150. Esses 50 reais são a mais-valia, o lucro líquido que o capitalista tem, descontada toda despesa. O exemplo talvez não seja muito exato, mas é essa mais-valia que é a peça-chave do capitalismo.

Se você for conferir, vai ver que toda riqueza, isto é, o valor da mesa, é fruto do trabalho do ser humano. Se não fosse o trabalho humano, não haveria nada, talvez uma árvore perdida no mato, mas nem conhecida do homem, pois para ser descoberta, precisaria já trabalho. Por isso se diz que a mais-valia é sempre resultante da apropriação do excedente do trabalho do trabalhador. Já se disse em outra parte que cálculos feitos para São Paulo mostram que de cada 8 horas que um trabalhador trabalha, ele fica só com o lucro de 3 horas; as outras 5 horas vão para o capitalista, impostos etc. A mão-de-obra brasileira é, em geral, dez vezes mais barata que a americana e 7 vezes mais barata que a européia.

Um outro exemplo: se um objeto for vendido no Brasil por 100 reais, o trabalhador fica com apenas 7,2 reais; no Nordeste fica com apenas cinco. Nos Estados Unidos, contudo, fica com 36

reais, cinco vezes mais. Acontece também que nos Estados Unidos as forças produtivas (tecnologia) são mais desenvolvidas e com isso a produtividade é maior. Além disso pela exploração das periferias, países satélites, eles podem baratear seu custo de vida, pois nós vamos produzir coisas muito mais baratas para eles. No fundo é nossa mão-de-obra barata que os ajuda.

É o grau de exploração e de apropriação de mais-valia, pois, que difere entre os vários tipos de capitalismo. O Estado pode também retirar parte de trabalho para aplicar em obras sociais. Esse trabalho retorna, depois, como benefício para o trabalhador.

Vamos ver em seguida o modo de produção socialista e o comunista. No final dos três, pensamos que se poderá ter uma percepção mais global dos diversos tipos de sociedade, a partir de sua estruturação básica.

CAPÍTULO VII

SOCIALISMO

O conceito "socialismo" é bastante complexo. O termo é usado com significados tão diferentes, que é preciso limpar o terreno, esclarecer um pouco a questão.

A primeira distinção que é preciso fazer é a seguinte: distinguir entre o que se chamou de "socialismo utópico" e "socialismo científico".

Socialismo utópico

Muitos pensadores discutiram a possibilidade duma sociedade ideal (imaginada e, algumas vezes, descrita). Eles imaginaram uma sociedade perfeita, onde não houvesse desigualdade, onde todos teriam o necessário para viver, onde todos se respeitassem como iguais, onde tudo fosse de todos. Falavam em supressão da propriedade privada, em trabalho comunitário, em cooperativas, em educação para todos. E alguns deles até já acenavam para maneiras de se chegar a isso, mas na prática elas não se concretizaram. Talvez, por isso mesmo, sejam denominadas de utópicos.

Socialismo científico

Com Marx e Engels as perspectivas mudaram. Já se começou a discutir concretamente como fazer para mudar e implantar uma sociedade mais justa. É com eles que começa o socialismo científico, isto é, uma ciência para colocar em prática esses ideais.

Marx tomou três coisas que estavam em voga na sua época e as colocou juntas:

a) A dialética, isto é, uma teoria que afirma: tudo contém em si a sua contradição (tudo o que é temporal é imperfeito e relativo). Essa teoria impulsiona à ação, mostra que tudo é imperfeito e pode sempre ir melhorando. Não se pode parar.

b) A economia política inglesa, baseada, principalmente, nas idéias de Adam Smith e David Ricardo. Basicamente essas idéias diziam que todo valor é fruto do trabalho humano: a fonte única das riquezas.

c) O socialismo, isto é, as idéias de igualdade, solidariedade, justiça para todos. Democracia.

Juntando essas três idéias, teremos o que se chamou de socialismo científico, ou possível, ou capaz de ser colocado em prática: a) a convicção de que é possível mudar (dialética); b) a descoberta de que é o trabalho que produz tudo (teoria do valor); c) a igualdade de todos (socialismo).

O que aconteceu depois disso? As coisas começaram então a estremecer. A estratégia foi logo começar a trabalhar com os que faziam tudo – os trabalhadores: são eles que produzem tudo ("o trabalho é a fonte das riquezas"). Por justiça, eles deveriam ser tomados em consideração, deveriam ser a fonte principal do poder, enquanto houvesse uma sociedade dividida, até que se chegasse a uma sociedade em que todos teriam os mesmos direitos e deveres.

É evidente que as idéias socialistas não nasceram do ar. Na medida em que começaram a ser postas em prática, começaram a mexer justamente com quem detinha privilégios injustos. Concretamente, foi contra o capitalismo que os socialistas começaram a lutar. E quem começou a lutar foram justamente os trabalhadores. Aliás, a grande luta do socialismo é contra o capitalismo. Difícilmente se entende bem o que seja socialismo, se não se sabe o que é capitalismo (Veja o capítulo VI).

Mas é bom lembrar: capitalismo, por definição, separa os meios de produção (capital) do trabalho. Se não há isso, não há capitalismo. Mas por que faz isso? Justamente para dominar o

trabalhador (relação de dominação, isto é, em que um é dono) e principalmente para explorar, isto é, tirar para si (para o capital) parte do trabalho. Sendo que é "o trabalho que é a fonte única das riquezas" (Leão XIII, Rerum Novarum), os donos dos meios de produção (do capital) só podem se enriquecer na medida em que tiram (expropriam, exploram) parte do trabalho do trabalhador. Não há outro jeito, isso é matemático. Essa é a relação de exploração.

Nessa altura, a gente vai entendendo melhor o surgimento do socialismo. As pessoas acreditavam que era possível mudar (dialética); queriam igualdade e justiça (socialismo); não existia nem mudança nem igualdade porque o capital não deixava mudar e havia exploração do trabalho. Assim, aos poucos, os que estavam sendo explorados, os trabalhadores, foram se unindo, se organizando e exigindo seus direitos. A luta foi difícil. Muitos trabalhadores morreram. Outros melhoraram bastante.

As maneiras de se fazer isso também foram muito diferentes. Em alguns lugares (como nos países que continuaram capitalistas) os trabalhadores se contentaram em melhorar seu salário. Assim o salário de um americano é no mínimo dez vezes maior que o de um brasileiro (sendo que o custo de vida não chega a ser duas vezes maior). Como conseguiram isso? Na luta. E não pensem que o capital nos Estados Unidos não tem lucro. Tem, sim, mas bem menos que no Brasil, onde, das oito horas de um trabalhador, ele fica com três e cinco ficam com o capital. A exploração aqui é bem maior do que lá, isto é, a idéia socialista não penetrou muito ainda em nosso meio.

Em outros lugares, houve confronto direto entre trabalhadores e donos do capital. Os trabalhadores conseguiram chegar ao poder, mandar. Mas aí aconteceu, aos poucos, uma coisa que não se previa: o grupo de gente que tomou o poder começou a mandar, dominar e a explorar os que trabalhavam. É o que acontece, por exemplo, nos países de Estados totalitários, onde há uma classe que explora os outros (totalitarismo estatal). Por isso, é preciso distinguir o socialismo científico enquanto teoria, e o movimento pela justiça e pela sua concretização.

Surge aqui, então, uma enormidade de tipos possíveis de "socialismo" colocados entre os dois extremos: em que os meios de produção (o capital) estão nas mãos de apenas alguns, que exploram os outros; e o extremo em que os meios de produção estão nas mãos também de alguns, sob o "apelido" de Estado, que também exploram os trabalhadores. (Veja o quadro comparativo dos três modos de produção do capítulo 8). O socialismo quer, concretamente, fazer com que o fruto do trabalho do trabalhador fique com ele; em outras palavras: que ele não seja explorado em seu trabalho. E acredita que só assim poderá haver justiça e igualdade para todos.

Alguns trabalhadores se organizam em cooperativas, porque sozinhos não podem fazer o que desejam. Outros criam fazendas comunitárias, como os Kibbutzim (Israel). Outros aceitam que o bem de produção (a fábrica, por exemplo) esteja em nome de uma pessoa, mas querem participar dos lucros. Alguns querem participar dos lucros e direção, pois acham que também têm idéias boas para dar.

Aqui é importante fazer uma distinção muito necessária: o socialismo pretende a socialização dos bens de produção (daquilo que produz, isto é, terras, fábricas) e não aquilo que é produzido: bens de consumo. Alguns acham que já existe socialismo quando o que é produzido é socializado. Mas não é assim. Agora, o que acontece é o seguinte: o Estado (quando representa de fato os cidadãos numa democracia verdadeira, e não quando o Estado são os capitalistas ou um grupo só) pode "socializar" algumas coisas absolutamente necessárias para todos, como a educação, a saúde, o transporte coletivo, a moradia, pode garantir a alimentação básica, isto é, ninguém irá morrer de fome.

Realmente, não é fácil dizer o que é o socialismo, pois não existe um só, mas muitos, de diversos graus, de diversas matizes.

O importante é o seguinte: em cada caso a gente precisa perguntar:

1) Há mobilização, organização do povo? O povo quer progredir ou está acomodado? Quanto mais mobilização,

participação e vontade (fé e esperança) do povo em progredir, mais socialismo.

2) O povo está recebendo o justo preço de seu trabalho? O que ele faz, realmente fica para ele? Quanto mais o fruto do trabalho fica com quem trabalha, isto é, quanto menos alienação (separação entre o trabalho e o fruto do seu trabalho) e exploração houver, mais socialismo.

3) Há realmente democracia na sociedade, isto é, os direitos de cada um são respeitados, e todos são tratados igualmente, ou há enormes diferenças, privilégios, injustiças? Quanto mais igualdade (não uniformidade) houver, mais essa sociedade é socialista.

Ainda mais: nunca haverá uma sociedade socialista perfeita, pois tudo o que é histórico é imperfeito, é relativo. Um socialismo acabado iria contra o primeiro princípio, que tudo contém em si a sua contradição, tudo pode ainda melhorar.

O que se pretende evitar é a prática da dominação e da exploração. Se alguém, por exemplo, possui um meio de produção, mas paga a cada trabalhador o preço justo de seu trabalho, tudo bem. E para haver socialismo não é preciso haver supressão total da propriedade privada, dos meios de produção, como queriam os socialistas extremados. Eu posso trabalhar num meio de produção que não é meu, sem exploração.

Não é tarefa de alguns dizer qual é o melhor tipo de sociedade, isso depende do povo organizado. Dentro dos extremos, cada povo deve se organizar como quer, respeitando sempre as aspirações da maioria. Se pudéssemos englobar, talvez, os muitos tipos de socialismo, poderíamos dividi-los em duas categorias. Uma primeira, onde há maior coletivização dos meios de produção e a tomada do poder foi através dum processo revolucionário popular. Uma segunda, que poderíamos chamar de socialismo democrático, onde se chegou ao poder através do voto; nesse caso se fazem apenas algumas reformas e as transformações se dão aos poucos.

CAPÍTULO VIII

COMUNISMO

O que vamos discutir agora é algo bastante relacionado com o que vimos no capítulo anterior.

Um primeiro ponto a ser esclarecido é a conceituação Socialismo e Comunismo. Nem sempre se entende a mesma coisa com um conceito ou outro; às vezes, Socialismo é até confundido com Comunismo. É importante, então, prestar bem atenção no que cada um diz, para ver se é possível distinguir um conceito do outro.

Como se isso não bastasse, acontece ainda que às vezes se fala de Socialismos como modelos históricos (Socialismo real), isto é, países que tentaram colocar em prática o Socialismo ou o Comunismo. A coisa complica então muito mais.

Vamos tratar, pois, primeiramente da distinção entre Comunismo e Socialismo, como aconteceu historicamente. Depois vamos ver sua distinção teoricamente.

Comunismo e Socialismo na História

Nós vimos no capítulo anterior que o Socialismo havia brotado de três idéias principais: a teoria do valor (que o trabalho é a fonte única do valor); da dialética (que tudo progride devido à sua contradição interna); e dos ideais de justiça e solidariedade existentes (Socialismos utópicos e cooperativistas).

Em 1848, Marx escreve o Manifesto Comunista. Ele chama esse manifesto de comunista porque queria marcar claramente a diferença existente entre a nova teoria que propunha e aquele conjunto de doutrinas enumeradas anteriormente. Mas acontece que na medida em que as idéias marxistas foram se tornando generalizadas (hegemônicas), no conjunto das idéias que se desenvolveram no seio do movimento operário da metade do século passa-

do, Marx e outros passaram a usar indiscriminadamente os termos "socialismo" e comunismo". Sob esse título de socialismo, porém, começaram a aparecer correntes completamente distintas entre si. Lenin, após a Revolução Russa de 1917, diferenciou, então, a ala do movimento socialista internacional a que pertencia – a ala da esquerda – das demais. Para isto, passou a chamar a sua corrente de Comunista e a tratar Comunismo e Socialismo como conceitos diferentes. Comunismo seria a verdadeira teoria revolucionária desenvolvida por Marx, e Socialismo seria a corrente reformista. Desta maneira, após a I Guerra, vemos ressurgir um movimento socialista (dominado pelos partidos sociais democratas) – notadamente o alemão – e um movimento comunista – comandado pelos bolchevistas russos.

O comunismo é então um movimento político que surge com a Revolução Russa e que se espalha por todo o mundo possuindo como base teórica o corpo teórico do marxismo-leninismo.

Visão teórica do Comunismo

Para Marx, a sociedade comunista é o último estágio da história da humanidade. Nela não existirão mais exploradores e explorados, isto é, não existiriam mais classes sociais, a figura do Estado iria desaparecer. Mas esse estágio só seria atingido após a tomada do poder pela classe proletária, após a extinção do modo de produção capitalista, e após o advento do modo de produção socialista.

Para entender bem isso, é preciso ter claro o que se entende por classe social, nesse contexto (Veja o capítulo X). Para Marx existem duas classes: o capital (os que detêm os meios de produção) e o trabalho (os que só têm o seu trabalho). Atenção: fala-se aqui em "meios de produção", e não em "bens de consumo"! Meios de produção são as coisas que produzem tudo, como por exemplo, as terras e as fábricas. Bens de consumo são as coisas que eu uso para vestir, comer, morar etc. Os bens de consumo podem ser privados (meus objetos pessoais, por exemplo) ou coletivos, quando servem a mais gente (hospitais, escolas, transportes). Quando se fala em classe, se entende, então, os que têm os meios de produção (que no Brasil são menos de 10%, contra mais de

90% que não têm nada), e não os que têm bens de consumo, pois na realidade todos nós temos ao menos algum bem de consumo (uma calça, um sapato etc.).

Vejam no quadro 3, onde se colocaria o Capitalismo, onde se colocaria o Socialismo, e onde se colocaria o Comunismo puro.

O que o Comunismo quer, então, é fazer com que os meios de produção passem a ser de todos, comuns. No momento em que não houver mais meios de produção privados, conseqüentemente não haverá mais classes.

Algumas considerações finais:

1) E o Estado? Para Marx (e os comunistas), numa sociedade capitalista o Estado é o próprio capital. Isto é, o Estado é controlado e só executa e faz o que os donos dos meios de produção querem. Na prática, a gente vê que se não é assim sempre, na maioria das vezes é, pois é só conferir. Para Marx, então, o Estado precisa desaparecer. Mas isso não se dá de um dia para outro. Acontece aqui uma passagem. Primeiro a classe operária (os trabalhadores) vão conquistar o Estado, instalar a "ditadura do proletariado", terminar com todo o resquício de burguesia que existe e depois, finalmente, o Estado desaparecerá. Teríamos então o Comunismo puro. Enquanto o Estado não desaparece, não existe Comunismo puro.

Quadro 3:

Distinção entre Capitalismo, Socialismo e Comunismo no que se refere aos meios de produção e bens de consumo.

	Capitalismo	Socialismo	Comunismo
MEIOS DE PRODUÇÃO	Nas mãos de alguns (sempre menos). A maioria só trabalha.	Alguns nas mãos de particulares: alguns (os serviços essenciais) nas mãos do Estado.	Nas mãos de todos (na prática, por enquanto, nas mãos do Estado ou do partido).

BENS DE CONSUMO	Na maioria das vezes são de particulares, mesmo os coletivos	Os coletivos em geral são do Estado	Os coletivos são de todos (do Estado); os privados são de cada um.
-----------------	--	-------------------------------------	--

Você vê muito bem que isso é um tanto complicado. O pior é que na maioria dos lugares onde os trabalhadores tomaram o poder, o Estado ficou nas mãos dum pequeno grupo e se burocratizou quase que do mesmo modo como no capitalismo, e continua explorando o trabalho da maioria dos trabalhadores. Mas isso não quer dizer que, se não funcionou, não vá funcionar nunca.

2) É preciso que todos os meios de produção sejam mesmo comuns? Não seria possível fazer com que cada família, por exemplo, tivesse sua terra?

Não se pode descartar esta possibilidade de funcionamento da sociedade de antemão. Até é interessante ver que em muitos lugares onde há grande número de famílias que possuem sua propriedade familiar, isso traz grande progresso, além de trazer dignidade e felicidade. No entender do comunismo puro, porém, todos os meios de produção seriam comuns, e ninguém poderia possuir nada de seu.

3) Também é importante ver que se a gente deixa cada um fazer o que quiser, aos poucos pode acontecer que uns vão tomando conta do que é dos outros, e dentro de pouco tempo alguns têm quase tudo, e os outros só trabalham para esses poucos. É o que acontece com o Capitalismo, cujas leis são a competição (quem pode mais chora menos) e o lucro, isto é, tirar o máximo de proveito da situação. Se o Estado funcionasse, isto é, o Estado verdadeiro, aquele encarregado do bem comum, ele poderia controlar isso e colocar sempre as coisas em ordem. Mas o que acontece, na prática, é que os que detêm os meios de produção (o capital) se apoderam também do Estado e colocam o Estado a trabalhar para eles. Infelizmente é isso que acontece em praticamente todos os países capitalistas. Os trabalhadores nem são convidados a partici-

par, e quando votam, votam bastante condicionados (cabresteados) pelos donos do capital que detêm os meios de comunicação e fazem a cabeça da maioria da população.

Conclusão

Como se vê, podemos distinguir bem os dois extremos: Capitalismo: alguns são donos dos meios de produção, a maioria trabalha; Comunismo: todos os meios de produção são comuns. Mas fica um enorme espaço intermediário. Hoje em dia esse espaço intermediário é denominado de *Socialismo*. Mas não há um tipo só; há tantos tipos quantos países existirem que façam uma média entre Capitalismo e o Comunismo puros. Além disso, os países que se dizem "Comunistas", na prática, chegam a se aproximar bastante do capitalismo, pois em vez de lá existirem alguns que possuem os meios de produção, há só um, o Estado, ou o Partido, que explora, do mesmo modo o trabalho dos trabalhadores.

Uma diferença grande, na realidade, entre os países capitalistas e comunistas é que nos comunistas-socialistas a maioria da população tem garantido o sustento básico, isto é, casa, comida, instrução, saúde, vestimentas, os bens de consumo em geral. Nos países capitalistas, onde a exploração é grande (caso do Brasil), grande parte da população não possui esses serviços básicos, e a miséria é grande, como se pode constatar em cada esquina. Nos países onde houve uma revolução popular, como é o caso da maioria dos países socialistas, as transformações foram profundas, conforme os desejos da maioria da população e com isso se deu um grande passo na melhoria da qualidade de vida do povo em geral.

AMPLIANDO O QUADRO

Muitos leitores podem, talvez, sentir certa insatisfação com a análise feita até agora. O que poderá estar por detrás de seus pensamentos e sentimentos seria, talvez, uma suspeita que pode ser expressa mais ou menos assim: Serão essas sociedades compreensíveis apenas a partir de sua estrutura básica, a produção? Não seria necessário ver essas sociedades sob outros enfoques? Não haveria outras dimensões que nos fizessem compreender, ou iluminar, melhor a complexidade de uma sociedade? No decorrer dos capítulos anteriores íamos sempre avisando que a análise era feita apenas a partir da estrutura básica de uma sociedade. Agora vamos ampliar essa compreensão, incorporando novas dimensões.

Para melhor conseguir nosso intento, vamos montar um quadro e, a partir dele, examinar a realidade social. Esse quadro poderia ser intitulado: "Cosmovisões". Uma cosmovisão (visão de mundo) compõe-se de vários elementos. Um deles é o tipo de sociedade que faz parte dessa cosmovisão e é legitimado por ela. Mas uma cosmovisão é mais ampla. Uma cosmovisão possui, no mínimo, 4 dimensões: uma concepção de ser humano, uma filosofia (valores), uma concepção de sociedade e do melhor modo de se viver em sociedade, e comportamentos ou relações que derivam das dimensões acima. Como você vê, a 3ª. Dimensão, o tipo de sociedade, é uma parte apenas dessa cosmovisão. Por isso chamamos a esse capítulo de "ampliação" do quadro referencial em que vínhamos trabalhando.

O quadro a seguir (n.º 4) nos apresenta uma visão de conjunto de toda a discussão que será feita a seguir. Em cima se situam as cosmovisões (I, II, III) e ao lado as dimensões (visões de ser humano, filosofias, tipos de sociedade, comportamentos). São 16 espaços. Vamos, para ficar mais fácil, colocar um número dentro de cada espaço, para saber de que espaço estamos falando. Veja o quadro:

Quadro 4:

COSMOVISÕES

		I	II	III	
		1	5	9	13
DIMENSÕES	Visões de Ser Humano	Indivíduo	Pessoas = Relação	"Peça da Máquina"	
	2	6	10	14	
	Filosofias, Valores	Liberalismo, Psicologismo	Solidarismo, Comunitarismo, Personalismo	Coletivismo, Totalitarismo, Sociologismo	
	3	7	11	15	
Tipos de Sociedade	Capitalismo Liberal	"Comunidade"	Fascismo, Nazismo, Segurança Nacional, Integrista		
4	8	12	16		
Comportamentos, Relações pessoais e sociais	Individualismo, Egocentrismo, Competição, Status e Poder	Solidariedade, Cooperação, Comunhão, Amor	Massificação, Anonimato, Burocracia		

Vamos examinar, um por um, os 16 espaços.

Número 1: "Visões de Ser Humano": Toda a sociedade, formação social, modo de produção, como também qualquer ação que praticamos, revela, quando analisada com cuidado e sutileza, uma concepção de ser humano. Por detrás de tudo o que fazemos esconde-se esse fato importantíssimo: quem sou eu para mim

mesmo, e quem são os outros para mim. No desenrolar da análise, vá prestando atenção a esse fenômeno interessantíssimo.

Número 2: "**Filosofias (Valores)**": é outra dimensão de uma cosmovisão. Não há pessoa que não possua valores. O problema, contudo, é que, em geral, não paramos para pensar e tornarmos conscientes para nós quais os valores que nos guiam. Aqui se situa toda a questão ética. Toda sociedade está baseada em valores éticos (morais), em geral escondidos e poucas vezes trazidos à luz. Outro ponto excitante para ser discutido.

Número 3: "**Tipo de sociedade**": como já assinalamos, toda cosmovisão traz em si também uma dimensão que insinua, revela, qual o tipo de sociedade que, para as pessoas que possuem tais valores e tal concepção de ser humano, seria mais aceitável e melhor.

Número 4: "**Comportamentos, relações**": Essa é a única dimensão que pode ser vista, constatada. Todos nós conseguimos ver como as pessoas se comportam e o tipo de relações que elas estabelecem com os outros. Aliás, é curioso isso, pois é a partir daí que se pode descobrir, numa pesquisa cuidadosa, qual a concepção de ser humano que as pessoas possuem, os valores e o tipo de sociedade que defendem e acham melhor. É a dimensão visível da cosmovisão.

Terminamos a primeira coluna. Foi apenas explicação das dimensões da cosmovisão. Agora vamos entrar na análise das diferentes cosmovisões. Para facilitar, vamos dar um nome mais ou menos geral a essas três cosmovisões, a partir de sua filosofia, ou de seu valor, central. À I chamaremos de **Liberalismo**, à II **Solidarismo** e à III de **Totalitarismo**. Há outros nomes, que estão no quadrinho. Esses são apenas para facilitar.

Liberalismo

Número 5: "**Indivíduo**": Costuma-se dizer que o ser humano, nessa cosmovisão, é um indivíduo. Agora, atenção para esse conceito, que pode causar equívocos. Indivíduo, como tomado aqui, significa duas coisas: primeiro, é alguém que é "um", "uno";

singular. Tudo bem. Mas o importante é a segunda parte: é alguém que é singular, mas "separado de todo o resto", isto é, que não tem nada a ver com os outros. É ele e só ele. Explica-se por si mesmo. Isso é, não implica relação. Quando formos discutir o número 9, vamos ver a diferença que existe aqui. Então, o ser humano, nessa cosmovisão, é alguém que é um, e não tem nada a ver com os outros.

Número 6: "**Liberalismo**": a filosofia que fundamenta essa cosmovisão costuma ser chamada de liberalismo. É preciso ver todas as implicações que isso acarreta. A palavra liberal, hoje em dia, tem vários sentidos. Ela possui até certa conotação positiva: fulano é liberal, isto é, é condescendente, aceita coisas novas... Mas não é esse o valor central do liberalismo. O liberalismo é uma doutrina que implica em ser humano singular, e separado de todos, com vimos acima. Os outros não têm nada a ver. O povo costuma expressar essa filosofia por expressões mais ou menos assim: "Quem pode mais, chora menos"! "Cada um por si, Deus por todos!" Ou a famosa expressão: "Problema seu!" Como vamos ver adiante, essa ética é a ética do aproveitamento, do tirar proveito, não interessa o que se dá com os outros. Se eu tenho um milhão de hectares de terra, e ao meu lado há 200 famílias sem terra e sem trabalho, "não me interessa!" A terra é minha, tenho escritura, e os outros que se lasquem. Essa é a implicação do liberalismo, que muitos, na teoria, não aceitam, mas que na prática se comportam direitinho de maneira absolutamente individualista.

Número 7: "**Tipo de sociedade**": Por tudo o que já vimos nos capítulos anteriores, pode-se ver que o capitalismo liberal vem fechar com essa filosofia, essa concepção de ser humano como a mão na luva. Junta a fome com a vontade de comer.

Número 8: "**Comportamentos, relações**": Aqui você mesmo já pode ir tirando as conseqüências. Como se comporta quem tem tal concepção de ser humano, e tal filosofia? Evidentemente, ele vai ser alguém individualista, egocêntrico, interessado fundamentalmente em seu próprio bem-estar, alguém que se aproveita de tudo para garantir o melhor para si. E em relação com os outros, que relações estabelece? Pois aqui se apresenta uma pala-

vrinha que, principalmente nos dias de hoje, é santa e sagrada: competitividade. Afirma-se, hoje, que tudo deve ser regulado pela competitividade e que, sem ela, não haverá progresso e desenvolvimento. Essa competição entre pessoas é, na verdade, um novo nome para a guerra, e leva necessariamente à exclusão, pois sem criar diferenças, ela não se mantém. No “quem pode mais, chora menos”, alguns vão poder mais, e esses vão ser os que vão possuir os bens, ter status, prestígio etc. Ela se transforma na lei suprema, no “amai-vos uns aos outros” do novo evangelho liberal.

Terminamos a segunda coluna e a cosmovisão do **liberalismo**. Para podermos fazer uma crítica melhor das duas cosmovisões antagônicas, vamos passar de imediato à análise da III cosmovisão, o **totalitarismo**. Vá sempre acompanhando pelo número dos espaços.

Totalitarismo

Número 13: “**Peça da máquina**”: Essa expressão é emprestada do Documento “Centésimus Annus”, uma encíclica de João Paulo II, escrita na comemoração dos 100 anos da Rerum Novarum de Leão XIII, que nós já citamos muito anteriormente. O ser humano, nessa cosmovisão, não vale por si mesmo; ele sozinho não tem sentido. Ele passa a ter sentido somente dentro de um conjunto, de um todo que é mais que ele e que é o que realmente importa. O ser humano é então peça de uma máquina, parte de um todo. Esse “todo” pode ser chamado de estado, de instituição, de grupo, partido etc. Isso significa que a pessoa humana não é uma categoria fundamental, básica; ela só toma sentido na “máquina”, que é realmente o que interessa

Número 14: “**Totalitarismo**”: essa filosofia (valor) implica exatamente a importância que tem a organização maior, quer seja o estado, a instituição etc. no cotidiano das pessoas. Se for do interesse do estado, a pessoa pode ser eliminada. Se for necessário destruir um grupo, deixar morrer pessoas, para salvar o regime, deixa-se morrer. O importante é o “desenvolvimento do país”, não importa se com isso milhares (milhões) passam necessidades essenciais, ou mesmo morram. Que se salve a instituição!

Número 14: “**Fascismo, Nazismo, Segurança Nacional**”: Essa parte é extremamente interessante, pois podemos ver como, historicamente, esse totalitarismo se mostrou. Em geral, os totalitarismos surgem quando existem diferenças na sociedade, e alguns não aceitam essas diferenças, ou não querem que as coisas mudem. O Nazismo e o Fascismo, por exemplo, surgiram na Alemanha e na Itália, respectivamente, quando os partidos operários (socialistas) estavam ameaçando as elites. Mas como não pegava bem reprimir esses grupos que ameaçavam chegar ao poder, eles inventaram uma ideologia para, através dela, “unir o povo”! O que aconteceu, então, é que a grande maioria da população, sem muita instrução, e levadas pela mídia, foram “convencidas” a aderir à ideologia proposta, para “manter a unidade” e “salvar o país”. Foi o que os militares argentinos fizeram com a Guerra das Malvinas, por exemplo. A população estava se revoltando, e os militares precisavam achar um motivo, ou uma desculpa, para se legitimar diante dela e mantê-la “fiel”. Inventaram, então, aquela barbaridade, onde milhares de soldados, em poucos meses, morreram dolorosamente. E agora para o nosso caso: foi exatamente isso que aconteceu aqui no Brasil, quando, a partir dos inícios dos anos 60, vários grupos organizados (estudantes – UNE, ligas camponesas e sindicatos agrários, centrais sindicais etc.) começaram a se organizar, ter força e ameaçar as elites. Que se fez? Primeiro, criou-se uma “ideologia”, para mascarar as verdadeiras razões do golpe de estado, que foi chamada de “ideologia da Segurança Nacional”, contra o comunismo internacional. E se conseguiu dar o golpe, fechar todos os partidos, calar todas as oposições e instalar um regime totalitário por mais de 20 anos.

E atenção: até hoje percebem-se, ainda, ranços dessa estratégia totalitária em slogans de campanha como “Rio Grande unido e forte!”, e semelhantes. Numa campanha, o que se quer é que os vários grupos apresentem suas plataformas, seus planos de governo, de maneira democrática e pluralista, para que cada eleitor escolha o que é melhor. Agora, apelar, já na campanha, para a “unidade”, é estratégia fascista! Já tinha notado? As “massas”, quanto menos educadas e politizadas, são facilmente levadas por slogans emocionais e totalitários.

Todo o país em que haja um partido único, dificilmente escapa de ser totalitário. Pois "partido", em sua etimologia, já vem de "parte". E no momento em que uma "parte" se transforma no todo, corre-se o risco do totalitarismo.

Todos nós, no fundo, somos um pouco nazistas, fascistas, totalitários, quando não aceitamos a diferença... Acharmos que nós somos o "todo", e que os outros têm de se subordinar ao "todo" que somos nós: nós é que sabemos, nós é que somos os bons etc.

Número 16: **Massificação, Anonimato, Burocracia:** aqui também não é difícil você mesmo ir tirando as conclusões. Se a pessoa é apenas um número, cria-se uma situação de anonimato, de massificação. Isso é muito comum na nossa era de predomínio de uma mídia massificante, nas mãos de poucas pessoas. O sociólogo Betinho (Herbert de Souza) costumava dizer que nós vivemos, no Brasil, um regime totalitário, pois a mídia está nas mãos de pouquíssimos (nove famílias possuem 90 por cento dos meios). Ora, são só eles que falam, e a grande maioria da população se transforma em ouvintes teleguiados e manipulados. Sua famosa expressão era: "A comunicação é o termômetro da democracia: se não há democracia na comunicação (isto é, se as pessoas não podem dizer sua palavra), não há democracia numa sociedade".

Outro comportamento-relação muito importante que se torna central em sociedades coletivistas é a burocracia. Burocracia significa que o "birô", isto é, a mesa onde a pessoa senta, é mais importante que a própria pessoa. Em sentido mais geral, significa que o importante é a "ordem", o "estatuto", as leis, a organização. A pessoa vem em segundo lugar. Penso no nosso sistema de saúde. Alguém vai pedir para marcar uma consulta. Após um bom tempo, o encarregado lhe agenda uma consulta para daqui a um mês. Você diz que dentro de um mês você pode estar morto... A resposta é: "Paciência. Esse é o regulamento. Fomos instruídos a fazer assim". Que diferença para uma sociedade onde é o médico que visita as famílias e cuida de todos, a qualquer momento!

Solidarismo

Muitos podem estar se perguntando se há saída diante dessas duas cosmovisões antagônicas. À primeira vista, parece que não, e tentamos fazer uma média de ambas. Pode-se, contudo, identificar uma cosmovisão que se apresenta como nitidamente diversa das anteriores. Essa discussão é muito provocante e pode causar surpresa a muita gente.

Número 9: **Pessoa=relação.** O ser humano, nessa cosmovisão, é alguém que é singular, uno, mas bem diverso do "indivíduo" da cosmovisão liberal. O indivíduo é alguém que também é um, mas "separado de todo o resto"; ao passo que "pessoa" é um, mas é "relação". E o que é "relação"? Relação, como vimos no capítulo V, é uma coisa que não pode ser, sem outra. Pai, por exemplo. Alguém só pode ser pai, se houver mais dois: mãe e filho. Assim, no nosso caso, o ser humano seria alguém que para poder verdadeiramente "ser" necessitaria de "outros". Aqui há, na verdade, algo de misterioso! Nós mesmos, ou qualquer pessoa que encontramos pela rua, ele/ela pode se considerar, e ver os outros, ou como um indivíduo (não tem nada a ver com os outros), ou como pessoa (os outros fazem parte de sua vida, são seus irmãos/ãs). Vê-se claro, aqui, que a maneira como alguém se define não depende exatamente daquilo que ele diz, fala, mas de como se comporta, e das relações que ele estabelece. Mas uma coisa fica evidente: são duas visões e duas posturas absolutamente distintas! Tudo muda na vida de uma pessoa, conforme ela se considere e se comporte, ou como pessoa, ou como indivíduo.

Essa distinção entre indivíduo e pessoa foi bem discutida pelo filósofo Agostinho de Hipona, pois ele queria tentar mostrar como o Deus cristão poderia ser um e três. Ele mostrou então que dizer que em Deus há três indivíduos seria um absurdo, mas que não seria absurdo dizer que em Deus havia três pessoas, que seriam puras relações. E ele vai ainda mais à frente: mostra que também com respeito ao ser humano, alguém tanto mais "é", ou tanto mais se realiza, quanto mais se relaciona; isto é, quanto mais sai de si, quanto mais dialoga, enfim, quanto mais ama (e é amado).

Se pensarmos um pouco, vamos ver que nós somos, afinal, a soma das milhões de relações que estabelecemos desde que entramos em contato com o mundo e a vida. Nossa "subjetividade" é formada através dessas relações. Somos, contudo, "singulares", únicos, pois da imensidade de relações que estabelecemos, recorramos, para formar o tecido de nossa subjetividade, de partes e traços específicos, que nos vão diferenciar dos demais.

10. Filosofia (Valor): **Solidarismo**. A filosofia que sustenta tal concepção de ser humano já se apresentou com diversos nomes, além de solidarismo, como personalismo, comunitarismo etc. Mas o nome não interessa. Interessa que esse valor deve indicar que é na solidariedade, no diálogo e comunhão com os demais, que o ser humano se realiza. E, principalmente, que ninguém consegue se realizar, ser feliz, sozinho. Mais ainda: ninguém é livre sozinho, isto é, ninguém pode dizer que é verdadeiramente livre, se seu irmão/ã está escravo, sofre discriminações, é excluído e rejeitado. Isso porque o outro está em relação comigo, e se eu sou pessoa=relação, o outro é essencial para mim. Esse é o sentido desse valor que chamamos "solidariedade".

11. Tipo de sociedade: **Comunidade**. Alguém, talvez, esteja curioso para saber que tipo de sociedade essa cosmovisão defende, se é um socialismo democrático, ou uma democracia social... Na verdade, não interessa o nome que se dá a um tipo de vida em sociedade dentro desses parâmetros; interessa, isso sim, que a pessoa seja levada em consideração, e que ela possa se realizar plenamente. Mas para que isso aconteça, uma coisa é necessária: que ela possa ser sujeito, possa ser identificada como alguém. É a isso que chamamos de comunidade: um tipo de vida em sociedade "onde todos são chamados pelo nome". Até poderíamos dizer que, num país, podem existir milhões de pessoas, mas uma coisa é fundamental, para que aí exista uma verdadeira democracia, e que seja sociedade autêntica: que as pessoas, na base dessa sociedade, estejam organizadas em comunidades, de tal modo que todas possam se manifestar, participar, dizer sua palavra, manifestar sua opinião, serem reconhecidas e identificadas. Sem essas "comunidades interpretativas", dificilmente se poderia garantir que as pessoas estejam salvaguardadas, e que uma sociedade seja autêntica.

12. Condutas, relações: **amor, partilha, solidariedade**. Você mesmo/a, que nos acompanhou até aqui, pode completar essa parte. Duas coisas importantes, e até certo ponto misteriosas, contudo, sucedem aqui, e não poderíamos deixar de assinalar. A primeira é que as relações podem ser absolutamente diferentes, isto é, relações que levam a nossa realização e construção, como o amor, a partilha, a solidariedade, o afeto por um lado; as relações que nos podem prejudicar e tornar infelizes como a rejeição, a exclusão, a exploração, a dominação, por outro lado. A segunda questão é que, se é verdade que nossa subjetividade se estrutura a partir das milhões de relações que estabelecemos no decorrer de nossa vida, também é verdade que essas relações não são absolutamente determinantes, e que nós podemos tomar consciência delas, e desse modo trabalhá-las e elaborá-las de um modo ou outro. Aqui reside o mistério da consciência que nos faz livres: "a verdade vos libertará". Misterioso o ser humano.

Quisemos, nesse capítulo, ampliar o quadro de compreensão do ser humano, da sociedade, dos valores etc. que constituem as grandes cosmovisões. Com isso em mente será mais fácil continuar a discutir nossa sociedade e pensar alternativas para sua transformação.

CAPÍTULO X

CLASSE SOCIAL

O conceito "*classe social*" é fundamental em sociologia. É da compreensão clara e profunda desse conceito que nascem as possibilidades concretas de se poder mudar alguma coisa na sociedade.

Pelo fato de classe social ser um desses conceitos essenciais é evidente que ele é tratado de muitas maneiras diferentes. Muitos se esforçam em criar determinadas teorias de classe para poder desviar a atenção do essencial, e assim poder mistificar tanto alunos, como agentes engajados num trabalho com o povo. Esse assunto é quente, e deve ser tratado com toda atenção.

Vamos começar com uma visão das teorias sobre classe social e, depois, mostrar as ideologias que há por detrás dessas teorias. Vamos fazer como nos propusemos desde o início.

Teorias de classe social

Alguém disse que há tantas teorias de classe social quantos sociólogos existem. Isso parece um exagero. Talvez esse alguém tenha dito isso para diminuir a importância do conceito e da discussão sobre o assunto.

Pode-se, porém, identificar três teorias principais de classe social:

1*) A primeira, e a mais comum, é aquela que diz ser a classe social determinada pela renda da pessoa. O quanto alguém ganha, determina sua classe. Alguns não ficam só na renda, mas acrescentam também a educação (grau de instrução) e a profissão. Então os determinantes da classe social ficam sendo a renda, a profissão e a educação. Pode abrir a maioria dos manuais de sociologia, principalmente os da linha americana, e você vai constatar

isso. Num levantamento feito numa universidade brasileira, 97% dos alunos e 93% dos professores diziam que a classe é determinada por esses três fatores.

O único problema para quem aceita tal teoria de classe é tentar descobrir qual desses três fatores é o mais importante, qual condiciona os outros. Se você for examinar a maioria dos artigos que tratam sobre classe dentro da escola funcionalista, que se expandiu enormemente nos Estados Unidos e seus satélites culturais, vai ver que já foram *provadas* todas as hipóteses, isto é, já se "*provou*" que a causa de um alto grau de instrução é uma boa profissão, e vice-versa; já se "*provou*" que a alta renda decorre duma boa educação, e vice-versa. Então você pode escolher.

Essa teoria é chamada de *teoria das caixinhas*, que serão três, cinco, ou até sete, dependendo do gosto do pesquisador. Três: alta, média, baixa. Cinco: alta, média-alta, média, média-baixa, baixa. Sete: Alta-alta, alta, média-alta, média, média-baixa, baixa, baixa-baixa. Nas pesquisas se determina quando uma pessoa é colocada em determinada *caixinha* e qual o percentual de cada *caixinha*.

2*) A segunda teoria é um pouco mais sofisticada, não é tão grosseira como a primeira. Essa teoria afirma que o determinante duma classe é o padrão de vida, o padrão cultural, isto é: formam uma classe as pessoas que têm as mesmas idéias, mesmos ideais, mesmo estilo de vida, mesmos padrões de consumo. Se alguém mora num bairro rico, possui um ou dois carros, possui empregada, casa na praia e semelhantes, então pertence a uma mesma classe. Já as pessoas que moram numa favela, gastam absolutamente tudo o que ganham, vivem na sobrevivência, pertenceriam a outra classe.

Na realidade, não há muita diferença entre a primeira e a segunda teoria. Se você perguntar por que tais pessoas possuem casa própria num bairro rico, possuem empregada, carro, casa na praia, vai ver que é devido ao fato de possuírem uma alta renda. E se possuem o mesmo padrão cultural, é devido ao fato de possuírem um grau de instrução semelhante. E assim por diante.

3ª) Chegamos agora a um ponto importante. Quando se quer realmente compreender porque uma coisa é assim, devem-se ver as causas desse fenômeno. Já o velho aforismo filosófico nos diz isso: *Scientia per causas*, isto é: faz-se ciência quando se descobrem as causas.

Então a pergunta que se coloca é a seguinte: o que faz com que haja gente ganhando muito e outros ganhando pouco? Será mesmo a educação? Ou uma boa profissão? O que está no início mesmo da cadeia? Se já provaram todas as hipóteses, na primeira teoria, e todas deram certo, é sinal que nenhuma delas realmente prova coisa alguma. É preciso então ir adiante.

Nas poucas páginas que Marx escreveu sobre classe social, ele diz o seguinte: *"A questão que imediatamente se coloca é esta: que é uma classe social? A resposta a esta pergunta decorre da que demos a esta outra: o que é que transforma os operários assalariados, os capitalistas e proprietários de terra em classes sociais?"*.

O que isso quer dizer é que se quisermos saber por que alguém ganha muito e outros pouco, temos de saber por que eles chegam a ser os que ganham muito ou pouco. E isso se descobre vendo o que cada um faz, o que cada um produz. Você se lembra que quando discutimos a teoria do modo de produção, nós mostramos que nenhuma sociedade pode sobreviver sem comida, sem produção. A produção é, pois, o motor da sociedade. E se quisermos saber por que alguns ganham pouco e outros muito, temos de ir ao início, ao motor, isto é, ver o lugar que cada um ocupa no processo de produção.

O que se constata, então, no local de produção? Constatase que há duas posições fundamentais: há os que trabalham e os que possuem os meios de produção. Entre essas duas posições estabelecem-se determinadas relações de produção, que no caso capitalista e mesmo comunista são de dominação dos que detêm o capital sobre os que trabalham, e de exploração dos que trabalham, pelo capital. É essa posição diferente ocupada pelas diversas pessoas no processo produtivo que faz com que haja gente ganhando

muito e outros ganhando pouco. O que determina as classes é, pois, a posição que cada um ocupa na produção e essas posições são basicamente duas: o capital e o trabalho.

A ideologia das classes

O conceito de classe, como vimos nas duas primeiras teorias, é um conceito apenas descritivo, estático. É como tirar uma fotografia da sociedade, e pronto. Não sai de si mesmo, é fechado. Essas teorias não identificam as causas de alguém receber tanto e outros receberem pouco. E o resultado do pressuposto da teoria funcionalista, que fica girando num círculo vicioso.

Mas por que se patrocina e se divulga essa teoria, que é a dominante entre nossos estudantes e universidades?

Exatamente porque não se quer mudar as coisas e não se quer que as pessoas fiquem conhecendo toda a verdade. Senão, vejamos: se eu defino classe social como sendo determinada pela renda-profissão-educação, e depois faço a pergunta: Como mudar? Como fazer com que alguém da classe baixa passe para a média-baixa, ou média? O que ele deve fazer?

Se eu defini classe como sendo causada pela renda-ocupação-educação, a resposta é imediata: se quiser mudar de classe, deve ou trabalhar mais (mais renda), ou estudar mais (mais educação), ou conseguir um bom emprego (melhor profissão).

Bem, veja o que acontece, nesse caso, na realidade concreta dos fatos: se alguém trabalhar mais (dois empregos), certamente vai ganhar mais, mas ao mesmo tempo vai enriquecer mais o capital, pois vai dar mais lucro ao dono do meio de produção que, através da exploração do trabalho de quem trabalha, vai enriquecendo sempre mais. É extremamente útil aos donos do capital que as pessoas trabalhem sempre mais, pois isso os vai enriquecendo sempre.

E se uma pessoa estuda mais, consegue uma boa educação? – Dentro do nosso sistema educacional, onde as pessoas são formadas para o trabalho (escolas profissionalizantes etc.), onde a

escola fundamentalmente prepara a mão-de-obra para o capital, se alguém se preparar melhor na escola, vai trabalhar melhor, mais rápida e eficientemente e, conseqüentemente, vai de novo dar mais lucro ao capital. Tudo vai convergir para o maior lucro dos donos dos meios de produção. É importante, pois, que as pessoas estudem, isto é, se preparem para um trabalho eficiente e rápido.

E a boa profissão? Bem, aí depende muito da sorte. Mas, em geral, conseguem uma boa profissão os que mais trabalham, os mais submissos e obedientes às ordens dos donos do capital. Eles vão então ser os que cuidam dos trabalhadores de grau mais inferior.

Como se pode ver, falar em mudança dentro das duas primeiras teorias é falar em fortificação do sistema, em manutenção e legitimação do sistema.

Agora vamos ver o que acontece quando se fala em mudança dentro da terceira teoria. Se alguém quiser passar de trabalhador a dono do meio de produção (da terra, ou da fábrica, onde trabalha), o que acontece? Acontece que o sistema começa a tremer, pois ele começa a ser questionado em sua *estrutura*, em sua essência. Por que o sistema é abalado em sua estrutura? Porque as estruturas, isto é, as vigas centrais duma sociedade são as forças e as relações de produção. Em nossa sociedade, as relações (que também são estrutura) são de dominação e exploração. Ora, no momento em que a pessoa quer trabalhar no que é dela, termina a relação de dominação (em que alguém é dono, e outro só trabalha) e de exploração (em que o dono tira parte do trabalho de quem trabalha). E então só é possível mudar de classe se a sociedade mudar, se mudar o sistema.

Veja, por exemplo, o caso das terras. No momento em que se pleitear uma reforma agrária, em que as pessoas forem trabalhar no que é delas, terminam os latifúndios, os peões, os bóia-frias do campo. Termina tudo isso. Não haverá mais as grandes fazendas dum dono só, mas cada um cultivará sua terra. A terra será de quem nela trabalha.

E nas fábricas? Ali as coisas irão mudar da mesma maneira. Quem sabe, de início, as pessoas que trabalham queiram ao menos participar nos lucros. Já é um passo. Depois, talvez, da direção da empresa, pois os trabalhadores também são gente que pensa, que têm idéias, e suas idéias poderiam ajudar a melhorar a empresa. E, finalmente, (por que não?) os trabalhadores poderiam começar a participar também das propriedades da empresa. A empresa seria de quem nela trabalha. E com isso o sistema também mudaria.

A estas alturas, você já está vendo como a discussão sobre classe social é importante, e a diferença fundamental que existe quando se trabalha com uma ou com outra teoria de classe. Quem quer manter as coisas como são, adota uma das duas primeiras: só vai poder melhorar um pouco a sorte dos trabalhadores, mas nunca mudar a sociedade. Quem pensa, ao contrário, numa mudança das estruturas, se ele achar que isso deve acontecer, vai ter de trabalhar com uma outra teoria de classe social. A diferença aqui vale tudo.

Mas há um segundo ponto importantíssimo que deve ser discutido sobre a ideologia, ou a malícia, que se esconde no fato de se usar as duas primeiras teorias. E essa mistificação é a seguinte:

Se eu empregar a primeira ou a segunda teoria, eu consigo fazer uma divisão entre os que trabalham. Como ficou claro, se partirmos da produção na definição das classes, só poderão existir duas: os donos do capital e os que trabalham. Mas se usarmos outros critérios (renda, profissão, educação), nós podemos criar três, cinco, sete ou mais classes. A quem interessa essa criação de *novas* classes? Aos donos dos meios de produção, claro. E por quê? Vamos ver.

Na realidade, até pelas estatísticas, pode-se ver que quem pertence à classe alta, no caso específico de nossa sociedade brasileira são os donos dos meios de produção. Há até uma coincidência estatística: há 6% da população na classe alta (conforme pesquisas de sociólogos oficiais), o que corresponde aos donos dos meios de produção. Os outros 94% se colocam na outra classe, os que trabalham, ou nas outras quatro, conforme a primeira teoria. O

que acontece, pois, é que os 94% que trabalham, em vez de se sentirem todos numa mesma condição, sentem-se diferentes, pois pensam pertencer a *outra classe*. E eles fazem questão de não se misturar. Os assim chamados *colarinhos brancos* (classe média e média-alta), instigados e levados ingenuamente pela ideologia da classe dominante, acabam sentindo-se de *outra classe*. E começam, inclusive, a combater seus companheiros de trabalho. Então acontece uma coisa extremamente triste e paradoxal: é o próprio trabalhador que domina o trabalhador. O dono do meio de produção começa a pagar bem mais para alguns trabalhadores, para que esses *cuidem* dos de baixo. No caso brasileiro, na classe média poder-se-iam colocar 15% da população, e na classe média-alta uns 9%. Mas os trabalhadores braçais, os que sofrem o peso e o calor do dia, são uns 70%.

Veja então o que acontece: entre os assalariados estabelece-se uma gama variada de posições, dependendo do gosto do dono do capital e da importância social do assalariado. Alguns passam a ser, então, os capitães da indústria: os engenheiros, administradores, gerentes de produção, economistas, químicos, programadores e analistas de computação etc.; estes respondem imediatamente às necessidades urgentes da produção. Outros, como os gerentes de pessoal, assistentes sociais, psicólogos do trabalho, alguns sociólogos etc., vão se encarregar diretamente dos trabalhadores subordinados, da senzala (os 70% da classe média-baixa e baixa). Na comparação do modo de produção escravagista com o capitalista, os assim chamados trabalhadores de classe média-alta correspondem aos feitores, ou aos capitães de mato, caçadores de escravos fugidos; seu trabalho será manter a senzala tranqüila, amainar os ânimos, apaziguar as discórdias e os descontentamentos.

Alguns profissionais da assim chamada classe média possuem trabalhos também importantíssimos, mesmo quando não ligados diretamente à empresa: são os professores, os profissionais da ideologia, os comunicadores e os ministros das muitas igrejas alienadoras. Sem o trabalho eficiente e contínuo desses administradores dos aparelhos ideológicos (veja o capítulo XII), nenhuma sociedade baseada na contradição de classe poderia subsistir. Quando se diz, pois, que a mudança numa sociedade depende da

classe média, em parte é verdade. Mas não que seja a classe média que vá fazer a mudança; a classe média somente não irá impedir que a mudança aconteça. Porque, se a mudança não acontece, é exatamente devido ao trabalho ingente desses *cães de guarda*, como os chama Paul Nizan, que não deixam as coisas mudar.

Ainda uma coisa para concluir: quer dizer que não existe, então, classe média?

É isso mesmo, classe média é um mito. Um mito que possui funções importantíssimas, principalmente ideológicas, como acabamos de mostrar. Serve para dividir os trabalhadores e ao mesmo tempo acalma as consciências dos que controlam os trabalhadores, pois eles se colocam numa *outra classe*.

Mas é importante mostrar ainda que existem algumas pessoas, poucas porém, e cada vez menos, que não são assalariadas, trabalham por conta, e ao mesmo tempo não exploram trabalho de ninguém, isto é, não vivem do trabalho dos outros. A esse grupo poderíamos chamar de *pequena burguesia*. Veja o caso dos colonos, por exemplo. Eles possuem sua terra, a família toda trabalha, são donos da terra, não possuem empregados que trabalham para eles.

É importante acentuar que esse grupo é cada vez menor. São poucas as pessoas, em nossa sociedade, que conseguem se manter independentes. Ou caem no grupo dos trabalhadores, ou necessitam se colocar como empresa, explorando mão-de-obra de outros, para poder competir e continuar sobrevivendo.

As estatísticas mostram como esse grupo está diminuindo. No RS, em 1976 havia 430 mil famílias de pequenos agricultores. Dois anos depois, esse número baixara para 370 mil. Isto é, em dois anos 60 mil famílias, ao redor de 350 mil pessoas (5% da população do RS), tinham vendido suas terras. Vamos dizer que 30% dessas pessoas foram para terras novas (Paraná, Mato Grosso, Pará). Mas 70% vieram engrossar as vilas periféricas de nossas cidades. Essa é a força da máquina do sistema. Não há como fugir: através da competição, da concorrência, o do meio é eliminado. Sobram os de cima (o capital) e os de baixo (os trabalhadores).

INFRA-ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA: SUAS
RELAÇÕES

Nas nossas discussões sobre os tópicos em Sociologia, já andamos por diversas áreas: teoria, ideologia, modo de produção, diversos modos de produção, classes sociais. Vamos entrar agora num tópico novo, ligado à compreensão mais profunda do que é uma sociedade. Não o abordamos até agora, pois precisávamos fundamentar bem alguns conceitos e dimensões. Mas chegou a hora de abordar essa nova realidade.

Quando discutimos o que é sociedade e a teoria do modo de produção, fomos montando os elementos essenciais dum modo de produção (sociedade), através de diversas perguntas. Chegamos assim à montagem do esquema instrumental para análise duma sociedade: toda sociedade é formada por dois elementos essenciais, que são as forças e relações de produção.

Agora a pergunta: a sociedade é só isso? Não há mais nada?

A bem da verdade, devemos responder que não é só isso. Tudo o que analisamos e descobrimos da sociedade é apenas uma parte, a parte de baixo, aquilo que de agora em diante chamaremos de infra-estrutura. As forças e relações de produção constituem o fundamento, a base da sociedade.

Mas uma sociedade não é só isso.

Todo agrupamento humano, por menor que seja, na medida em que vai se organizando, necessita criar normas, leis, estatutos, orientações, códigos de procedimento, de ética, etc. Depois que esse grupo existe, há algum tempo, as tradições começam a ser importantes na definição desse grupo. Dentro do grupo vão se criando ainda certas lendas, mitos, crenças, que servem para expli-

car, legitimar, fortificar, sacralizar, reproduzir as práticas já existentes no grupo. Pois tudo isso que é criado pelo grupo constitui a superestrutura do grupo. Há pessoas que não gostam desses nomes. Ninguém precisa brigar por causa dos nomes. Os nomes são arbitrários, relativos. O que importa é ver o que esses nomes significam, o que se quer designar com esses nomes. Há pessoas que trocam de nome. Nem por isso deixam de ser aquela pessoa. Mas preferiram outro nome. Assim também aqui no nosso caso. Existe uma realidade, que precisava dum nome. Os nomes empregados foram infra-estrutura e superestrutura. Se alguém achar algum melhor, ótimo. Mas diga logo o que quer dizer com o nome.

É importante aprofundar um pouco essa nossa discussão. Pensamos que os nomes infra e superestrutura são bons, porque nos dão uma imagem muito adequada de como as coisas são mesmo na sociedade. Pode-se até usar a imagem dum edifício para melhor compreender o que se passa na sociedade.

Assim como nenhum edifício pode subsistir sem que tenha uma base, isto é, fundamentos sólidos e garantidos, assim também numa sociedade são necessários os fundamentos. Esses fundamentos, essa base, é a infra-estrutura, que é constituída pela produção: as forças e relações de produção. Sem produção não existe possibilidade duma nação sobreviver.

Mas num edifício existem também os andares superiores. E normalmente o que nós vemos primeiro são os andares, e nem prestamos atenção aos fundamentos dum edifício. Mas se tirarmos os fundamentos, os andares caem. Assim muita gente, quando vai definir uma sociedade, parte logo da colocação e descrição dos andares superiores, esquecendo de tomar em consideração a base. Veja os manuais quase todos de OSPB, Moral e Cívica e até mesmo de Sociologia ou Estudos Sociais: quando vão definir o Brasil, por exemplo, vão logo dizendo que o Brasil é uma República Federativa, constituída por tantos Estados, cujo governo é constituído por três poderes, etc. Examine você mesmo os manuais e verá. Na definição do Brasil, pois, começou-se pelos andares superiores, por aquilo que a Constituição atual diz ser o Brasil. Mas nada se falou da maneira como os brasileiros conseguem as coisas para

comer, morar, se vestir. E sem comer, ninguém vive. Os que prestam atenção aos fundamentos duma sociedade vão definir o Brasil duma maneira diferente: vão dizer que o Brasil é um *modo de produção* capitalista, isto é, que no Brasil há uma maneira especial de se conseguir as coisas: alguns são donos dos meios de produção e a maioria trabalha como empregado. Ainda não se fala das relações que existem entre capital e trabalho. Isso fica para cada um examinar e analisar.

Qual das duas maneiras é a melhor?

Pois aqui voltamos ao problema das teorias. Não há nenhuma teoria, ou definição, que explique totalmente uma coisa. Algumas definem mais, outras menos. Certamente a melhor será aquela que explique e defina mais coisas e melhor. Se descrevermos o Brasil como uma República Federativa etc... estamos dizendo como o Brasil é agora, como o Direito (Constituição) diz que o Brasil é. Mas se dissermos que o Brasil é um modo de produção capitalista, já dizemos muitas coisas mais, pois dizemos como o Brasil é agora e porque ele é assim. Pois mostramos quem decidiu que o Brasil fosse assim. Vamos ver que quem manda é o capital, pois as relações entre capital e trabalho são de dominação, e mostramos que o Direito (as leis, a Constituição) foi criado pelo capital (pelos donos dos meios de produção). Examinando mais a fundo o Direito, vamos constatar que ele serve aos interesses do capital; e olhando a história do Brasil, vamos constatar que isso sempre foi assim: quem tinha as terras, e depois as indústrias, decidia sobre o tipo de organização social que seria melhor na ocasião. Ou você acha que não é assim? Já tentou estudar nossa história? Atualmente, quem decide a respeito das leis, dos decretos, das mudanças, da dívida externa, de como pagar a dívida, de que partidos são possíveis, de quanto deve ser o salário etc.? Quem senão o capital, os donos dos meios de produção? Por isso o Brasil, por enquanto, é um país capitalista.

Mas é preciso dizer mais alguma coisa sobre a superestrutura. Esse conceito é muito elástico, difuso, amplo. A superestrutura é toda uma camada superior, que aos poucos foi sendo criada, e colocada por cima da infra-estrutura. Ela é muitas vezes

imaterial, não é concreta e palpável, mas é muito real e eficiente. Nós já fizemos uma lista de tudo o que faz parte da superestrutura: as leis, o direito, a moral, as normas, as legitimações, as explicações, os mitos, as lendas, as tradições, os códigos de leis de diversos tipos, os decretos e, finalmente, as ideologias todas (veja o capítulo II).

Para se ter um exemplo interessante do que é uma superestrutura, vamos contar aqui uma descoberta feita por Thales de Azevedo, numa pequena aldeia da Bahia. Nessa aldeia havia uma crença que era comum a todas as pessoas: a crença era de que meninas-moças, depois de escurecer, não podiam sair sozinhas de casa, caso contrário algum ser, algum duende iria fazer mal a elas. E lá todos acreditavam na história.

Pensando sobre essa história, percebe-se logo que quem criou essa crença, ou lenda, foi alguma mãe, ou avó, que já estava cansada de ficar controlando as adolescentes e, para poupar trabalho, inventou a história. Certamente muitas meninas ainda se arriscam a sair sozinhas, mas são poucas, e vão e voltam correndo. Mas a grande maioria fica guardada dentro de casa. E isso poupa um enorme esforço de vigilância que as famílias teriam de dispendar no controle das mocinhas.

Pois aqui está um exemplo de superestrutura. Uma crença inventada, Deus sabe por quem, que possui uma finalidade muito importante e urgente. Examinando-se as crenças, os mitos, as histórias infantis, percebe-se que todas elas possuem uma importância muito grande na criação, formação, legitimação, e até mesmo sacralização e reprodução de determinados modos de vida, determinados padrões de comportamento. Sub-repticiamente, talvez até mesmo inconscientemente, criam-se mecanismos que protegem, reproduzem esses valores, normas de vida. Pois essas são as superestruturas.

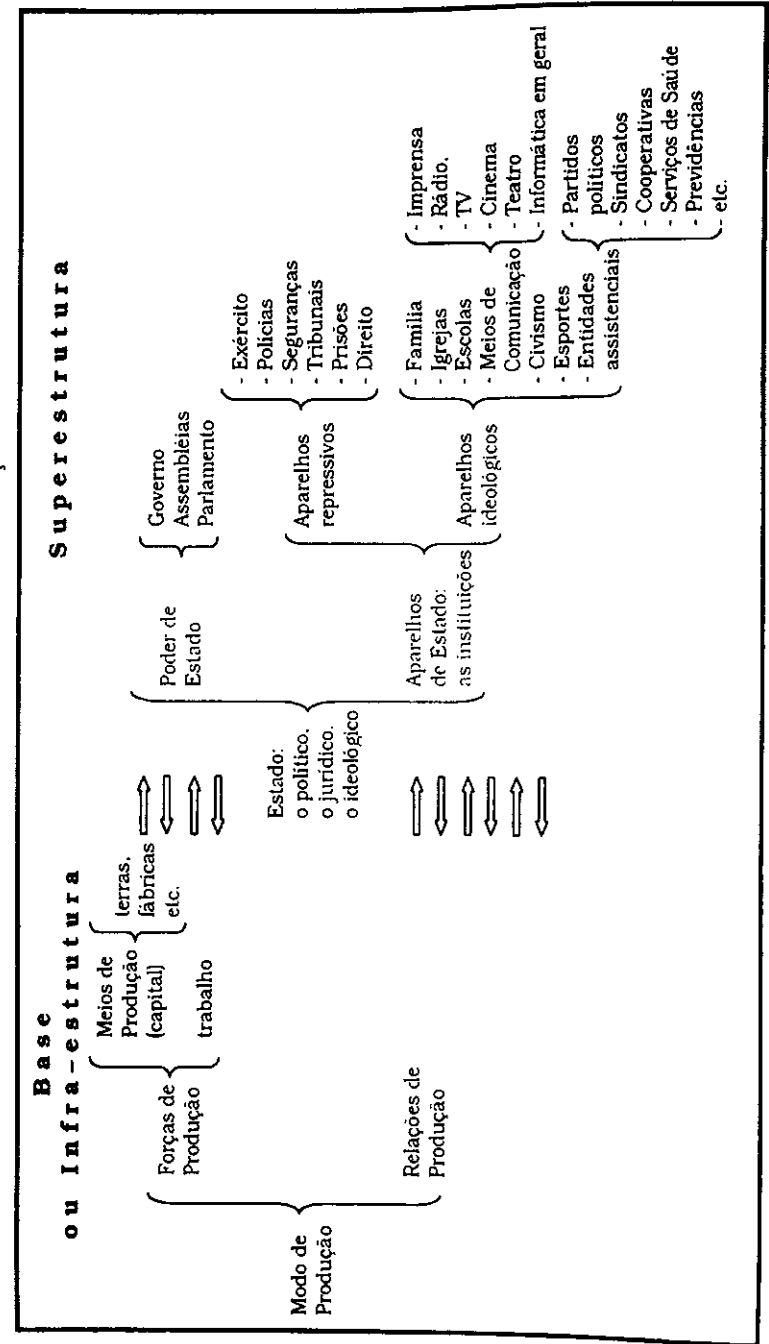
Alguns "resumem" a superestrutura num conceito único que chamam de "estado". Mas "estado" não é apenas o governo. É também, mas muito mais. Abrange tudo o que se refere ao "político", isto é, ao poder: governo, assembléias, parlamentos; o que se

refere ao "jurídico": normas, leis, tradições etc.; e tudo o que se refere ao ideológico: os mecanismos de persuasão, as ideologias, em geral. Esse "estado" será composto, pois, de duas grandes partes: o "poder" de estado: esse seria então o governo, assembleias, o político; e a segunda parte seriam os "aparelhos" de estado, que seriam as instituições (tudo o que se "materializou" a partir das tensões e confrontações nas relações básicas de produção, para reproduzir essas relações -ver capítulo XII.

Esses aparelhos (instituições) também podem ser divididos em dois grandes grupos, ao menos para fins de análise, pois na prática eles possuem as duas dimensões: os repressivos, que usam a força, a coesão; e os ideológicos, que empregam a persuasão e a ideologia. O quadro 5 nos mostra agora como a sociedade se amplia e se complexifica.

Qual a relação entre infra e superestrutura?

Visão Geral de um Modo de Produção



Coloca-se aqui uma discussão muito importante. O que influencia prioritariamente, o que determina em primeiro lugar as coisas: é a infra-estrutura que determina a superestrutura, ou a superestrutura determina a infra-estrutura?

Há três posições principais nessa discussão:

1ª) O mecanismo determinista, ou o determinismo mecanicista. Segundo essa posição, o que determina tudo, e sempre, é a infra-estrutura. Não há nada que não decorra diretamente do econômico, das forças e relações de produção. O resto tudo é alienação. Alguns chamam a isso de materialismo. É a teoria estalinista ou da Escola de Moscou, ou do marxismo vulgar.

2ª) O culturalismo. Essa posição realça a importância da superestrutura na determinação dos fenômenos. Houve dois nomes importantes, mesmo dentro do mundo marxista, que enfatizaram essa posição: George Lukacs e Antonio Gramsci. Eles se rebelaram contra o determinismo mecanicista e mostraram a importância das diversas instâncias superestruturais na transformação da sociedade, como a consciência de classe, a educação, o partido político. São chamados de culturalistas, pois eles mostram como os fatores culturais podem influenciar e mudar a infra-estrutura.

3ª) A teoria da autonomia relativa da superestrutura. Segundo essa posição, não se pode negar que a infra-estrutura possui uma importância imprescindível, indispensável, ao menos *em última instância*. Dito em outras palavras, essa teoria insiste num fato óbvio e inegável, de que para viver, as pessoas precisam comer. Isso significa *em última instância*. Essa teoria não esquece que nenhuma sociedade sobrevive sem sua produção. Mas ao mesmo tempo admite que as superestruturas possuem uma ação de retorno sobre a infra-estrutura, modificando a própria infra-estrutura. Diz-se, pois, que a superestrutura possui uma autonomia também, mas que essa autonomia é relativa, não absoluta. É relativa, pois nenhuma superestrutura sobreviverá sem a produção. Nenhuma pessoa pode rezar, meditar, contemplar, filosofar, estudar, se não come.

Essa terceira posição engloba tanto a primeira como a segunda. E, na prática, vemos que assim é. Sem comer ninguém vive. Mas os grupos organizados, as comunidades conscientes de seus direitos, podem influenciar e modificar até mesmo a maneira como se conseguem as coisas para comer. Aliás, as grandes lutas e batalhas são exatamente para que as pessoas possam ter o que comer, possam ter seus direitos garantidos. E através da história nós temos muitos exemplos de mudanças na própria infra-estrutura. Mas todos os que tentaram fazer alguma mudança, somente o conseguiram na medida em que garantiam a sobrevivência deles e dos que com eles lutavam para essa transformação.

No nosso trabalho concreto devemos, pois, dar atenção às diversas instituições que possam influenciar na transformação da sociedade. Assim, nosso trabalho na escola, em grupos de igreja, dentro dos meios de comunicação é importante e pode tornar-se decisivo para que se possa chegar à transformação das estruturas sociais.

No capítulo seguinte vamos começar a analisar esses "aparelhos" (instituições) a partir de sua função específica, muitas vezes oculta, mas muito importante: a manutenção, reprodução (e, às vezes, revolucionariamente, de mudança) de uma sociedade.

OS APARELHOS DE REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE

Após termos ampliado a visão do que seja uma sociedade, com sua infra-estrutura e superestrutura e suas influências mútuas, passaremos a analisar, pormenorizadamente, os diversos mecanismos superestruturais que se criam nas diversas sociedades para reprodução e manutenção dessa própria sociedade. Nessa primeira discussão vamos examiná-los e classificá-los de modo geral. Posteriormente vamos discutir alguns deles individualmente e mostrar como eles se comportam, quais as estratégias que usam, quais seus mecanismos claros e ocultos.

Entre outros, veremos o papel das leis (o aparelho ideológico do Direito), o papel da escola, das igrejas, da família, dos meios de comunicação, dos sindicatos, das cooperativas.

Que são aparelhos de reprodução?

Todo agrupamento humano, toda sociedade necessita assegurar sua sobrevivência e sua permanência, sua reprodução. A sobrevivência é assegurada pela produção, e a reprodução é assegurada por diversos aparelhos, ou mecanismos, que a sociedade cria, como já vimos no capítulo anterior, para se fortificar e legitimar, podendo assim garantir sua continuidade.

Quais são eles?

Diversos pensadores que discutiram esse problema classificaram os aparelhos de reprodução em duas categorias fundamentais:

Os aparelhos repressivos: são aqueles aparelhos que na sua função de manutenção e reprodução da sociedade usam a força, a violência, ou a coação-repressão. Eles não escondem seu papel, mostram-se como são, são claramente estruturados e organizados. Entre outros, poderíamos identificar os seguintes:

- o exército, que muitas vezes tem a tarefa de defender a sociedade contra agressões externas, mas algumas vezes passa a exercer funções dentro da própria nação;

- as companhias de segurança que estão proliferando por toda parte (a concentração, com sua conseqüente exclusão, produz uma sociedade cada vez mais violenta e insegura);

- as políticas de todos os tipos: sua função é garantir a ordem interna, em geral;

- as prisões, onde são colocados os que não se enquadram dentro das normas estabelecidas pela sociedade. Essas prisões são de diversos tipos e categorias. Há prisões para menores de 18 anos, prisões para mulheres, prisões para presos comuns, para presos especiais e entre os especiais, há algumas prisões para as pessoas que possuem certo grau de saber ou prestígio na sociedade.

- Os tribunais, encarregados de julgar e decidir o que é certo ou errado, quem é culpado ou inocente. Os tribunais remetem as pessoas às prisões, quando julgadas culpadas.

- O direito, que em sua parte penal passa a pertencer às instituições repressivas.

Não analisaremos especificamente nenhum dos aparelhos acima nos capítulos posteriores, pois preferimos dar maior atenção aos aparelhos ideológicos, que usam a persuasão e que são mais sofisticados. Os aparelhos repressivos são fáceis de serem analisados.

Além disso, os aparelhos repressivos só são usados em último caso, isto é, quando as pessoas não se conformam mesmo com o que os dirigentes da sociedade querem. Primeiro as pessoas são tratadas duma maneira pacífica, persuasiva, através de conselhos. Só depois, quando esses remédios estiverem esgotados, passa-se a usar a coação e a repressão. Por isso, na nossa análise das

relações de dominação, discutiremos as instituições que usam a repressão duma maneira mais sutil e elegante.

Você pode, contudo, fazer-se diversas perguntas com respeito aos aparelhos repressivos. Pode-se perguntar, por exemplo: a quem se destina realmente a polícia? Talvez você vá descobrir que a polícia, na realidade, só cuida dum determinado tipo de gente, que são os trabalhadores. No papel, a polícia deveria ter o mesmo tratamento com todos. Mas, na prática, de quem a polícia cuida? E quem a polícia defende?

Ainda mais, você poderia se perguntar: qual o papel dos tribunais e das prisões? Quem chega a ir para a prisão? Quem chega a ser condenado? Você já chegou a ver algum dono dos meios de produção na prisão? E por que existem prisões especiais para certos tipos de pessoas que possuem mais estudo ou mais prestígio, prestígio esse trazido, em geral, pelo dinheiro?

Você vai dar-se conta de que, na prática, os aparelhos repressivos estão a serviço dum tipo de gente, duma classe que são os donos do capital, e atuam, na maioria quase absoluta das vezes, contra a outra classe, que são os trabalhadores. As raras exceções são para confirmar a regra. Mas no discurso, isso é, quando se fala ou se escreve, se diz que esses aparelhos repressivos são para proteger e defender *todos os cidadãos*. Procure estar atento e prestar atenção ao papel real desses aparelhos coercitivos.

Os aparelhos ideológicos: são aqueles aparelhos, ou mecanismos, que na sua função de manutenção e reprodução das relações numa sociedade usam a persuasão, a *cantada*, isto é, a ideologia. Eles são bem mais difíceis de serem identificados, pois é necessária certa astúcia, certa perspicácia para poder perceber seu papel. Como dizíamos antes, eles são muito mais sofisticados em sua ação.

Entre os aparelhos ideológicos poderíamos citar os seguintes:

- a escola (ou educação), a família, as diversas igrejas, as leis (o direito), os meios de comunicação social (rádio,

TV, jornais, revistas, filmes, teatros), as entidades assistenciais (INSS, "Comunidade Solidária", Febem, etc.), os sindicatos (pelegos), as cooperativas dependentes do Estado, os partidos políticos dominados pelo capital, e outros.

Nos capítulos posteriores vamos fazer uma análise específica de alguns dos aparelhos ideológicos acima mencionados. Essa discussão será apenas para poder realçar seus pontos principais, mas cada grupo de trabalho que se defrontar com esses aparelhos deve, ele mesmo, discuti-los na prática e identificar os mecanismos e estratégias que são usadas em cada situação concreta.

O APARELHO IDEOLÓGICO DO DIREITO

Nas análises dos diversos mecanismos de manutenção e reprodução da sociedade, nós nos defrontamos de imediato com um muito concreto e amplo: as leis de todo o tipo: as tradições, as leis familiares, as leis dos grupos, os regulamentos, os estatutos, as leis penais, as leis governamentais, as leis constitucionais, as leis morais. Algumas dessas leis são apenas para aconselhar, outras já são mais severas, e se não são cumpridas, podem levar as pessoas à prisão. Poder-se-ia até dizer que há leis que valem para todas as pessoas do mundo, apesar de serem poucas, como, talvez, a de que não se pode matar os semelhantes. Mas mesmo essa, em alguns povos, em certas ocasiões, não era totalmente seguida, como, por exemplo, quando se sacrificavam pessoas aos deuses.

Grande parte dessas leis são colocadas no papel e daí decorrem os códigos de leis, de diversos tipos.

Mas o que nos interessa discutir agora, dentro sempre de nosso enfoque histórico-crítico, é a compreensão do verdadeiro sentido das leis. E isso só se consegue se formos à origem da questão e nos perguntarmos: como foi que as leis apareceram? Pois há duas maneiras bem diferentes de encarar esse problema das leis:

1) A primeira, é a maneira positivista-funcionalista, estática, que começa a examinar as leis que existem, qual a função que elas têm para a manutenção e reprodução da sociedade. Esse tipo de enfoque no tratamento das leis não pergunta como as leis surgiram. Ela toma as leis aqui e agora, supõe que devem ser assim e, implicitamente, acaba supondo que sempre foram assim, serão sempre assim e são assim em todas as sociedades. Isso é o que se chama de *naturalização ou reificação das leis*. Ele não se dá conta de que todas as leis foram criadas por alguns e que foram criadas com o intuito de responder a determinados interesses dos grupos, ou de alguns dentro do grupo.

2) A segunda maneira é a histórico-crítica. Essa maneira de ver as coisas pergunta logo pela *paternidade* das leis, isto é, quem fez as leis, e tem como pressuposto que, se as leis são assim, o são porque alguém quis, mas poderiam ser diferentes; e sendo criações culturais, são relativas, parciais, respondem a interesses de alguns grupos, ou pessoas. É preciso então identificar a que interesses elas respondem.

Para ilustrar um pouco o aspecto relativo, cultural, histórico, das normas, costumes, tradições e leis, é interessante relembrar a história do antropólogo ocidental que chegou a uma ilha do Pacífico e foi recebido pelos hospitaleiros habitantes. No primeiro contato, o visitante mostrou certa simpatia, certa predileção por uma velhinha da tribo. Conversou muito com ela, ficou com ela mais tempo e todos notaram sua atenção especial pela velhinha. No dia seguinte, os habitantes resolveram, dar um banquete em homenagem ao estrangeiro. Almoço festivo, com comidas especiais. Após os aperitivos, é servido o prato principal, introduzido por quatro garçons, vestidos a rigor. O prato está coberto, e o chefe da tribo levanta-se, pedindo ao visitante que adivinhe o que seria servido. Queriam fazer-lhe uma agradável surpresa. O nosso homem, por mais que tentasse, não consegue adivinhar. Levanta-se então o chefe da tribo e descobre o prato: lá estava a velhinha, com quem ele falara na véspera...

A isso se chama "choque cultural".

Esse exemplo mostra a relatividade das leis e costumes. A atitude histórico-crítica deve estar prevenida para tudo: tudo é possível, pois nada é fixo, absoluto.

A mesma coisa se dá, por exemplo, com o casamento. No Tibet, as mulheres têm muitos maridos. E no Irã, os homens têm muitas mulheres.

Entre os índios Tikunas, no Alto Solimões, a moça só casa quando existem sinais claros de gravidez. Antes não.

Queremos deixar claro que não estamos discutindo aqui problemas éticos, isto é, se isso é certo ou errado, bom ou mau. Estamos apenas mostrando que os costumes, as tradições e as leis são culturais, são criadas por grupos, ou indivíduos dentro dos grupos, que possuem mais poder e prestígio para fazer valer sua vontade. Esses interesses particulares são colocados como leis para todos os outros.

Alguém pode estar pensando: mas isso é assim entre povos diferentes, entre culturas diferentes, mas não entre nós, aqui no Brasil. Pois para mostrar que mesmo aqui as coisas são assim, vamos ver alguns exemplos.

Começemos por uma lei muito importante que existe aqui no Brasil e que atinge a maioria absoluta da população: a lei do salário mínimo. Quando alguém quer trabalhar, vai falar com o dono da empresa e faz o acordo: vai trabalhar oito horas por dia, seis dias por semana, por um salário. Se o trabalhador reclamar, o empresário diz: *Meu amigo, aqui está a lei!* E o operário não conseguirá nunca processar o empresário, colocá-lo na cadeia, pois ele está cumprindo a lei.

Agora veja você: pela Constituição brasileira, o salário deveria ser suficiente para uma família poder se alimentar dignamente, ter casa, transporte, educação. Isso, hoje, corresponde a pelo menos quatro vezes o salário. Mas, na realidade, isso não é colocado em prática nunca.

Agora você deve se perguntar: Quem criou a lei do salário mínimo? A quem favorece essa lei? Como se explica o conflito entre as duas leis? Por que uma lei, que faz parte da Constituição, por isso mesmo muito mais importante, não é cumprida? E por que se obrigam algumas pessoas a cumprir uma lei, como a do salário mínimo, que é posterior à Constituição?

Na resposta a essas perguntas você vai compreendendo o que são as leis, quem as criou, a quem elas favorecem e a quem elas desfavorecem. E comece a discutir com seus colegas as outras leis todas que existem por aí.

Ainda uma pequena discussão que ajuda a compreender o quanto nós estamos envolvidos pelo mundo da dominação das palavras e dos conceitos.

Você já ouviu certamente falar do conceito "problema". Quando alguma coisa não anda bem, diz-se que isso constitui um problema. E quando as coisas esquentam na sociedade, diz-se que estamos cheios de "problemas- sociais".

Pois bem. É importante ver onde está a origem dos problemas sociais na realidade. Normalmente, pelo que se vê na imprensa, na televisão, nos discursos das autoridades, há problemas sociais quando alguma coisa não funciona como deveria funcionar servindo as interpretações oficiais. Nesse caso as pessoas esperam que os sociólogos, os assistentes sociais, os padres, estudem e ajudem a solucionar os problemas.

E essas pessoas (padres, sociólogos, professores, assistentes sociais) começam a correr em todas as direções, para colocar as coisas novamente no lugar, isto é, naquele lugar onde os criadores das leis acham que elas devam estar. E nós não nos damos conta do que realmente constitui o problema. Não vemos que o problema está na própria instituição que foi criada pelos interesses de alguns grupos; não nos damos conta de que o problema está na lei que foi feita para responder a determinados interesses.

Então, a origem do problema, a essência do problema consiste em saber por que existem tais instituições e tais leis. São essas instituições e leis que deveriam mudar para se resolver o problema, e não ajustar as pessoas a essas instituições ou fazê-las obedecer a tais leis.

Vejamos o caso duma greve, por exemplo. Os operários decidem não trabalhar enquanto não conseguirem um salário digno. Os donos do poder e do capital mobilizam imediatamente todo aparato repressivo e ideológico para poder controlar o "problema" que está surgindo. E esse "exército" mobilizado pelo capital acha que o problema está na greve, na não aceitação da lei do

salário mínimo, por exemplo. Não consegue ver que é a própria lei do salário mínimo que é o problema.

Os exemplos desse tipo são inúmeros. O "problema" do capataz fazer seus operários trabalharem com mais eficiência - ou do oficial de combate - levar as tropas a atacar o inimigo com mais entusiasmo - , não precisa ser "problema nem para o operário, nem para o soldado. O verdadeiro problema, para o sociólogo e o que estuda essa realidade global, é o capitalismo e a instituição militar. O problema sociológico fundamental não é o crime, mas a lei. Há muitas coisas que são permitidas em algumas sociedades e são proibidas em outras. Crime começa a existir quando existe uma lei. Então o problema primeiro é descobrir quando surgiu a lei, por que surgiu, a que interesses ela responde. Ficar discutindo o "crime" é no mínimo ingenuidade, como fazem muitos juristas.

Numa sociedade como a nossa, em que 5% da população possui todos os meios de produção (terras e fábricas), são chamados de "problemas sociais" os roubos, latrocínios, assaltos, invasões de terras, greves, mobilizações populares, passeatas, pobreza, mortalidade infantil, favelas, desnutrição, doenças endêmicas, e toda uma lista que você encontra em qualquer livro de Moral e Cívica, ou em qualquer discurso de presidentes ou governadores. E todo o mundo fica lá na consequência, achando que o problema é isso tudo que vimos na lista acima. Mas são poucos os que percebem que o verdadeiro "problema", que gera todos os outros, é a maneira como as coisas são repartidas, isto é, problema é o modo de produção capitalista, baseado em relações de dominação de uns sobre os outros e exploração do trabalho pelos que detêm os meios de produção. E são as leis criadas pelos donos dos meios de produção (ou seus ajudantes) que fazem com que isso continue assim. Caso alguém tente transgredir alguma dessas leis, o aparato repressivo estará pronto para colocar esse cidadão em seu devido lugar.

O APARELHO IDEOLÓGICO DA ESCOLA

Entramos agora numa discussão que diz respeito à grande maioria dos fatores desse livro, pois trata duma instituição que tem a ver, ou teve, com a maioria absoluta da população. Sendo que esse livro vai ser usado principalmente em escolas, essa nossa discussão se torna enormemente próxima.

Existe já, hoje, uma grande bibliografia sobre a função da escola na nossa sociedade. Muitos desses livros já assumem uma postura bastante crítica e desmitificadora.

Dentre os muitos aspectos que poderíamos discutir, nós vamos enfatizar apenas alguns, que julgamos mais importantes. Vamos privilegiar, de modo especial, a análise crítica das ideologias subjacentes às diversas teorias de aprendizagem, e um pouco da história da escola.

A história da escola

Para se compreender bem nossa discussão, é importante ter presente as discussões já feitas sobre o Modo de Produção (Cap. V), sobre o Capitalismo (Cap. VI) e sobre a Superestrutura (Cap. XI). Vimos, nessas discussões, que as relações de produção fazem parte da estrutura duma sociedade. No capitalismo, as relações são de dominação (alguns são donos dos meios de produção) e de exploração (o capital expropria parte do trabalho de quem trabalha). A escola faz parte da superestrutura, que são instituições criadas para reproduzir e garantir as relações de produção.

Todas as sociedades tiveram, duma maneira ou outra, a sua escola. E aqui vamos introduzir uma explicação importante: vamos distinguir entre *escola* e *educação*.

Por *escola* nós vamos entender o aparelho criado pelo grupo dominante para reproduzir seus interesses, sua ideologia.

Escola seria aquela instituição superestrutural, na maioria das vezes imposta, obrigatória, e controlada pelos que detêm o poder. Quando essa escola não executar a política e os interesses do grupo no poder, ela é censurada, mudada, reformada, e até mesmo fechada. Escola seria, pois, o aparelho ideológico do capital.

Por *educação* nós vamos designar o processo ligado à etimologia da própria palavra. Educação é uma palavra que vem do latim, de duas outras: e ou *ex*, que significa de *dentro de, para fora; e ducere*, que significa *tirar, levar*. Educação significa, pois, o processo de tirar de dentro duma pessoa, ou levar para fora duma pessoa, alguma coisa que já está dentro, presente na pessoa. A educação supõe, pois, que a pessoa não é uma "tábula rasa", mas possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo.

Essa distinção vai identificar as diversas correntes que se verificaram através da história.

Podemos começar, já, pela antiga Grécia. Nesse país havia os dois modelos: o manipulador, usado pelos donos do poder, para adaptar as pessoas a seus interesses; e o libertador, simbolizado na escola de Sócrates, que representava o processo de desenvolvimento da pessoa a partir dela mesma.

Para se compreender melhor o processo socrático, deve-se ver como ele encarava a verdadeira educação. Sócrates dizia que o professor é semelhante a um parteiro. O parteiro tira o humano do humano. Assim, deve ser o educador: aquele que tira de dentro das pessoas o que já existe de humano dentro dessas pessoas. A esse processo Sócrates chamou de Maiêutica. Seu método consistia não em dar respostas que os outros devessem aceitar e repetir, mas em fazer perguntas, obrigando a pessoa a pensar, até que ela mesma se desse conta de suas contradições e compreendesse a totalidade do fenômeno.

Mas, como sempre, esse processo não agradou aos donos do poder, e Sócrates foi acusado de corromper a juventude, de colocar "minhocas" na cabeça das pessoas, principalmente dos jovens. Começou uma perseguição muito grande contra sua pessoa e seu método, e Sócrates, para evitar problemas e dissabores maiores, teve de tomar cicuta.

E assim, através da história, a escola sempre era usada enquanto ela trouxesse proveito para os grupos que detinham o poder. Se ela pudesse prejudicar a esses grupos, não era permitida. Veja essa afirmação de La Chalotais, na França, em 1766:

"Nunca houve tantos estudantes como hoje. Inclusive gente do povo quer estudar... Ensinam a ler e escrever a gente que só deveria aprender a manejar instrumentos... O bem da sociedade exige que o conhecimento das gentes não vá mais longe do que é necessário para a sua própria ocupação diária. Todo homem que saiba além de sua rotina diária, não será nunca capaz de continuar paciente e atentamente esta rotina..."

E Bernard de Mandeville, no séc. XVIII, escrevia:

"A fim de se conseguir, mesmo em circunstâncias difíceis, uma sociedade harmônica e um povo dócil, nada melhor do que a existência de um grande número de analfabetos e de pobres; os conhecimentos alargam e multiplicam os desejos, e quanto menos coisas uma pessoa desejar, mais fácil lhe será obtê-las."

Na Inglaterra, em 1897, um projeto de dar escolas a todos foi derrubado na Câmara dos Lordes, e entre outras razões estavam estas:

"Em vez de ensinar-lhes subordinação, (a escola) os tornaria facciosos e rebeldes... Poderiam então ler panfletos sediciosos, livros perigosos... Tornaria-os insolentes ante seu superiores; em poucos anos o resultado disso forçaria o governo a utilizar a força contra eles."

Mas não muito tempo depois, a escola primária se tornou obrigatória na maioria desses países. Por que se processou essa mudança? Pois vamos ver as explicações que os responsáveis e dirigentes desses países nos dão. Em 1934, um jornal dos professores da França dizia o seguinte:

"Nós, educadores franceses, sabemos aproveitar todas e cada uma das ocasiões que se nos apresentam para inspirar nos nossos alunos um ardente amor à Pátria... Quando ensinamos geografia, nunca esquecemos de inculcar na criança como é formosa, rica e fértil a nossa França... Fazer patriotas sinceros é também a nossa meta."

E Ernest Lavisse, na "História de França":

"Para recuperar da Alemanha o que esta nos usurpou... devemos ser bons cidadãos e bons soldados. É para convertê-los em bons soldados que vossos mestres vos ensinam a história da França."

Aqui se percebe que a escola serve sempre aos interesses dos poderosos. Se a escola puder atrapalhar seus planos, ela é proibida; se ela é necessária como "forno de cidadãos dóceis" e como fábrica de soldados obedientes, ela é obrigatória durante todo o tempo necessário.

O que se quer mostrar, pois, com os exemplos acima, é a mudança que a escola sofre, na medida em que ela se torna necessária ao sistema. O tipo de escola que possuímos hoje, nos países capitalistas dependentes, é o tipo de escola necessária para que o capital possa se expandir e ter muitos lucros. Fundamentalmente a nossa escola hoje desempenha duas funções principais:

1) Preparar mão-de-obra para o capital. Essa é uma tarefa imediata, necessária, apesar de não ser a mais importante. Todas as reformas de ensino que aconteceram no Brasil, nas últimas três décadas, tiveram como objetivo fundamental a preparação de mão-de-obra conveniente ao bom desempenho das indústrias no desenvolvimento econômico de nosso país. Esse objetivo está claro nas justificativas das próprias reformas.

2) Reproduzir as relações de dominação e de exploração. Para compreender melhor essa função, é necessário discutir a ideologia subjacente às diversas teorias de aprendizagem. Passaremos, pois, ao segundo ponto, à discussão da ideologia das teorias, ten-

tando mostrar como indiretamente a escola serve à reprodução das relações de produção, principalmente à relação de dominação.

A ideologia das teorias de aprendizagem

Todos nós temos nossas teorias de como se aprende e de como se ensina. Mesmo que não sejamos professores, ou mesmo que nunca tenhamos pensado nisso, dentro de nós possuímos uma teoria de como se ensina e de como se aprende. Fique pensando nisso enquanto discutimos as diversas teorias, e suas ideologias, e tente, depois, identificar qual a sua teoria de aprendizagem e a quem ela serve.

Pensamos que se poderia englobar as diversas teorias de aprendizagem em duas matrizes principais:

1) *A matriz dos condicionamentos, ou comportamental.* Os pressupostos principais dessa teoria são de que a aprendizagem se processa através de estímulos que determinam, basicamente, a aprendizagem do aluno. Os estímulos vão carregados de determinado conteúdo e é este que é transmitido ao aluno. Os processos são os de imitação e repetição. Conforme o estímulo, assim também a resposta. Os estímulos podem ser positivos e isso faz com que a pessoa reproduza o que o estímulo sugere e seja levada a repeti-lo. Se o estímulo é negativo, a pessoa suprime o comportamento anterior, ligado a esse estímulo.

Se formos examinar nossa pedagogia, ou nossa didática, veremos que a quase absoluta maioria dos métodos usados ainda são baseados nessa matriz teórica, do estímulo-resposta. Os professores fazem as coisas, dão os exemplos, e os alunos reproduzem e repetem o que lhes é pedido.

Que tipo de homem está por trás dessa teoria? O homem exigido e suposto por essa teoria não se diferencia do animal, do macaco, por exemplo. Através de estímulos nós faremos com que um macaco, um golfinho, um rato, reproduzam igualmente os comportamentos exigidos. Nada se pede de novo, de iniciativa, por parte do aluno. Ele recebe e responde conforme o estímulo dado.

A quem interessa tal teoria? Interessa a quem quer um homem repetidor, reproduzidor do que lhe é transmitido. Se formos examinar o mundo do trabalho no modo de produção capitalista, veremos que o tipo de homem necessário ao bom desempenho numa fábrica ou empresa é um trabalhador que faça as coisas com eficiência e rapidez. Fazer bem e rápido: eis tudo. Não precisa pensar, não precisa decidir, não precisa planejar. Apenas executar. Aliás, quanto menos pensar, melhor. É nesse sentido que aos poucos se vai substituindo o homem pelo robô, pois o homem não passa mesmo dum robô, dum autômato.

A ideologia que se esconde por detrás da teoria dos condicionamentos é extremamente favorável aos donos do capital, pois quanto mais trabalhadores existirem que não pensam, que não questionam, mas apenas executam tarefas obedientemente, mais lucro e menos problemas a empresa terá. Uma escola que desempenhe tais objetivos será a melhor escola para o sistema capitalista. O decidir pensar, criar, é deixado para um pequeno grupo de privilegiados, que receberão uma formação dentro de escolas privilegiadas, onde não faltarão nem verbas nem recursos de todo tipo. Mas serão bem poucos os que podem pertencer a essa elite.

2) *A matriz dialogal.* Uma outra teoria de aprendizagem, baseada também em estudos e pesquisas, mostra que aprender e ensinar não é apenas o que se disse acima, mas inclui o próprio educando. O aprender e ensinar constituiriam uma verdadeira "educação", como definimos no início.

Pensamos que Piaget seja um dos pesquisadores que mais subsídios tenha trazido para essa nova teoria de educação. Ela engloba a primeira, e vai um pouco mais adiante.

Pela experiência que temos, e Piaget mostrou isso muito bem nos livros que escreveu sobre seus filhos, percebemos que em nosso contato com o mundo nós criamos certo esquema cognitivo, ou esquema lógico, que serve para poder "compreender" a realidade com que nos relacionamos. Esse contato com o mundo é um processo dialético, composto do que Piaget chama de assimilação, ou o que vem de fora para dentro, e acomodação, o que vai de

dentro para fora. Nossa mente introjeta a realidade, assimila essa realidade, e ao mesmo tempo nossa mente acomoda-se a essa realidade, externa. Nesse processo dialético de acomodação e assimilação cria-se certo esquema mental, cognitivo, lógico. Esse processo é automático, pessoal.

Até aqui nada de especial. O que acontece é semelhante, em parte, ao que diz a matriz comportamental. Mas isso ainda não é "aprender".

O aprender se dá no momento em que esse esquema lógico, cognitivo, é ferido, é colocado em contradição. Nesse momento, a pessoa, ela mesma, se obriga a se reequilibrar, a mudar seu esquema anterior. Isso é aprender. É a superação qualitativa do esquema lógico anterior. Claro que isso é feito também com um estímulo, que veio desequilibrar o esquema existente. A diferença, porém, é que o estímulo desequilibrador não possui um conteúdo em si, e não é o conteúdo desse estímulo que a pessoa vai repetir, como na teoria anterior. A pessoa, ela mesma, cria e coloca elementos novos, forjados por ela, na reestruturação de seu esquema: esse é o ato de aprender, ato pessoal, autônomo. Na primeira teoria, a pessoa é objeto, receptor numa ação; nessa teoria a pessoa é sujeito da ação. É a pessoa que aprende.

E como se ensina? Aqui está a outra grande diferença. Na teoria anterior ensina-se dando estímulos, fornecendo elementos que serão reproduzidos. Nessa segunda teoria ensina-se fazendo a pergunta, colocando elementos contraditórios no esquema já existente da pessoa. Ensina-se desequilibrando o esquema da pessoa. Enquanto no primeiro caso se dá a resposta, no segundo se faz a pergunta, e a pessoa cria sua resposta, reestrutura seu esquema ferido pela contradição.

Há um pressuposto, subjacente a essa segunda teoria, muito difícil de ser compreendido por nós, que fomos formados no primeiro esquema. Esse pressuposto é sobre "o que é o saber". Para a primeira teoria, o saber é quantificável, é como se fosse algo concreto, objetivo e igual para todos. Como se fosse uma

mercadoria, que existe objetivamente e que é passada de um para outro, conservando as mesmas qualidades.

Já para a segunda teoria, o *saber* é algo pessoal, subjetivo, individual, único, irrepetível. "Saber", no seu sentido original, significa sentir o gosto, perceber o gosto duma coisa. Isso vem mostrar que o saber é uma *experiência*. E toda experiência é única, singular, pessoal, irrepetível.

Ora, se a experiência é algo pessoal, singular, não se pode dizer que há saber mais e saber menos, pois não haverá ponto de comparação. O máximo que se poderá dizer é que existem saberes *diferentes*. Não podemos comparar, então, dois saberes, dizendo que um é maior que o outro, nem que um é melhor que o outro. Não há critério comum, de comparação.

Um filósofo e um pescador possuem saberes diferentes, mas ambos importantes, conforme as circunstâncias.

Outro exemplo real: Uma menina de quatro anos escrevia seu nome usando quatro letras. Seu nome era Ana, mas não tinha nada a ver com o que ela escrevia. Quando se pedia para que ela escrevesse seu nome, ela escrevia as quatro letras. Pedia-se que escrevesse o nome de sua irmã menor, e ela deixava de fora meia letra. O nome de seu pai era escrito com letras bem grandes. O nome de sua colega, da mesma idade, ela o escrevia trocando uma das letras. Na verdade, ela escrevia tudo o que se lhe pedisse, sempre dentro duma certa lógica, própria dela.

Estamos chegando ao que nos interessa. Queremos mostrar como a pedagogia, ou didática que usamos, reproduz as relações de produção, principalmente a dominação. Vamos supor que uma professora, formada numa de nossas escolas tradicionais, se defronte com a Ana. Ela pede que a Ana escreva seu nome. A Ana escreve as quatro letras. Qual a reação espontânea e natural da professora? Ela certamente vai dizer: "Está errado, Ana! Teu nome é assim..." E escreveria: Ana.

O que aconteceu nesse momento? A Ana aprendeu como escrever seu nome? Certamente não! Se ela fosse obrigada a escrever cinquenta vezes o nome "Ana", ela, com certeza, sairia escrevendo o nome. Mas não saberia *por que* seu nome era Ana, e não as quatro letras que ela escrevia.

Mas uma coisa essa menina teria "aprendido", se por acaso ela já não tinha aprendido antes. Essa coisa é: no mundo existem dois tipos de gente: os que sabem (a professora), e os que não sabem (o aluno). Pois no momento em que a professora disse: "está errado", implicitamente foi isso que ela "ensinou" – as relações de dominação, onde alguns estão em cima (sabem), e outros estão embaixo (não sabem).

Por que isso? Porque mesmo cientificamente falando não se pode "provar" que uns sabem e outros não sabem, como vimos antes, pois não existe saber mais e saber menos. O que existe são saberes diferentes. Então o que se pode mostrar é que a Ana sabe uma coisa, e bem lógica (na sua lógica), e a professora sabe outra coisa (dentro duma outra lógica, duma convenção nossa).

Explicando um pouco mais esse ponto: sabemos que Ana se escreve de diferentes maneiras: em português: Ana; inglês: Ann; francês: Anne; em chinês, um sinal ideográfico, etc. Tudo isso é fruto de convenção, e convenção arbitrária. A Ana também criou uma convenção para ela; escreveu seu nome com quatro letras: – "Alem", por exemplo. Isso para ela é um saber, é uma experiência dela, baseada numa lógica que ela desenvolveu.

Agora veja o que acontece quando uma professora chega e diz: "Está errado!". A professora não se detém em descobrir qual a lógica subjacente à menina e qual o esquema cognitivo subjacente ao que ela escreve. Ela simplesmente passa por cima e usa uma atitude "dominadora", de quem se julga detentora dum saber que deve ser comum a todos. Baseada nessa convicção (no fundo falsa e não científica), ela dá seu juízo sobre o que a Ana faz, sem outra razão que não uma atitude de poder, dominação: por ela ser professora, e ter estudado, quem sabe.

É nesse momento que se reproduzem as relações de dominação. As relações verticais, de uns por cima dos outros, se dão, na escola, principalmente. É verdade que os conteúdos dos livros didáticos estão também cheios de ideologias, mas as mais perniciosas são as ideologias que são transmitidas na didática, na pedagogia, na prática de “como” se ensina.

A teoria didática subjacente à atitude dessa professora é a teoria comportamental, que trata as pessoas como objetos que devem ser ensinados, padronizadamente, dentro dum saber objetivo, transmissível do mesmo modo.

Como seria, então, uma prática dialogal?

Tomemos o mesmo exemplo da Ana. No momento que a Ana escreve seu nome (ALEM, digamos), uma professora que já refletiu sobre a singularidade do saber, que é uma experiência, e que sabe que “todo erro é lógico”, isto é, que por detrás do que nós chamamos erro está subjacente uma lógica, essa professora começaria, através de perguntas, a descobrir qual o esquema lógico, qual o esquema cognitivo, subjacente àquilo que a Ana escreveu. Aos poucos, sempre com perguntas, ela poderia ter certas pistas de por que Ana escreveu seu nome assim. E sempre através de perguntas, tentaria levar a Ana a uma contradição, sempre dentro do esquema dela. Dentro de algum tempo, certamente não naquele dia, ela poderia mostrar à Ana as contradições presentes e estabelecer, aos poucos, uma possibilidade de diálogo em termos comuns.

E aqui chegamos à palavra principal: diálogo. O diálogo, para ser verdadeiro, tem de se dar em igualdade de posições. Isto é, o verdadeiro diálogo exige que um esteja ao lado do outro e não que um se coloque em posição de superioridade, como é o caso do professor que “está convencido” de que sabe. O diálogo exige respeito total ao mundo do outro, exige verdadeira democracia. E somente quando um está ao lado do outro, é possível, na pergunta e resposta, a formação e o reconhecimento das posições cognitivas, mentais, de ambos. Nessa reciprocidade, na provocação de um para com o outro, dá-se o verdadeiro diálogo que leva ao cresci-

mento mútuo, ao conhecimento dos esquemas lógicos subjacentes a cada um.

Mas na maioria das vezes esse diálogo não é estabelecido e nem se quer perder tempo na construção e reconhecimento da posição do outro. Cortam-se etapas e em geral o professor julga-se com direito de decidir logo sobre a ação colocada pelo aluno, julgando taxativamente essa ação: “Está errado!” Essa é a verdadeira atitude dominadora, de desrespeito ao mundo interior do interlocutor. E isso é feito até propositadamente, pois o aluno, de agora em diante, já ficará ciente de que “ele não sabe”, que deve obedecer aos que sabem; que ele vale menos porque não sabe e que deve fazer tudo o que pedirem dele. Ele passa a cultivar essa atitude de submissão e dependência, atitude essa que muitas vezes já “aprendera” na família, e que levará para todas as outras instâncias da sociedade, para a igreja, para o trabalho, etc.

Gostaria de terminar com uma consideração muito profunda e provocante de Paulo Freire sobre esse assunto. Diz Paulo Freire que todo processo educativo deve ser o exercício, a prática duma “Páscoa”. Por Páscoa se entende, na tradição judaica e cristã, o processo de passagem duma situação negativa (no caso dos judeus, da escravidão no Egito, no caso de Cristo, de morte) para uma situação positiva (liberdade ou vida, ressurreição). Diz Freire que o verdadeiro educador é aquele que é capaz de praticar uma Páscoa, isto é, morrer a seus critérios, a seu esquema cognitivo, a seu esquema lógico, sempre que entrar em contato com um educando, para poder depois, com o educando, ressuscitar numa nova relação de vida e liberdade. Esse pensamento é extremamente evangélico (Cristo já dizia que é morrendo que se vive) e também extremamente científico, pois só existe verdadeiro diálogo, verdadeira educação, quando se pode compreender, entender o mundo lógico existente no nosso interlocutor; uma vez descoberto e identificado esse mundo lógico do educando, pode-se então provocá-lo, através da pergunta, para que “ele” cresça, “ele” descubra a verdade.

Como conclusão, gostaríamos ainda de chamar a atenção para a ideologia que poderia estar subjacente a um outro conceito, o de professor. Já vimos que o nome que gostaríamos sempre de usar no processo de aprendizagem seria o de “educação”, que significa “tirar de dentro das pessoas algo já existente como po-

tencialidade". Do mesmo modo, o nome que gostaríamos de usar para quem está engajado nessa prática é o de educador. Com isso evitaríamos o nome de "professor", que na sua etimologia significa algo um tanto equivocado: "falar na frente das pessoas". Há muitos professores que na realidade fazem o que a palavra significa: ficam fazendo discursos diante dos alunos, sem nunca estabelecer um diálogo. Numa aula de 50 minutos, ficam falando 45, não deixando que o educando possa também dizer sua palavra. Isso leva, pela própria prática conseqüente, ao estabelecimento de relações verticais, dominadoras. O verdadeiro educador, ao contrário, é o que sabe fazer a pergunta, no momento exato, colocando o aluno em contradição, obrigando-o, assim, a solucionar ele mesmo essa contradição e colocando-o num processo de caminhada autônoma, independente. É essa prática que leva a uma educação autônoma e libertadora.

Percebe-se, de tudo o que se disse, que não é fácil ser um bom educador. A verdadeira educação exige uma conversão profunda dos que nela estão engajados, uma mudança profunda de atitudes, um respeito muito grande pela pessoa e pelo saber (experiência) da pessoa que está conosco. Um sistema autoritário não pode aceitar uma prática educativa dialogal, pois cedo ou tarde essa prática iria questionar as relações básicas, fundamentais, do sistema.

E aqui se coloca a grande força duma prática educativa dialogal: ela leva à mudança das relações existentes na sociedade, pois ela fornece um novo modelo de vivência social. O que leva na realidade à mudança duma sociedade são as novas práticas que são vividas e incentivadas entre as pessoas. De nada adiantam belos discursos, cheios de propósitos e palavras libertadoras, se a prática é dominadora. Mas se numa escola, educadores e educandos se propuserem a vivenciar e promover novas relações sociais, baseadas na igualdade, no respeito, no diálogo, então sim, essa sociedade começa a mudar. As pessoas que se acostumam a uma prática democrática vão levar essa prática às outras situações sociais em que elas vivem: às igrejas, às famílias, aos locais de trabalho. Eis a grande chance duma escola: ela pode ser o laboratório onde se forjarão novas vivências verdadeiramente comunitárias, de onde poderão surgir transformações profundas e radicais em todo o corpo social.

O APARELHO IDEOLÓGICO DA FAMÍLIA

A família é a primeira instituição com que uma pessoa entra em contato em sua vida. E ela a acompanha, duma maneira ou outra, até sua morte. Direta ou indiretamente ela está sempre presente.

Muita coisa já se escreveu sobre família. Gostaríamos de explorar um pouco alguns aspectos escondidos, silenciados no referente a esse aparelho ideológico.

A grande questão que deve ser discutida é: qual o verdadeiro papel que a família executa? Será que é somente o de procriação, desenvolvimento, socialização e manutenção dos filhos? Não haverá outras funções?

Queiramos ou não, a família recebe grande influência do modo de produção em que está inserida. As relações básicas duma sociedade irão influenciar, direta ou indiretamente a estrutura familiar. E é isso que gostaríamos de mostrar.

No modo de produção capitalista, a família que não é consciente, que não se vigia, prepara os elementos para a produção, forma cidadãos de acordo com as necessidades do sistema.

Toda a discussão que fizemos no capítulo anterior (sobre a escola) pode ser adaptada agora à família. Há duas práticas educativas básicas: a condicionadora, que forma para a dominação; e a dialogal, que forma para a liberdade. No exame da maioria de nossas famílias percebemos que elas reproduzem relações de poder da sociedade em que vivem. Assim, na maioria das famílias cabe ao marido e pai o máximo de autoridade. Da mulher sempre se espera submissão ao marido e dentro de casa ela exerce relativo poder sobre os filhos. Mesmo entre os filhos se estabelece uma hierarquia de poder: o mais velho manda no mais novo e o filho

tencialidade". Do mesmo modo, o nome que gostaríamos de usar para quem está engajado nessa prática é o de educador. Com isso evitaríamos o nome de "professor", que na sua etimologia significa algo um tanto equivocado: "falar na frente das pessoas". Há muitos professores que na realidade fazem o que a palavra significa: ficam fazendo discursos diante dos alunos, sem nunca estabelecer um diálogo. Numa aula de 50 minutos, ficam falando 45, não deixando que o educando possa também dizer sua palavra. Isso leva, pela própria prática conseqüente, ao estabelecimento de relações verticais, dominadoras. O verdadeiro educador, ao contrário, é o que sabe fazer a pergunta, no momento exato, colocando o aluno em contradição, obrigando-o, assim, a solucionar ele mesmo essa contradição e colocando-o num processo de caminhada autônoma, independente. É essa prática que leva a uma educação autônoma e libertadora.

Percebe-se, de tudo o que se disse, que não é fácil ser um bom educador. A verdadeira educação exige uma conversão profunda dos que nela estão engajados, uma mudança profunda de atitudes, um respeito muito grande pela pessoa e pelo saber (experiência) da pessoa que está conosco. Um sistema autoritário não pode aceitar uma prática educativa dialogal, pois cedo ou tarde essa prática iria questionar as relações básicas, fundamentais, do sistema.

E aqui se coloca a grande força duma prática educativa dialogal: ela leva à mudança das relações existentes na sociedade, pois ela fornece um novo modelo de vivência social. O que leva na realidade à mudança duma sociedade são as novas práticas que são vividas e incentivadas entre as pessoas. De nada adiantam belos discursos, cheios de propósitos e palavras libertadoras, se a prática é dominadora. Mas se numa escola, educadores e educandos se propuserem a vivenciar e promover novas relações sociais, baseadas na igualdade, no respeito, no diálogo, então sim, essa sociedade começa a mudar. As pessoas que se acostumam a uma prática democrática vão levar essa prática às outras situações sociais em que elas vivem: às igrejas, às famílias, aos locais de trabalho. Eis a grande chance duma escola: ela pode ser o laboratório onde se forjarão novas vivências verdadeiramente comunitárias, de onde poderão surgir transformações profundas e radicais em todo o corpo social.

O APARELHO IDEOLÓGICO DA FAMÍLIA

A família é a primeira instituição com que uma pessoa entra em contato em sua vida. E ela a acompanha, duma maneira ou outra, até sua morte. Direta ou indiretamente ela está sempre presente.

Muita coisa já se escreveu sobre família. Gostaríamos de explorar um pouco alguns aspectos escondidos, silenciados no referente a esse aparelho ideológico.

A grande questão que deve ser discutida é: qual o verdadeiro papel que a família executa? Será que é somente o de procriação, desenvolvimento, socialização e manutenção dos filhos? Não haverá outras funções?

Queiramos ou não, a família recebe grande influência do modo de produção em que está inserida. As relações básicas duma sociedade irão influenciar, direta ou indiretamente a estrutura familiar. E é isso que gostaríamos de mostrar.

No modo de produção capitalista, a família que não é consciente, que não se vigia, prepara os elementos para a produção, forma cidadãos de acordo com as necessidades do sistema.

Toda a discussão que fizemos no capítulo anterior (sobre a escola) pode ser adaptada agora à família. Há duas práticas educativas básicas: a condicionadora, que forma para a dominação; e a dialogal, que forma para a liberdade. No exame da maioria de nossas famílias percebemos que elas reproduzem relações de poder da sociedade em que vivem. Assim, na maioria das famílias cabe ao marido e pai o máximo de autoridade. Da mulher sempre se espera submissão ao marido e dentro de casa ela exerce relativo poder sobre os filhos. Mesmo entre os filhos se estabelece uma hierarquia de poder: o mais velho manda no mais novo e o filho

homem manda na filha mulher. Esse é um exemplo claro de relações de dominação que se estabelecem por dois critérios:

1) O critério de idade: quem é mais velho, pode mais e sabe mais. Assim como na escola o professor sabe mais que o aluno, na família o adulto sabe mais que a criança. Como vimos no capítulo anterior, isso é falso, pois todo saber é uma experiência e não há saber maior ou menor; há saberes diferentes. O adulto sabe uma coisa, o jovem sabe outra. Se o critério de saber é a idade, as relações se tornam verticais, não dialogais.

2) O critério gênero: o homem manda mais que a mulher. Para os homens são permitidos certos comportamentos, certas regalias, que de nenhuma maneira são permitidos à mulher. Dentro do processo de socialização primária, o menino já é educado diferentemente, para ser o "chefe", para decidir, tomar a iniciativa. A menina vai cuidar das coisas de casa, vai "servir" ao marido, cuidar das crianças. Mais uma vez as diferenças de gênero servem para a reprodução das relações de dominação, pois quando se chegar ao trabalho, teremos novamente essas diferenças já consagradas e legitimadas. No trabalho, a mulher, como regra, vai receber menos, mesmo que faça o mesmo trabalho que o homem. O importante é que se mantenham as hierarquias de poder, que as relações se estabeleçam verticalmente.

Tendo ainda em mente a discussão feita no capítulo anterior sobre a importância de se respeitar o saber dos outros e da importância em se estabelecer relações de igualdade, para que possa haver um verdadeiro diálogo, trazemos aqui um exemplo acontecido em nossa prática profissional:

Fui convidado para uma palestra para um grupo de mais de 60 casais. Quando vieram me buscar, já foram me dando umas insinuações do que deveria falar. O assunto era "conflito de gerações". No caminho, iam-me dizendo: "Pois veja o Sr. os jovens que temos hoje: tomam drogas, saem sozinhos de noite, não dão satisfação a ninguém do que fazem, não têm responsabilidade". Percebi que seria difícil a tarefa. Ao iniciar a conversa, fizemos um acordo de que nós falaríamos de nós mesmos, dos adultos, pois

os jovens não estavam mesmo presentes, e não fazia sentido falar dos ausentes. Aos poucos tentei colocar, sempre em termos de evidência, a impossibilidade de se provar que há um saber maior ou melhor, e um saber menor ou pior: que o saber é uma experiência pessoal, única, singular. Que existiam, isso sim, saberes diferentes. E que os jovens, apesar de tudo, também tinham um saber e que seu saber tinha fundamento, tinha uma lógica. A única atitude plausível, coerente, seria tentar estabelecer um diálogo com o jovem e que o diálogo implicava numa igualdade de posições: um ao lado do outro, respeitando cada um o saber do outro e, através da pergunta e questionamento, tentar compreender o esquema lógico existente em cada uma das partes. Esse diálogo seria muito enriquecedor, e seria a prática da verdadeira democracia, dum lado, e do que o Evangelho nos sugere, de outro; pois, segundo o Evangelho, se temos um só Pai, somos, conseqüentemente, todos irmãos, e não há ninguém que é mais irmão que o outro.

A estas alturas da conversa, alguém, do fundo da sala gritou: "Quero falar!" Alguns estranharam, mas o senhor continuou a gritar: "Quero falar!" E veio vindo para a frente do grupo. Estava um tanto alterado, e iniciou sua colocação que demorou mais que quinze minutos. Após ter confessado que o que tinha sido dito era, realmente, o que deveria acontecer, acrescentou que tinha um exemplo pessoal para provar isso. Fazia seis dias que sua filha tinha saído de casa e, após três dias, ele comunicou o fato à polícia, mas a polícia não a encontrara. Quando a polícia chegou a sua casa e perguntou qual o nome todo de sua filha, ele não soube responder e teve de recorrer à mulher para que ela dissesse o nome todo. Ao perguntar a idade da filha, ele também não sabia e teve de chamar novamente a mãe. E assim por diante. Entre outras coisas, disse que não se lembrava de jamais ter prestado atenção a alguma coisa que a filha lhe tivesse dito. Porque, em casa, quem mandava era ele, e os outros só tinham que obedecer. Na mesa, o único que falava era ele, e a mulher, com a permissão dele. Os filhos deveriam escutar calados.

Era até de estranhar que a filha (com 18 anos já) tivesse agüentado durante tanto tempo uma situação tão dominadora e

autoritária. Numa situação dessas até se compreendia que ela tivesse abandonado a família.

Mas o que esse senhor narrou, em parte acontece com todos nós. Todos temos, dentro de nós, relações de dominação. Nós fomos formados dentro de relações autoritárias, reprodutoras do sistema; sem nos darmos conta, respiramos, comemos, bebemos, digerimos, sonhamos relações de dominação. Automaticamente, as transportamos para todos os ambientes e instâncias. Assim, por exemplo, qual o adulto que não pensa que sabe mais que o jovem? Qual o professor que não acha que sabe mais que o aluno? Qual o padre que não acha que sabe mais que o povo? Cientificamente falando, não se pode provar que o saber de um é maior do que o saber de outro. Agora, no momento em que nos apresentamos diante dos filhos, alunos, ou povo com a convicção de que sabemos mais, não é necessário dizer mais nada: a simples atitude já é de dominação. Ela extravasa de todos os nossos gestos, nós a expelimos por todos os nossos poros. Somente uma pessoa que se vigia, momento a momento, que se pergunta pela razão e o sentido de todos os seus gestos e ações, pode desenvolver para si mesma e para as pessoas com as quais se relaciona, relações igualitárias, democráticas, dialogais.

É interessante também prestar atenção sobre a influência que o sistema global exerce sobre as próprias relações que levam duas pessoas a viverem juntas. Todos achamos que as pessoas casam porque se enamoraram, se apaixonaram. Mas por detrás do fato de se enamorar e apaixonar estão muitas influências bastante concretas e materiais. Em primeiro lugar, quem toma a iniciativa é o macho, com a fêmea sucumbindo graciosamente às arremetidas do parceiro. Quem determinou esses papéis? E se formos examinar os que chegam a casar, vamos ver que existe uma grande correlação entre renda, posição social, status e casamento. Será isso também fruto da paixão? Ou existem algumas regras misteriosas que coordenam essas variáveis? Por que essa estranha correlação de classe? Por que rico casa com rico, pobre com pobre, branco com branco, negro com negro? Qual a verdadeira razão de muitas pessoas irem à Universidade, e a tal Universidade específica? Será que a verdadeira razão é mesmo fazer um curso superior? E por

que abandonam o curso logo depois que conseguem casar? Por que certas mães só deixam as filhas, ou os filhos, frequentar certas reuniões com certas pessoas? Por que a flecha de Cupido só funciona dentro de determinadas circunstâncias, e por que o Cupido é tão determinado por certos critérios de classe, status, raça, cor, religião, etc.?

Um olhar ainda mais escrutinador à essência da questão vai desvendar coisas ainda mais interessantes. Esse exemplo nos pode ajudar a provocar e questionar mais um pouco. Um grupo de três professores, casados, numa determinada universidade (nos Estados Unidos) resolveram socializar em parte sua maneira de viver. Decidiram morar numa casa só e colocar em comum as coisas que pudessem. Sendo que as famílias não eram tão grandes (dois casais com dois filhos e um com um filho), não foi difícil conseguir uma casa em que todos pudessem ficar. Tudo o que fosse repetido, eles iam dispensado e vendendo. Aos poucos, foram se dando conta da grande descoberta que tinham feito. Em vez de cinco carros, eles ficaram com três. Em vez de sete geladeiras, eles ficaram com duas. Em vez de três aspiradores de pó, três batedeiras, três máquinas de cortar grama, três liquidificadores, etc., eles reduziram tudo a uma unidade. Os filhos estudavam e brincavam juntos. Se um casal quisesse sair à noite, não precisava pagar alguém que cuidasse dos filhos. Os professores, em vez de comprar três livros iguais, compravam um. Sua biblioteca se tornou ampla e variada. Eles podiam discutir os problemas em conjunto e a maioria dos alunos de pós-graduação queriam ser orientados por um desses professores, pois além duma biblioteca excelente, quando um não pudesse, o outro o substituíria. Mas o mais interessante foi o seguinte: começou a sobrar dinheiro. Os gastos se reduziram a menos da metade. Com isso eles podiam investir mais na pesquisa, em livros e equipamentos melhores. Os próprios filhos mostravam mais satisfação e um desenvolvimento mais normal e sadio. Enfim, houve uma mudança muito grande para melhor na vida desses três casais.

Esse fato nos leva a refletir sobre a influência que o sistema global exerce inclusive na formação e vivência das famílias. A filosofia do sistema capitalista é a individualização das pessoas e

das famílias. Através da competição, as qualidades individuais são privilegiadas e as relações associativas são colocadas em segundo plano. Além disso é muito mais interessante para o sistema econômico que se consuma a maior quantidade de produtos possível. Para isso cada família, mesmo que sejam só duas ou três pessoas, torna-se um agente consumidor. Cada família passa a ter toda a parafernália de objetos que dia-a-dia são inventados e introjetados nas pessoas através duma propaganda maciça, que cria necessidades, a maioria das vezes totalmente supérfluas. No momento em que diversas famílias se unirem, o consumo desses objetos familiares diminui, e com isso o sistema não lucra como poderia lucrar.

Mas o que acontece com a escola e com as outras instituições pode acontecer também com a família. Ela pode se tornar um agente transformador na medida em que se conseguir estabelecer e criar novas relações, igualitárias e dialogais, entre seus membros. A família é, na verdade, o momento essencial e primeiro na estruturação da personalidade das pessoas. A vivência familiar será, conseqüentemente, a base fundamental que possibilitará uma ruptura com as práticas normais do sistema, caso as pessoas da família tomarem consciência dessas relações estruturais do sistema e decidirem estabelecer a prática de novas relações.

Como você estará percebendo, há uma estreita ligação entre a família e a escola, e entre essas duas instituições e as outras que analisaremos posteriormente, como a religião, os meios de comunicação etc. Muitas vezes o trabalho libertador da família é frustrado pela escola, e vice-versa. Mas em cada situação institucional é necessário que se estabeleça a luta para a transformação das relações básicas do sistema, e o surgimento de diferentes práticas de vida, democráticas e dialogais. O ideal seria que as instituições todas trabalhassem unidas, interligadas, numa colaboração mútua.

O APARELHO IDEOLÓGICO DAS IGREJAS

Muitas pessoas podem estranhar que as igrejas possam ser um aparelho ideológico a serviço da reprodução das relações de dominação, no caso, do sistema capitalista. Se você leu com atenção os capítulos sobre escola e sobre família, já pode perceber que determinadas igrejas poderão muito bem se colocar a serviço da reprodução dessas relações básicas do sistema, quando não forem críticas e não se derem conta de todas as conseqüências que seu trabalho pode acarretar.

É preciso deixar claro que nossa abordagem aqui se restringe ao campo específico duma crítica sociológica do fenômeno religioso e especificamente da instituição igreja. A crítica sociológica da religião ajuda a própria igreja a purificar-se, a questionar-se, a limpar-se de capas e cargas históricas que a deixam deformada e obsoleta. Além disso, o agente religioso, chama-se ele como quiser, teólogo, místico ou crente, não nasceu teólogo, místico ou crente. Ele existiu como pessoa, num contexto sócio-histórico particular, e como tal poderá ser estudado pelo aparelho escrutinador do sociólogo. Ele tem de se perguntar em primeiro lugar quem ele é. E se ele, de certo modo, não puder neutralizar esta influência perturbadora, seu trabalho poderá ficar totalmente prejudicado.

O que se diz do agente religioso, vale para a própria instituição histórica da igreja que, através dos tempos, se vai cristalizando, e cristalizando determinadas relações que são fruto de situações históricas específicas. Essa armação histórica, pelo fato mesmo de ser história, é relativa, e não pertence à essência da religião como tal. É trabalho do sociólogo examinar como essas relações surgiram e se estruturaram, a quais interesses elas respondem ou responderam, e mostrar, com isso, os aspectos ideológicos que se escondem por detrás de certas estruturas e práticas religiosas.

Peter Berger nos dá uns exemplos muito interessantes desse fato. Para determinados países, por exemplo, a frequência à igreja pode ser correlacionada quase rigorosamente com as estratificações sociais: a atividade religiosa caracteriza os trabalhadores de "colarinho branco" (pessoas que têm empregos melhores, não sujam as mãos); os operários braçais, os proletários, dificilmente vão à igreja. O que se vê então é uma relação entre a fé de uma pessoa, digamos, na Trindade, e sua renda anual: abaixo de certo nível de renda, parece que não existe mais fé.... Pois é a sociologia que vai perguntar como surgiu essa estranha correlação estatística entre renda e salvação!

Um exemplo interessante, também, que vai revelar as possíveis ideologias de determinadas organizações religiosas é o contado por Berger:

"Digamos que numa sociedade primitiva algum alimento necessário só possa ser obtido viajando-se por mares traiçoeiros, infestados de tubarões. Duas vezes por ano, os homens da tribo partem para buscá-lo em suas precárias canoas. Suponhamos que as convicções religiosas dessa sociedade incluam um artigo de fé segundo o qual todo homem que deixar de participar dessa expedição perderá sua virilidade, exceto os sacerdotes, cuja virilidade é mantida por seus sacrifícios diários aos deuses. Essa convicção cria uma motivação para aqueles que se arriscam na viagem perigosa e proporciona simultaneamente uma legitimação para os sacerdotes, que ficam sempre no bem bom. É desnecessário acrescentar que é bem provável que foram os sacerdotes que inventaram a teoria. Em outras palavras, suspeitaremos que estamos diante de uma ideologia sacerdotal."

Esse exemplo é muito bom para nós podermos começar uma análise crítica das diversas instituições e estruturas religiosas que diariamente vão aparecendo em nossa sociedade.

Seguindo a pesquisa e a conceituação de Enrique Dussel, pensamos que se poderia, com muito proveito, tentar distinguir dois tipos fundamentais de religião. E isso exatamente pelo fato de essa religião poder ser usada e instrumentalizada por diferentes grupos. Com essa distinção, ficaria bastante fácil a análise crítica dos diversos grupos religiosos que vão surgindo dia-a-dia em nossa sociedade brasileira.

1) *A religião como superestrutura.* A religião é superestrutural quando se torna um conjunto de mediações simbólicas e gestos rituais, quando se torna doutrina explicativa do mundo, a serviço de nações e impérios. Se formos analisar a história, veremos que todos os impérios e ditadores tentaram absolutizar seu poder, para poder, dominar todos os seus súditos. Absolutizando o poder, também divinizaram, e se tornaram assim imperadores e deuses. Faraó, por exemplo, se intitulava também deus. Ele necessitava da religião para sua legitimação, e necessitava das pessoas sacrificadas, torturadas, escravizadas, para seu culto. O mesmo se pode dizer dos imperadores romanos. Eles não queriam reconhecer que seu império era histórico, finito. Faraó sacrificava os judeus, os céares sacrificavam os cristãos. Se formos chegar mais adiante, veremos os Imperadores da Espanha e Portugal, de direito divino, sacrificando os índios e escravos. E se chegarmos até nossos dias, veremos novamente o imperialismo capitalista ou totalitário, necessitando, para seu culto, da tortura, escravização e morte de milhões de pessoas do Terceiro Mundo. Tudo isso para provar que eles são deuses tendo o "dólar" o seu sinal: "In God we trust".

Nesse sentido a religião se torna o ópio do povo. É a ideologia que justifica o sistema e dá coerência absoluta, teórica, além de toda a crítica ao poder. Os que se levantarem contra esse sistema são tachados de ateus, de irreligiosos, desonestos, ilegítimos. Desde Sócrates, que devido a sua educação libertadora era acusado de ensinar falsos deuses até declarações de nossos ditadores latino-americanos que torturam e matam em nome do cristianismo, assistimos à disseminação dessa religião estatal, que endeusa, fetichiza e absolutiza o sistema. Essa é a religião acrítica, domesticadora, alienadora, instrumento ideológico do imperialis-

mo, que usa o nome de Deus para poder melhor dominar e explorar.

Essa religião superestrutural não precisa ser apenas de imperadores e reis. Ela pode existir dentro das próprias instituições que se dizem religiosas.

Pode-se colocar junto com essa categoria de religião todas aquelas que servem aos interesses dos donos do poder. Uma religião que não possui uma postura crítica diante do social, que não contém em si a possibilidade de denunciar a absolutização do poder, a corrupção que decorre desse poder absoluto, e a dominação e opressão que são resultado dessa situação estrutural, não deixa de ser superestrutural. Quando um regime autoritário e dominador se sente bem com determinado grupo religioso, e vice-versa, pode-se começar a suspeitar que tal religião esteja servindo aos interesses dos poderosos. E mesmo quando determinados grupos religiosos, na sua cosmovisão, na sua explicação do universo, colocam a raiz de todos os males na vontade dos deuses, ou desacordo entre os deuses (umbanda), ou colocam a solução de todos os problemas no "entregar-se a Jesus" (neo-pentecostais), esquecendo-se da ação concreta que decorre desse compromisso, deve-se perguntar seriamente a que interesses esses grupos religiosos estão servindo. Não estarão eles servindo aos interesses dos grupos do poder e transformando-se em instrumento ideológico para legitimação, perpetuação e reprodução desses grupos?

2) *A religião infra-estrutural*: a essência da religião infra-estrutural é o reconhecimento da relatividade das coisas, do criado. Ela não se situa na instância ideológica, mas é posição, atitude, práxis. Ela é utópica (veja o último capítulo), é uma posição de antecipação criadora e de crítica ao presente (ela é uma posição crítica diante do modo de produção da formação social atual) e de crítica ao futuro (é posição crítica diante do modo de produção a organizar-se na formação social que virá). Ela é anti-fetichista, pois mostra a precariedade, transitoriedade de tudo o que é histórico, principalmente dos sistemas sociais que se dizem absolutos, eternos, divinos. Nesse mesmo sentido ela é "atéia" de um sistema que se diz divino, ela não aceita um deus terreno, um poder abso-

luto. Ela desmistifica e relativiza os impérios e os ditadores. Os judeus eram sacrificados por não aceitarem a divindade do Faraó. Os Cristãos eram sacrificados por não quererem adorar o Imperador. Os povos latino-americanos são sacrificados e torturados por não aceitarem a idolatria das Leis de Segurança Nacional, que são atualmente os novos deuses nacionais, a serviço do imperialismo internacional. Não é por acaso que os bispos latino-americanos chamaram a Doutrina da Segurança Nacional de idolatria do poder. A religião infra-estrutural é um ateísmo de tal "deus", que em sua essência é o dinheiro, o lucro, o capital fetichizado. Esse "deus" nega o Deus-Outro, que é assassinado, torturado e morto, no índio, no negro, no amarelo (Vietnã), no pobre do Terceiro Mundo, no oprimido dos países subdesenvolvidos. O grande pensador Ernest Bloch, nesse contexto, diz que apenas um ateu (anti-fetichista) pode ser um bom cristão.

Como se pode ver através da história, esses dois tipos de religião sempre estiveram presentes. Ao lado da religião do poder, coloca-se a religião da libertação. Ao lado da absolutização do poder faraônico, os judeus procuraram vencer essa dominação e procuraram liberdade. E Deus os acompanhou. Na divinização do império romano, os cristãos vieram mostrar a relatividade do poder dos césares, e pregar a fraternidade universal dos povos, raças e classes. Contra o absolutismo dos imperadores medievais "de direito divino", surgiram os grandes missionários que deram sua vida em defesa do negro e do índio. Num mundo dividido entre opressores e oprimidos, entre capital monopolista e trabalho explorado, entre Primeiro e Terceiro Mundo, os pobres começam a se organizar, em comunidades de base e mil outras formas de associação, para denunciar e protestar contra os novos deuses do "imperialismo internacional do dinheiro", protegidos pela "religião" das Doutrinas da Segurança Nacional. Os pobres vão em busca de fraternidade e libertação.

Nessa nossa discussão sobre religião, talvez tenha ficado mais claro como os aparelhos ideológicos todos contêm sempre sua contradição. Dentro duma escola domesticadora e manipuladora, podem estabelecer-se relações sociais que levem a uma transformação, que propiciem uma verdadeira educação. Dentro duma

família, que muitas vezes não passa dum laboratório onde se preparam os trabalhadores obedientes e submissos para a mão-de-obra necessária ao capital, podem estabelecer-se relações verdadeiramente revolucionárias, criadoras de novas possibilidades de vida social mais fraterna e democrática. Assim também numa igreja, ou numa religião: esses grupos religiosos podem ser, simplesmente, locais onde são legitimadas, reproduzidas e sacralizadas as estruturas e relações capitalistas de dominação e exploração; mas pode dar-se a contradição: de repente os grupos religiosos tornam-se centros de oração, reflexão, culto e duma práxis libertadora; tornam-se locais onde se denunciam os falsos deuses do dinheiro e do poder; locais onde se desmistificam os sistemas absolutos e totalitários; tornam-se locais de protesto contra a miséria real, de denúncia profética dos males; e principalmente, tornam-se locais onde há uma práxis, uma caridade, uma prática que é serviço efetivo ao irmão oprimido e preso pelo pecado social das estruturas.

Deixo aos leitores uma pergunta: no estudo da religião, qual o critério mais utilizado e mais frutuoso: discutir religião a partir de sua denominação, isto é, fazer um estudo sociológico das religiões, mostrando as diversas seitas, denominações religiosas, seu número, sua origem; ou estudar a religião a partir de seu papel na manutenção, reprodução, ou transformação da sociedade? É mais frutuoso para nosso trabalho classificar as religiões (católica, protestante, espírita) ou ver como dentro de cada denominação ela é ou superestrutural (ideológica), ou infra-estrutural (libertadora)? Então: quais os interesses em estudar a religião somente a partir da denominação? E será que isso nos ajuda em algo, ou nos esconde o principal? Responda você mesmo.

O APARELHO IDEOLÓGICO DOS SINDICATOS

À primeira vista, muitos poderão se perguntar, estranhando: "Mas como? Então o sindicato é um aparelho ideológico? Sempre pensei que o sindicato fosse para defender os trabalhadores". Pois é isso que queremos deixar claro. Uma coisa é o que o sindicato *deveria* ser, por própria definição. Outra coisa é como ele é instrumentalizado, por grupos interessados, para que não sirva aos interesses dos sindicalizados, mas a outros interesses.

Vamos primeiro ver o que é sindicato. Depois veremos como ele se mostra, na realidade, em nossa sociedade capitalista brasileira.

1) Que é sindicato?

O Sindicato é uma organização livre e autônoma de pessoas com a finalidade de defender e promover seus direitos.

O sindicato pode ser uma organização de qualquer tipo de pessoas: tanto patrões como empregados têm o direito de se organizar. A principal finalidade, porém, é a defesa dos direitos dessas pessoas, é a reivindicação de seus direitos.

O importante, de qualquer modo, é insistir nas qualidades dum verdadeiro sindicato: o sindicato deve ser livre e autônomo. Livre: entra quem quer, sai quem quer. Autônomo: independente, soberano, podendo discutir em pé de igualdade com qualquer outro sindicato ou organização.

Há muitas pessoas que, ao pensar em sindicato, logo o caracterizam como sendo uma organização esquerdista, e às vezes até subversiva. Essas pessoas acham que o sindicato sempre é contra os interesses fundamentais do país, é sempre contra os interesses nacionais.

É importante examinar essa idéia, pois aqui se esconde o maior problema para a organização dos sindicatos. O grupo dominante, que dita normas e impõe sua ideologia, criou essa imagem de sindicato como sendo contra o Estado, ou a Nação. Pelo fato de os sindicatos serem, ou quererem ser autônomos, defenderem os interesses dos trabalhadores, eles os julgam perniciosos, negativos, e chegam assim a igualar o ser contra o capital ao ser contra a nação. É que os donos do capital, que na realidade são os donos da nação, se julgam a *nação*, só eles. Então, quem é contra eles, ou contra um governo criado, mantido e manipulado por eles, é, conseqüentemente contra a nação! Dessa maneira, através da educação, e mesmo através da religião (uma religião que eles usam como arma ideológica para manter as pessoas obedientes e quietas), eles tentam igualar a ação do sindicato como sendo uma ação desordeira, como sendo violenta, de gente que não aceita nada, que é sempre contra. O sindicato fica assim com uma conotação e uma marca negativa de gente que nunca está contente. As "pessoas de bem", as "pessoas religiosas", as "pessoas boazinhas" não devem se meter com desordeiros e arruaceiros que só fazem greve e prejudicam a ordem estabelecida!

Na prática se vê como essa tática funciona. Grande parte dos adeptos de religiões mais espiritualistas (como os neopentecostais, por exemplo), como até mesmo muitos padres e freiras, acham que participar em sindicato não é coisa para eles, apesar de serem trabalhadores como qualquer outro. Eles se esquecem, inclusive, da própria orientação da Igreja Católica, no caso. Tanto o Papa João Paulo II, como os documentos dos bispos latino-americanos e brasileiros insistem na importância e necessidade dos cristãos participarem dos sindicatos. O Papa chega a dizer que o sindicato, a organização, é o instrumento imprescindível dos trabalhadores. Imprescindível quer dizer necessário, indispensável.

É evidente que o sindicato sempre deve estar a serviço do bem comum. Se ele não estivesse a serviço do bem comum, mas procurasse apenas promover e ajudar um grupo, em prejuízo evidente dos outros grupos, ou em prejuízo evidente da nação como um todo, nesse caso, sim, o sindicato estaria extrapolando seus direitos. Os sindicatos devem procurar o bem comum, a justiça. E

quando essa justiça não acontece, aí deve entrar o trabalho do sindicato. Se para se fazer justiça um grupo tem de renunciar a privilégios, paciência. É o bem comum que exige que se procure o bem-estar do maior número possível de pessoas. E é uma pena que grande parte das vezes não se consiga chegar a solucionar os problemas pacificamente, através de conversações, mas é necessário chegar a ações mais drásticas e duras, como manifestações e greves. Se a causa é justa, a greve é justa, caso não haja outro meio de solução. Os culpados da greve não são, na maioria das vezes, aquele que a fazem, mas quem obriga a parte contrária a fazê-la, por não propiciar e desenvolver relações de justiça.

2) O sindicato no Brasil

Entramos aqui num terreno um tanto complexo. Para se entender bem o que seja o sindicato no Brasil, é necessário antes de tudo, saber que relações existem dentro de nossa sociedade. E isso nós já discutimos ao analisar o modo de produção capitalista. As relações fundamentais, básicas, essenciais (pois se dão na produção e sem produção nenhum sistema subsiste), são:

- a) *Dominação*: alguns são "donos" dos meios de produção do capital, que produz riqueza. Sendo donos das coisas acabam sendo donos das pessoas, pois no momento em que uma pessoa necessita trabalhar para viver, ela vai necessitar dum meio de produção. E sendo que os meios de produção estão nas mãos de alguns, o trabalhador está dependente dos que possuem os meios para poder a sobreviver. A dominação passa, pois, a ser também uma dominação política e social.
- b) *Exploração*: sendo que "o trabalho é a fonte única das riquezas" (Leão XIII), os donos do capital se enriquecem na medida em que se apropriam de parte da força de trabalho dos trabalhadores: a única coisa que pode ser explorada é o trabalho humano, pois só ele produz riqueza.

Essas relações vão estabelecer um sistema de classes, como já vimos (veja o capítulo X). Não são os trabalhadores que criaram ou que desejam as classes sociais. As classes sociais, o capital e o trabalho, foram criadas fundamentalmente pelos donos dos meios de produção no momento em que deles se apropriaram. A bem da verdade, deve-se dizer que nenhum trabalhador deseja uma sociedade de classes. Mas na realidade concreta elas existem, e seria muita ingenuidade negar esse fato. Pois é a partir dessa realidade concreta de classes que se deve compreender e discutir o sindicato. Fora dessa perspectiva, nada pode ser esclarecido.

Numa sociedade de classes, a classe dominante apodera-se do aparelho de Estado para colocá-lo a seu serviço. Numa sociedade de classes, o Estado é a classe dominante. Pode ser que dentro da própria classe existam facções de classe, e uma facção domine sobre a outra. Mas quando a contradição fundamental se mostra (a contradição capital-trabalho), os donos dos meios de produção (Capital), mesmo divididos em facções para dominar o aparelho de Estado, formam imediatamente uma aliança para garantir o poder.

Agora pode-se entender a questão do sindicato. Quando se diz que o sindicato não é livre nem autônomo, quer-se dizer que o sindicato (isto é, o sindicato dos trabalhadores) não está sob o domínio real dos trabalhadores, mas sim de pessoas ligadas ao capital. E eles não largam mão de maneira nenhuma desse aparelho, pois é o decisivo, o mais nevrálgico de todos. Isso se torna claro, pois o sindicato é a organização dos trabalhadores a partir do trabalho, e o trabalho é tanto "a chave da questão social", no dizer de João Paulo II, como também é a "chave da solução da questão social". Pois se é o trabalho que faz tudo, produz toda a riqueza, no momento em que os que trabalham puderem ser autônomos e donos de sua produção, eles conseguirão sua liberdade. Por isso o Estado (Capital) pode largar mão de tudo, menos do controle do trabalhador. Aqui está a questão fundamental e central de toda a problemática social.

A própria história do sindicalismo brasileiro é interessante. Nos incícios do nosso século chegaram a existir organizações

de trabalhadores e sindicatos que realmente eram autônomos. E chegaram a modificar em parte a estrutura social. Mas a partir de 1930, com Getúlio Vargas, o sindicato é finalmente atrelado ao Estado e somente em 1988, com a nova Constituição, a legislação foi modificada. Getúlio trouxe a legislação trabalhista da Itália, copiou da "Carta del Lavoro". Ora, o sindicato italiano era um sindicato fascista, criado pelo próprio Estado, para fortificar e legitimar o Estado. Fascismo é um regime ditatorial, em que manda uma só pessoa, ou uma só classe. Num Estado fascista ou nazista não podem existir classes: os trabalhadores, através de diversas ideologias (na Itália, os "fascos" – o facho da República Romana; na Alemanha nazista, a raça pura; na América Latina, a Doutrina da Segurança Nacional etc.) são compelidos e persuadidos a defender um ideal, ou ideologia, que em geral vai favorecer o grupo no poder. Eles não se dão conta de que estão sendo levados e enganados. Chegaram a combater contra eles mesmos, caso alguns não adiram a essa ideologia. O que aconteceu na Argentina, com a guerra das Malvinas, é um belo exemplo típico de como uma nação toda pode ser levada a uma guerra estúpida, por alguns líderes tresloucados. Pois o sindicato italiano, criado pelo Mussolini, era um sindicato do Estado, para defender e promover o Estado. Getúlio copia esse tipo de sindicato, e permaneceu assim até 1988.

O que aconteceu no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir das greves do ABC, no final da década de 70, foi um início de formação dum sindicalismo autêntico e autônomo. A luta foi e é difícil, e algo já se conseguiu. Começou-se a discutir o que deve ser um sindicato, e começou-se a mostrar as falhas e ideologias de um sindicalismo oficial e espúrio.

Se é verdade que a Nova Constituição conseguiu resgatar boa parte do que deveria ser um sindicato, isso não significa que a luta para que se tenha um sindicato verdadeiro e autêntico tenha terminado. Vários problemas continuam e certamente continuarão, a tumultuar esse campo contraditório das relações de trabalho, pois o trabalho é a "chave da questão social", e a questão social não é algo que possa ser definitivamente solucionado, pois é aí

que residem as contradições fundamentais. Alguns pontos merecem, contudo ser ressaltados:

- Em muitas ocasiões, em muitos lugares, os sindicatos – ou outros grupos, com nomes diferentes, mas que atuam como sindicatos, como associações de trabalhadores, centros (de professores) etc. - ainda se ressentem de um comportamento espúrio, ao se transformarem e atuarem à maneira de entidades assistenciais, esquecendo sua função primeira e fundamental, que é defender os interesses dos associados. O sindicalismo “de resultados” ressentese, em parte, dessa tentação, pois o que ele pretende não é uma prática que leve à promoção integral dos participantes, mas visa apenas a conseguir algum bem-estar imediato e em geral material, viciando assim as pessoas e tornando-as imediatistas e utilitaristas, só se mobilizando para ações a curto prazo, a fim de conseguir coisas materiais e concretas.

Outra tentação, que está continuamente rondando os sindicatos, é a de extrapolar seu campo de atuação e ligar-se, sem critérios, a partidos políticos. É verdade que muitas vezes é difícil separar as duas áreas, mas é necessário ter clareza e discernimento para não prejudicar o trabalho tanto dos sindicatos, como dos próprios partidos. Os partidos são organizações das quais podem participar todos os cidadãos, com determinada plataforma filosófica e de ação, que visam à consecução do poder (governo). Uma vez no poder, o executivo vai concretizar essas propostas; o poder legislativo vai trabalhar para que as leis implantem ou implementem tais políticas. Já os sindicatos são grupos dos quais participam apenas determinadas pessoas ligadas a um atividade específica. Embora também lutem para o estabelecimento de relações democráticas e justas, atuam mais diretamente no campo de sua organização e na defesa de seus associados. O nível de atuação dos partidos é mais amplo e se coloca acima da atuação dos sindicatos. É ilustrativo o caso de alguns líderes sindicais, como Luís Inácio da Silva, o Lula, que se deu conta, como ele mesmo confessa, que, como sindicalista, sofria restrições ao seu trabalho, pois quem criava as leis que orientavam as ações dos sindicatos eram os políticos. Como constituinte, contudo, conseguiu atuar para que fossem modificadas muitas dessas leis. Isso não significa que os sindicatos, como organização, não possam dar seu apoio mais especí-

fico a uma ou outra plataforma partidária, que esteja mais em consonância com seus valores e suas lutas. Mas é necessário separar nitidamente os campos, pois são esferas diferentes de ação.

- Uma questão importante, na discussão dos sindicatos, é a necessidade que eles têm de organizarem a sua luta num nível mais amplo, que pode ser em centrais sindicais dentro de um país, por um lado, e de estabelecerem ligações em âmbito internacional, por outro. Numa época de mundialização, em que as empresas e o capital transnacional já trabalham em termos globais, é hora de os trabalhadores, por sua vez, somarem suas forças para uma atuação em termos mundiais.

A partir de 1990, com a transformação ocorrida nos países do socialismo real, e conseqüentemente, com o crescimento e hegemonia dos países do bloco capitalista, dentro de uma filosofia neoliberal (veja capítulo IX), os sindicatos estão passando por uma fase de enormes dificuldades. O desenvolvimento tecnológico, superando as barreiras da distância, espaço físico e do tempo, junto com uma automação sempre mais recente, leva à dispensa sempre maior da mão-de-obra trabalhadora, fazendo com que as categorias trabalho e emprego comecem a mudar de significado. Devido a essas mudanças, o trabalho e o emprego assumem características diferentes: não existem mais grandes empresas, o trabalho vai sendo terceirizado, o emprego passa a ser temporário, e exige-se cada vez mais especialização. A única coisa que continua sendo gritada aos trabalhadores é que se eles não conseguem emprego, a culpa é deles: é porque são preguiçosos, ou incompetentes, ou sem iniciativa. Como fazer com que os sindicatos continuem mobilizados e com poder de pressão e negociação numa época de tanto desemprego e fragilização das relações de trabalho?

De qualquer modo, é fundamental que os sindicatos e todas as associações que a ele se assemelham, continuem sua luta para cumprir sua finalidade fundamental: a construção da solidariedade (solidariedade é o melhor nome para sindicato, os dois são quase sinônimos), pois é somente na união (outro nome para sindicato) e na organização que os grupos organizados poderão garantir seus direitos e estabelecer relações de justiça e igualdade.

O APARELHO IDEOLÓGICO DAS COOPERATIVAS

A mesma pergunta que se poderia fazer ao sindicato, estranhando que seja um aparelho ideológico, pode-se fazer com muito maior razão para a cooperativa: como uma cooperativa, sendo afinal uma organização não só social, mas também econômica, pode ser um aparelho ideológico de Estado?

Para compreender esse problema é necessário ver o contexto todo da organização capitalista de nossa sociedade. Vamos primeiramente, discutir o que é verdadeiramente uma cooperativa, e depois vamos examinar a realidade concreta da cooperativa em nossa sociedade brasileira.

1) Que é uma cooperativa?

A cooperativa é uma associação de pessoas, que trabalham juntas, mas difere do sindicato pelo fato de ser também uma empresa econômica, isto é, reúne trabalho, capital e administração, tecnologia e natureza. Na parte econômica ela funciona como qualquer empresa. Mas a diferença está na parte social, isto é, nas relações que se estabelecem entre pessoas e entre pessoas e capital (entre trabalho e capital).

Ao contrário das relações capitalistas que são de dominação e exploração (veja o capítulo 6), na cooperativa não há um dono só, mas todos que participam da cooperativa são donos. Todos os sócios da cooperativa são os donos da cooperativa. Todo o capital que por acaso existir na cooperativa (armazéns, silos, conduções, prédios) pertence aos sócios. A sobra é igualmente distribuída entre os sócios. As relações numa cooperativa são, pois, de cooperação entre as pessoas (cooperação significa trabalhar junto) e de apropriação do capital pelos que trabalham (o capital e as sobras são dos que trabalham).

A cooperativa verdadeira difere também do que hoje em dia se chama de "sociedade anônima". A S.A. (sociedade anônima) é composta também de muitos sócios, ou acionistas. Nessa sociedade anônima, os lucros são distribuídos, equitativamente, entre os sócios, conforme a quota de participação de cada sócio. Se são 100 ações, e alguém possui 30 dessas ações, ele fica com 30% dos lucros. Além disso, numa sociedade anônima as decisões são tomadas por quem detém o maior número de ações, sendo que cada ação vale um voto. Se alguém possui 51 ações numa S. A. de 100 ações, ele tem todo o poder de decisão.

Já numa cooperativa as coisas são um pouco diferentes. As sobras são repartidas da mesma maneira que numa S.A., mas as decisões são tomadas diferentemente. Numa cooperativa cada pessoa possui um voto apenas, independente de quanto por cento de ele possui. Assim, alguém pode possuir um quinto do capital numa cooperativa, mas na hora de votar, tem um só voto. Na cooperativa a maioria das pessoas decide. Vê-se, pois, que na cooperativa quem vale é a pessoa, e não o capital. Isto é realmente uma democracia, onde vale o homem, e não o quanto ele possui.

É interessante ver, rapidamente, os famosos princípios cooperativos dos pioneiros de Rochdale, uma cidade da Inglaterra, onde um grupo de pessoas iniciou essa experiência cooperativista. Até hoje esses princípios são tidos como essenciais numa cooperativa autêntica:

1. Adesão livre: entra quem quer, sai quando quer.
2. Gestão democrática: tudo decidido por eleição, sendo que cada pessoa vale um voto, independente de quanto capital ela tenha.
3. Distribuição das sobras: os lucros (sobras) são repartidos conforme a quota de cada pessoa; não é da política cooperativista a acumulação dos lucros, transformando-os em capital imobilizado, como acontece com a maioria de nossas cooperativas.

4. Juros limitados ao capital: o capital sempre está em função da pessoa, e não se transforma, como no capitalismo, em produtor de riqueza e gerador de mais lucro por si mesmo.
5. Vendas à vista: não se dá aquele famoso golpe de pegar o produto e pagar no ano seguinte, como é praxe entre nós.
6. Neutralidade religiosa, política, social, sexual e racial: todos são irmãos/irmãs, com os mesmos direitos e deveres, com a mesma dignidade.
7. Educação cooperativista: um pequeno fundo é reservado para a educação dos sócios. Desde o início se percebeu que sem uma educação dos sócios, sem formação duma consciência política e social, a exploração de uns sobre os outros se tornaria uma fatalidade. Esse é o grande problema de nossa cooperativa brasileira, como vamos ver depois.
8. Integração cooperativista: é a cooperação que deve existir não só internamente numa cooperativa, mas também entre as diversas cooperativas. Se todas têm o mesmo ideal, somente pela união e integração conseguirão fazer valer seus princípios e seus interesses.

Assim deveria ser uma cooperativa. Ela seria uma solução extraordinária para muitas pessoas e muitas situações. Não há como não ser eficiente, se bem estruturada e integrada. Mas por isso mesmo, pelo perigo de sua eficiência, o Estado tenta interferir nela, pois ela poderá ferir seus interesses. E essa interferência se dá em diversos níveis: jurídico, político e ideológico, como veremos.

b) As cooperativas no Brasil:

É evidente que num modo de produção como o nosso, em que o capitalismo é dominante, qualquer alternativa a esse modo de produção dominante sofre pressões e mesmo interfe-

rências. É o caso das cooperativas. Essas pressões e interferências se situam em diversos níveis:

No nível jurídico talvez esteja o principal problema. A legislação cooperativista não é feita pelos seus membros e associados. Quem faz a legislação é um órgão em que o governo nomeia a maioria dos membros. É evidente, pois, que quando uma cooperativa, ou federação de cooperativas, começar a crescer, trazendo problemas para o livre trânsito do capital, os representantes do capital, através do Estado (que no fundo é o próprio capital) criam empecilhos através de leis que diminuem a eficiência das cooperativas. Enquanto as cooperativas produzem muito, até mesmo para exportar, ou principalmente para exportar, satisfazendo assim a política do Estado, elas podem continuar a trabalhar. Isso, afinal, interessa ao governo. Mas no momento em que tal ação de qualquer forma prejudicar os interesses dos donos do poder e do capital, as cooperativas são cerceadas em sua ação.

No nível político, o Estado interfere nas cooperativas, como interfere nos sindicatos, sempre que necessita delas para sua legitimação ou proveito. Determinados favores são concedidos a certas cooperativas em troca do apoio político de determinados candidatos. Dificilmente uma cooperativa consegue se manter neutra, politicamente falando. Os órgãos controladores das cooperativas chegam a nomear funcionários que são partidários políticos dos homens do poder. A cooperativa se transforma, assim, em mais um campo de ação político-partidária, frustrando sua finalidade e indo contra seus princípios fundamentais de neutralidade político-partidária.

Mas a principal interferência do Estado se dá a nível ideológico. São os mecanismos todos do Estado, principalmente os meios de comunicação, que fazem com que as relações dominantes do modo de produção capitalista se transfigurem também para a prática das cooperativas. Em diversas pesquisas, por exemplo, se constatou que entre os sócios duma cooperativa havia distinção entre os que contribuam com mais produção (ou capital) e os que contribuam com menos. Isso fazia com que os que contribuam com mais se julgassem, de certa maneira, donos da cooperativa.

Eles se julgavam com direitos a tomar decisões em nome de toda a cooperativa. E isso era tão generalizado que os que possuíam menos produção achavam que os que tinham mais poderiam mandar mais. Assim a idéia capitalista, de que quem tem mais, manda mais, já se tornou comum entre os sócios das cooperativas. Essa influência das relações dominantes do sistema é sub-reptícia, silenciosa, mas vai se instalando nos corações e mentes da pessoas, legitimando, como consequência, práticas de dominação e exploração.

Além disso, os que dirigem uma cooperativa, muitas vezes, chegam à direção por caminhos tortuosos, e se perpetuam no poder. Isso quando o governo mesmo, através de seus órgãos, não nomeia um presidente conforme seus interesses. Os presidentes, uma vez instalados, comportam-se como donos das cooperativas, e pelo fato de não haver uma fiscalização eficiente (que por sua vez é causada pela falta de educação cooperativista), começam a exercer práticas predatórias, verdadeiros roubos, enriquecendo-se assim rapidamente. Essa a triste história da maioria de nossas cooperativas. Os presidentes eleitos não resistem à tentação do dinheiro e do lucro, e metem a mão no bem público da cooperativa. É, novamente, a influência da ganância que deriva da prática liberal do capitalismo: quem pode mais se aproveita dos outros.

Na base de tudo, como vimos, está o grande problema da educação cooperativista. Os sócios não sabem como deveria ser o funcionamento duma cooperativa e não conhecem seus direitos. O fundo para a educação, que por lei deve ser descontado de toda operação de lucro (sobra), não é empregado para seu devido fim. Os que pertencem à diretoria usam esse fundo para viagens de turismo, ou para fazer propaganda a fim de se elegerem novamente para outra gestão. Os cooperativados são, assim, mantidos na ignorância, até mesmo num analfabetismo crasso, pois assim podem mais facilmente ser manipulados. Uma pessoa ignorante não tem coragem de intervir em assembléias, pois nunca fez ouvir sua voz. É mantida no silêncio e com isso a estrutura de dominação se mantém no poder. O sócio não sabe que ele é sempre um fiscal de sua cooperativa e tem o direito de poder ter acesso aos livros,

controlando desse modo todo o movimento da cooperativa. A ignorância leva à dominação.

Em contraposição, uma cooperativa bem orientada e com participação efetiva de todos os sócios pode-se transformar num grande fator de transformação social. E a cooperativa possui ainda uma grande vantagem sobre os demais aparelhos, pois ela conta com uma base econômica que lhe dá possibilidade de agir livre e autonomamente no aspecto financeiro, sem depender diretamente do dinheiro, do Estado ou do capital. Os aparelhos da educação, religião, família, e mesmo sindicato, não possuem tanta chance de autonomia, pois não possuem uma base econômica garantida. Esse fator transforma a cooperativa numa instituição de grandes possibilidades para forçar alternativas diferentes das permitidas pelo Estado, ou capital. Numa cooperativa podem surgir e estabelecer-se relações bem diferentes, e até mesmo antagônicas, das relações de dominação e exploração capitalistas. Todo o problema está em explorar estas brechas e ocupar os espaços que surgem dessas contradições que o sistema capitalista não consegue fechar. No momento em que as cooperativas se multiplicarem, e não permitirem que o trabalho seja explorado, os donos do capital ver-se-ão em dificuldades de manter seu controle total sobre a exploração do trabalhador. Menos gente vai vender sua força de trabalho ao capital, tentando trabalhar no que é deles e não se deixando explorar. Para isso é fundamental a união dos que trabalham e muita criatividade para estabelecer novos tipos de empresas, com novas estruturas, que propiciarão um progresso bem maior tanto para a nação como também para os que trabalham. Os atravessadores, que vivem unicamente do dinheiro e trabalho dos trabalhadores irão diminuir sempre mais, pois serão dispensados, e os que trabalham serão donos de sua própria atividade.

O APARELHO IDEOLÓGICO DA COMUNICAÇÃO

Chegamos, finalmente, a um dos aparelhos ideológicos mais centrais e abrangentes de nossa sociedade atual. Talvez esteja aqui o segredo de existir uma sociedade com tantas contradições e injustiças, e não acontecer uma transformação rápida e profunda como era de se esperar. A comunicação parece ser o instrumento mais importante de resistência à mudança e de manutenção dessa situação de dominação e exploração.

Por ser esse assunto tão importante, iremos dividi-lo em cinco capítulos. Esse capítulo vai tratar da comunicação em geral, descrevendo a situação presente da comunicação no Brasil. O capítulo XX vai tratar do problema da cultura e da comunicação, isto é, como os meios de comunicação, principalmente os filmes e novelas, penetram na cultura dum povo para melhor dominá-lo. O capítulo XXI analisará a problemática das notícias. O capítulo XXII discutirá a problemática da propaganda e publicidade. Finalmente, o capítulo XXIII discutirá alternativas possíveis no campo da comunicação, ou como a comunicação poderá colocar-se a serviço da libertação e da justiça.

No presente capítulo, analisaremos a comunicação em geral, discutindo fundamentalmente dois pontos: 1) Como a comunicação constrói a realidade; 2) A relação entre a comunicação e o poder.

1) A Comunicação e a realidade

Três pontos são importantes aqui: o primeiro é que a comunicação faz a realidade. Assim, uma coisa passa a existir no momento em que é comunicada, é notícia. Se não é comunicada, divulgada, para a maioria das pessoas “deixa de existir”. Veja essa conversa entre dois rapazes. Um dizia:

- Parece que a guerra no Iraque terminou...

- Por quê?, pergunta o outro.

- Porque os jornalistas não dizem mais nada, não há mais nada na TV.

Notaram? Não há mais nada na TV, nos jornais; logo, não existe mais. terminou... Já imaginaram as conseqüências disso? Se os que possuem os meios de comunicação (e no Brasil são pouquíssimos, nem 1%) resolvem não dizer nada sobre um assunto, essa realidade deixa de existir para a maioria das pessoas. A força do meio de comunicação está, muitas vezes, mais no silenciar do que no comunicar.

Mais alguns exemplos muito bons. Em 1974, a ITT (Companhia de Telefones e Telégrafos dos EE.UU.) foi acusada e condenada por ter se envolvido em assuntos no Chile, mandando milhões de dólares para derrubar o Presidente Allende, eleito pelo povo. Quando foi mostrado seu crime, o conceito da ITT caiu entre o povo. Pouco mais de 5% achavam que fosse uma companhia que “se interessasse pela população”. Que fizeram? Fizeram uma campanha, durante 12 meses nos jornais, rádios e TV, dizendo que era uma companhia boa etc. Gastaram nisso nada menos que 6,4 milhões de dólares. Resultado: depois disso, mais da metade da população achava que a companhia fosse coisa boa. A companhia não mudou nada, era a mesma safada, mas para todos os efeitos passou a ser boazinha... Quem mudou essa imagem? A comunicação, principalmente numa sociedade onde as pessoas não pensam e acham que tudo o que é dito na TV é pura verdade!

Um outro belo exemplo de “construção da realidade” foi a campanha feita pelo governo brasileiro, no início da década de 70, para criação do que se chamou de “milagre brasileiro”. Quem conta isso é o pesquisador Armand Mattelart. Esse golpe do governo brasileiro foi denominado “o maior exercício de marketing internacional do Brasil”. Reuniram-se num consórcio as quatro maiores agências publicitárias do país (todas elas penetradas de capital norte-americano, claro) e planejaram, com o governo, a

campanha da criação do "milagre brasileiro". Os anúncios, redigidos em cinco línguas, foram enviados à agência Kenyon e Eckardt, de Nova York que fez a revisão final dos textos e planejou sua inserção nos grandes diários e revistas dos países do bloco capitalista. Nos Estados Unidos, nos jornais e revistas, Fortune, Newsweek, Wallstreet, Time, Vision. Na Alemanha: Die Welt, Frank Furt Handelsblatt. Mais nos jornais do Japão, Inglaterra, Argentina, Colômbia, França, México, Venezuela etc. Para isso o governo brasileiro gastou ao redor de meio milhão de dólares, encheu o balão do milagre brasileiro, que viria se esvaziar poucos anos depois. Veja você o que faz a comunicação! Veja essa notícia sobre uma viagem de Reagan à Europa. Dizia o noticiário: O Presidente dos EE.UU. viajará à Europa por oito dias. Visitará alguns países e tentará mostrar a esses países que é um homem sensato. Visitará o Papa etc. Veja você: os homens que cuidam da figura do Presidente precisam, quando eles dão uma mancada, melhorar sua figura. Mas é só figura... E isso se faz pela comunicação, que cria uma nova realidade, não se importando se a coisa real fica no mesmo. Conclusão: A comunicação constrói a realidade.

O segundo ponto que deve ser discutido aqui é que a comunicação, ao construir a realidade, não o faz de maneira neutra, asséptica. Muito pelo contrário. Essa construção é feita dentro de uma dimensão valorativa, isto é, juntando juízos de valor às notícias. Uma notícia nunca é dada friamente. Vai sempre embalada em valores, com cheiro de "bom-mau". Às vezes a dimensão valorativa está presente no próprio fato de se dar, ou não se dar, uma notícia. Uma estação de rádio ou televisão, quando decide dar uma notícia, já está valorizando tal fato, a não ser que diga explicitamente que tal fenômeno é mau, ou que as pessoas que dele participaram agiram de maneira errônea. O fato de dizer algo, já valoriza o fato para a maioria das pessoas.

Finalmente, um terceiro ponto deve ser levado em consideração: além de a comunicação construir a realidade, associar uma dimensão de valor à notícia comunicada, ela também monta a agenda de discussão, isto é, ela traz os assuntos sobre os quais as pessoas vão falar e discutir. As pesquisas mostram que aproximadamente 80% de tudo o que as pessoas falam na rua, em casa, no

trabalho, nas viagens etc. são assuntos que foram apresentados pelos meios de comunicação. Isso leva a conclusões muito sérias, pois nos damos conta de que a força da mídia não está apenas no que ela apresenta: está também, e muito, no que deixa de apresentar. Se algo não é colocado na mídia, não é discutido pelas pessoas. Isso significa que se pode deixar de fora da discussão nacional um tema que possa incomodar a determinados grupos, ou governos. E de outro lado, se quisermos que algo exista, e exista com a valorização que queremos, é fácil: é só apresentá-lo, fazê-lo notícia. Ele passa a existir e as pessoas passam a falar dele.

Tais considerações parecem um tanto fortes, ou extremadas. Você deve, então, parar e começar a pensar se isso é assim mesmo ou não. Confira você mesmo o que é que se fala nas ruas e de onde as pessoas tiraram o assunto. É fácil de fazer o teste.

2) *Quem tem a comunicação, tem o poder*

Essa tese é em parte decorrência da tese anterior. Quem detém a comunicação constrói uma realidade de acordo com seus interesses, justamente para poder garantir o poder. E esse pode se manifestar de muitas maneiras.

Por exemplo: os que detém a comunicação, para poderem estar por cima, começam a dizer que vale mais quem fala, quem estuda. Há então um predomínio dos que falam sobre os que fazem, ou trabalham. E acabam aceitando essa dominação como sendo certa. Isso, no fundo é consequência do predomínio dos que possuem as coisas (terras, fábricas etc), que é o capital sobre o trabalho. São os que trabalham que fazem tudo. Leão XIII já dizia na Rerum Novarum: o trabalho é a única fonte das riquezas. Mas isso precisa ficar escondido ou disfarçado. Por isso, os que têm os meios de produção e de comunicação, para permanecer com vantagem, espalham a idéia de quem fala, quem estuda, vale mais.

Mas não é só isso. Os que têm a comunicação chegam até a definir os outros. É isso mesmo. Os que usam a palavra dão uma definição dos outros como sendo esses outros menos importantes, mais ignorantes, menos honestos, até mesmo piores que os demais.

É só começar a prestar atenção. Compare o que os meninos e as meninas dum vila de favela pensam deles com que os rapazes ou meninas dum colégio do centro pensam deles mesmos. Você vai ver que as pessoas das vilas se julgam inferiores, até sem direitos, mas que os ricos do centro valem mais. Quem faz essa diferença é o jornal, a TV, o rádio, onde a pessoa de vila só aparece nos noticiários policiais.

No fundo, isso tudo é feito para manter toda a população pobre e trabalhadora dominada, pois quando alguém está dominado na alma, isto é quando alguém já se considera inferior, nunca vai questionar os de cima. Quando alguém está convencido de que vale menos, ou não presta, nunca vai procurar crescer, procurar seus direitos. É isso que querem os que se aproveitam dos debaixo.

A comunicação no Brasil está nas mãos de pouquíssimas pessoas, pouco mais que nove famílias. Os meios de comunicação eram concessão do governo, e ele só os deu para pessoas confiáveis.

A influência estrangeira também é grande. Apesar de existirem leis que proíbem a um estrangeiro ter um meio de comunicação, ainda assim a comunicação sofre sua influência.

Se o capital não possui diretamente um meio de comunicação, ele o pode controlar de outros métodos:

- a) Se o capital não pode possuir o meio, ele controla o conteúdo. As notícias, os filmes, os enlatados para TV, os artigos de revistas etc., vêm em grande parte de fora. Não adianta ter o meio se não se tem o conteúdo, o que se transmite.
- b) Se não tem o meio nem o conteúdo, controla-se a divulgação e distribuição desse conteúdo. As agências de notícias, as distribuidoras de filmes e material de comunicação possuem grande poder de controle.
- c) Além dos acima, pode-se controlar através da publicidade e propaganda. Nem um meio de comunicação

vive sem comerciais (propaganda). Essa propaganda é controlada por firmas internacionais, que só favorecem os meios que estiverem de acordo com sua filosofia, com seus interesses.

- d) E, finalmente, se nenhum dos controles acima funcionar, ainda sobra um último cartucho: o controle político, que vem através do governo, que possui diversos mecanismos de pressão direta e indireta.

Veja você como a comunicação é, na realidade, muito controlada, tanto de fora, como de dentro. Quem detém o poder, detém a comunicação e quem detém a comunicação, procura deter o poder: os dois andam sempre juntos.

Depois dessas colocações, a gente fica um tanto assustado. E nos perguntamos: há saída para este problema? A resposta é: existe!

Não se pode enganar todo um povo, ou algumas pessoas o tempo todo! O capítulo XXIII discutirá essas alternativas.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O MASSACRE DA CULTURA

Esse capítulo vai abordar a relação entre os meios de comunicação e a cultura. Vejamos, primeiro, o que designamos por cultura e depois a relação da cultura com os MCS.

1) *Que é cultura?*

A primeira coisa é definir cultura. A definição melhor é: Cultura é tudo o que o homem faz. Para poder sobreviver e se relacionar com o mundo exterior, o homem cria uma espécie de muro ao seu redor, que lhe facilita o relacionamento com o mundo. Assim, cultura é a maneira de falar (língua), a maneira de vestir, de morar, de comer, de trabalhar, de rezar, de se comunicar etc. Essa cultura fica sendo a sua garantia, sua defesa. Quando essa cultura é destruída o povo fica desprotegido e facilmente pode ser dominado e até destruído. Todo povo se afirma como povo na medida em que consegue produzir essa fortificação, que fica sendo a razão mesma de seu existir. Por isso se diz que a cultura é a alma dum povo. Povo sem cultura é povo sem alma, sem identidade.

Examinando a história, vemos que os povos conquistadores sabiam disso muito bem. Os romanos, para poder dominar totalmente os povos e não deixá-los mais levantar a cabeça, destruíam sua cultura: destruíam os monumentos, não deixavam mais falar sua língua (exigiam que falassem o latim, língua dos dominadores), roubavam os seus deuses... Se a cultura é a alma de um povo, a religião é o centro, a alma da cultura. Quando um povo não tem mais onde se agarrar, ele se agarra à religião que fica sendo o grito desesperado de sobrevivência de um povo. Os movimentos messiânicos provam isso muito bem. Os romanos, porque eram supersticiosos, não destruíam os deuses dos povos dominados, mas roubavam os deuses e os levavam para Roma, onde os colocavam num templo especial. Se por acaso algum deus funcionasse... ele não ficaria de mal com os conquistadores.

Outro exemplo da destruição dum povo através da cultura é o caso da conquista da América Central pelos espanhóis. Dizem os historiadores que na cidade do México as fogueiras ardem durante semanas, queimando tudo o que os conquistadores encontravam. Coisas preciosíssimas. Em alguns pontos a cultura mexicana ou a incaica era até mais adiantada que a cultura européia. O calendário asteca, por exemplo, era corrigido num décimo de segundo de 52 em 52 anos! Coisa que nós só fazemos agora na era eletrônica. Pois esses povos foram totalmente subjugados e até hoje não conseguiram recuperar sua identidade e liberdade. Perderam sua cultura, sua alma...

2) *Cultura e MCS*

Mas que tem tudo isso a ver com os meios de comunicação social?

Acontece que os MCS são os principais transmissores da cultura dum país. Eles são os "carregadores" e os "transformadores" da cultura, isto é, da maneira de comer, de fumar, de dançar, de cantar, de morar, de viajar, de beber, de se vestir etc. Como?

Quando se assiste a um filme, ou se vê uma novela, não é o roteiro, ou o enredo a única coisa a que se assiste ou se vê. Como pano de fundo está todo um conjunto cultural: um tipo de moradia, de decoração, uma maneira de comer, de vestir, de se relacionar, um tipo de carro, de casa, um tipo de diversão, em resumo, uma maneira diferente de se viver, isto é, um padrão cultural diferente. Esse pano de fundo é o que realmente fica na mente das pessoas e leva à mudança dos padrões culturais. É uma transmissão ou mudança de cultura que se dá quase inconscientemente.

E atenção agora para a prova disso. Se lançarmos um olhar sobre os "costumes", ou "a moda", "a onda" de nossa população, principalmente da juventude (pois a juventude é mais frágil e se deixa penetrar muito mais pelas novas práticas de vida e de ação), veremos que nossa cultura está mudando e está sendo totalmente descaracterizada. Nas roupas de nossos jovens (e muitos velhos) está em geral escrito algo em uma língua estrangeira, pois isso é

ser "moderno". De cada 100 pessoas a quem você pergunta, 95 não sabem o que está escrito. No comer, o que vale é comer "cheesburger", "hamburger", ou qualquer coisa assim. Para curtir um divertimento, ou mesmo uma comida, precisa ser num "Antonio's" ou "chez Marie" ou coisa que o valha. Você liga um rádio, a música é estrangeira em 70% dos casos. Na TV, grande parte dos programas são feitos fora do Brasil, ou, se é novela, num ambiente cultural totalmente diferente do ambiente onde vive a maioria da população; é a "cultura de Ipanema". Assim por diante. Sem querer, nossa cultura está sendo minada, furada, transformada, destruída. A gente se pergunta até quando ainda o português vai ser a língua oficial! De todas as palavras escritas num grande "shopping-center" (já começa com o nome!), 52% eram em inglês, fora o que estava em francês, italiano etc. Tal a nossa dependência social e cultural.

É claro que esta dependência tem como finalidade uma dependência econômica, um esvaziamento de nossas riquezas. É importante que a gente consuma coisa de fora, pois o lucro irá naturalmente para fora também. Há uma ligação estreitíssima entre a dependência cultural e a econômica. Os "plets", "chiclets", "nestlés" que consumimos vão enriquecer os cofres estrangeiros.

Até crimes se cometem para ganhar dinheiro. Vejam o caso da Nestlé, que criou o tal de leite "que substitui o leite materno". Fez um propaganda enorme no mundo todo. Dava leite de graça no começo. Mas depois que as crianças se acostumaram, as mães precisavam comprar! Em alguns países, onde antes da Nestlé 90% das mães amamentavam até aos seis meses, depois da Nestlé, a proporção baixou para 15 ou 20%. E milhões de crianças morreram por causa disso, pois as mães não tinham mais dinheiro para comprar o leite, por isso reduziram a quantia, ou não podiam ter os cuidados de higiene e esterilização que o leite exigia... Mas os cofres da Nestlé se encheram às custas da mudança dum padrão cultural, isto é, amamentar as crianças. Estão vendo o que significa mudança de cultura?

Um povo que não possui uma cultura própria, que não defende sua cultura é um povo que está sendo dominado e escraviza-

do. Perguntemos com sinceridade: somos de fato um povo independente? Economicamente falando, já sabemos que não o somos há muito tempo. Politicamente falando, dançamos de acordo com a música dos credores de nossa dívida externa e do FMI. E culturalmente falando, corremos o risco de perder nossa alma, nossa identidade. A dependência econômica, política e cultural estão sempre ligadas.

E agora pensemos um pouco: são os meios de comunicação, que não são nossos, ou não transmitem nossas coisas (veja o capítulo anterior), que descaracterizam e roubam nossa cultura. Está se repetindo entre nós a velha história do Cavalo de Tróia.

NOTÍCIAS: AS BELAS MENTIRAS

Nesse capítulo vamos discutir as notícias que são dadas no rádio, na televisão e nos jornais. Elas ocupam, em média, 10% do espaço de toda a comunicação. Os comerciais (propagandas) ocupam ao redor de 30% e os outros 60% ficam para as demais matérias (novelas, filmes, esportes, shows etc).

As notícias, porém, são a parte mais importante na formação, tanto da opinião pública, como na formação da ideologia das pessoas. Elas vão direto à mente das pessoas e vão construindo a realidade, a verdade, os fatos e os acontecimentos. Sem exagero, as notícias constroem a história e o mundo para nós.

É preciso ter um cuidado enorme, e um espírito crítico muito aguçado, para não se deixar envolver e não deixar que as notícias façam a cabeça da gente. Não temos medo de dizer que a preservação da liberdade dum pessoa está diretamente relacionada à maneira como ela se comporta em relação às notícias que recebe, principalmente dos meios de comunicação, mas também de todo o grupo que a rodeia.

Vejamos alguns pontos.

1) Pressuposto falso

A primeira coisa que se deve considerar é a maneira como as pessoas se colocam diante dos meios de comunicação, isto é, qual é a atitude de quem escuta uma notícia no rádio, na TV, ou lê nos jornais. A grande maioria das pessoas está numa atitude de que o que vai ser dito é verdade, é a realidade. São poucos os que se colocam diante das notícias com uma atitude crítica. O que quer dizer atitude crítica?

Crítica vem de julgar. Quando alguém é julgado, é necessário que se vejam os dois lados. Por isso, num julgamento há o advogado da defesa e o da acusação. Ter atitude crítica é ver sempre os dois lados: o da polícia e o do bandido. Por isso a justiça é representada com uma balança na mão. É impossível uma balança com um lado só; não seria balança. É verdade que ela, às vezes, é bem cega, mas ao menos tem como ponto de partida indispensável a necessidade de se verem os dois lados.

Tem uma postura crítica, então, quem vê TV, ouve rádio ou lê jornal, com um pressuposto absolutamente necessário: a convicção de que tudo tem seus dois lados. Antes de ouvir ou de ver qualquer coisa, ele já está prevenido: sendo que tudo o que existe no mundo é histórico, é relativo, logo tudo contém ao menos dois lados. Isso é espírito crítico.

Que coisa triste é ver pessoas ingênuas, que acreditam em tudo o que se diz, sem ao menos desconfiar. São embrulhadas, enroladas, e servem de massa de manobra para interesses de outros. Vivem de cantadas, de mentiras.

As pessoas ingênuas acham que tudo o que se diz é verdade. Não imaginam que há pessoas que podem mentir. Não se previnem e não têm sempre presente que, assim como uma pessoa pode dizer a verdade, pode também dizer a mentira. E quanta gente ingênuo, sendo cantada toda a noite diante das notícias da TV, escutando balelas e mentiras de ministros, políticos, presidentes etc. Vivemos no país "cantadas"...

2) Instrumentos para descobrir as mentiras

Há dois mecanismos que são usados em qualquer notícia e servem para distorcer ou colorir os fatos:

- a) O primeiro é o mecanismo de seleção. Precisamos saber que as notícias dadas são sempre compostas de alguns elementos, apenas, do fato acontecido. Por exemplo, uma passeata. Numa passeata acontecem ao menos 200 coisas que poderiam ser contadas. Mas o jornal seleciona apenas as que quer. Um exemplo real: numa passeata a favor da vida, da ecologia, e

contra as armas nucleares, reuniram-se mais ou menos 20 mil pessoas. No dia seguinte, a notícia apareceu em dois jornais de orientação diferente. O jornal mais popular escolheu para manchete o seguinte: "20 mil manifestantes a favor da paz". O jornal mais aristocrático, da elite, colocou na sexta página uma notícia que tinha este título: "Contestadores e subversivos dizendo palavrões". Vocês estão vendo? Quem mentiu? Ninguém, pois na realidade havia 20 mil pessoas, a favor da paz, eram contestadores (mas contestavam a guerra, a destruição da natureza), subversivos (isto é, não aceitavam uma ordem ditada de cima, uma ordem injusta, pecaminosa) e, certamente, como em qualquer passeata, poderá ter havido alguma palavra mais forte. Agora veja você: os que dão a notícia dizem apenas o que querem. Eles escolhem, selecionam apenas o que lhes interessa. A TV focaliza só as pessoas bem vestidas, ou só as mais sujas, conforme ela quer. Ela procura provar o que interessa para ela e não mostrar o conjunto todo. De 30 horas de filmagem sobre um desfile de escolas de samba, foram escolhidos 50 segundos... Quem seleciona? Seleciona o quê? Mas quem assiste, acha que a coisa foi assim mesmo, como foi mostrada ou dita.

- b) O segundo mecanismo é o da combinação. Consiste em se colocar junto duas coisas que não têm nada a ver uma com a outra. Pelo fato de estarem juntas, as pessoas vão pensar que elas se relacionam. Por exemplo: quando se dá uma notícia sobre desordem, arruaças etc., coloca-se sempre junto determinados tipos de pessoas, como os jovens, ou os negros. De tanto se verem as duas coisas juntas, acaba-se acreditando que uma depende da outra, isto é, que quem faz desordem são os jovens ou os negros. Do mesmo modo, quando se dá uma notícia dum acidente, duma destruição, duma greve, coloca-se sempre junto alguns da oposição, do partido contrário. Aos poucos, de tanto ver a coisa junto, acaba-se aceitando que quem é o culpado de tudo é a oposição...

Através desses dois mecanismos de seleção e de combinação dos elementos da notícia, transformam-se completamente as notícias. Elas chegam até a dizer o contrário do que de fato aconteceu. Preste bem atenção, e você vai ver. Quando há um problema numa sala de aula, por exemplo, veja como o professor e como os alunos contam a história. Certamente a coisa sai bem diferente e a verdade não vai estar nem dum lado nem do outro. Assim são os jornais e as rádios...

3) De onde vêm as notícias?

É interessante ver quem nos envia as notícias. Entre 80 a 85% das notícias internacionais chegam até nós através de três agências de notícias estrangeiras: duas americanas e uma francesa. E é claro que elas não mandam a notícia assim como ela aconteceu. Primeiro elas selecionam, depois combinam e juntam mais algumas tintas, para a notícia sair exatamente como eles querem. Por exemplo, um fato real: de 100 notícias que um representante da *Associated Press* (AP) mandou de Buenos Aires para Nova Iorque, eles selecionaram lá só oito. E selecionaram exatamente as que mais interessavam para eles. Das 100 mandadas, apenas 13 eram sobre crimes e violência, mas das oito reescritas e reenviadas de Nova Iorque para o resto do mundo, a metade era sobre crime e violência. Assim, os que selecionam e reescrevem as notícias vão pintando as pessoas conforme eles querem ou precisam. Os latino-americanos para o resto do mundo são uns tipos esquisitos, exóticos; mistura de negro com índio, que vivem prejudicando os americanos... Que tal?

E você já viu quem são os americanos para nós? São quase como deuses. Basta assistir ao programa do "Fantástico". Sempre há ao menos uma ou duas histórias sobre eles, dizendo que são os tais, são formidáveis, "fantásticos"... Não é assim que eles aparecem para nós? E quem os pinta assim? Os que controlam as notícias, os que detêm a palavra.

Aqui é fundamental uma ação alternativa. Veremos isso no capítulo XXIII.

PROPAGANDA-PUBLICIDADE;
“ATENÇÃO PARA NOSSOS COMERCIAIS”

Trazemos à discussão, neste capítulo, um assunto crucial da comunicação em nossos dias: a questão da propaganda e publicidade, ou o que geralmente chamamos de “comerciais”.

Como já vimos, um terço do tempo da nossa televisão é dedicado a anúncios publicitários.

Nos capítulos anteriores, nós já discutimos o que significam os 60 minutos de filmes e novelas (veja o capítulo XX), e os 10 minutos de notícias (veja o capítulo XXI). Nessa nossa discussão vamos abordar a problemática referente aos outros 30 minutos: os comerciais.

Para início de conversa, é fundamental distinguir dois tipos de informação ou comunicação publicitária:

1) A comunicação informativa racional, denotativa

É a que se funda na informação objetiva da coisa, e procura informar as características essenciais mais importantes de qualquer objeto ou tópico a ser informado. Se estamos precisando duma casa, ou qualquer outro produto, como um carro, uma moto, ou se estamos querendo vender uma casa, um carro, ou uma moto, nós fazemos um anúncio: colocamos dados essenciais, objetivos, da coisa que desejamos vender ou comprar, e o interessado, com as informações necessárias vai nos procurar para ver a possibilidade de adquirir ou vender o objeto.

Essa propaganda, ou comunicação informativa é absolutamente necessária para o funcionamento de nossa sociedade. É um dos grandes fatores de progresso e desenvolvimento de nossos dias.

2) A comunicação afetiva, inconsciente, conotativa

É a comunicação baseada não na razão e nas qualidades objetivas do objeto, mas numa relação secundária, através de ligações e relações estabelecidas com as forças básicas, geralmente inconscientes, existentes em toda pessoa humana. Essas forças básicas são os desejos e aspirações que todos nós possuímos, como por exemplo o desejo de realização, o desejo de sucesso, o desejo de liberdade, o desejo de estima, desejo de amar e ser amado, a força sexual, o desejo de prestígio, de aceitação, de ser identificado e aceito como pessoa humana. Todos nós temos esses desejos e aspirações, e estão ligados ao mais profundo de nosso ser.

Mas como se dá, então, essa comunicação inconsciente, baseada nas forças básicas da natureza humana?

Vejamos. Você conhece as experiências feitas por Pavlov, dos reflexos condicionados. O psicólogo Pavlov dava um pedaço de carne para um cachorro, e ao mesmo tempo tocava o sino. Toda vez que dava carne, tocava o sino. Isso durante dias e meses. Pois bem: depois de alguns meses, se ele apenas tocasse o sino, o cachorro começava a salivar, pois o cachorro tinha ligado o som do sino com a carne, e apenas o som do sino fazia com que o cachorro salivasse.

Não estamos comparando ninguém aqui com cachorro. Mas o nosso mecanismo animal, inconsciente, afetivo, baseado em nossas forças básicas, funciona em grande parte duma maneira semelhante. Nós possuímos esses determinados desejos e aspirações, fundamentais ao nosso ser e a nossa realização. Todos nós desejamos, de qualquer maneira, nos relacionar como pessoas. O que faz, então, esse segundo tipo de propaganda? Ele liga um determinado produto a uma dessas forças básicas, muitas vezes inconscientes, pouco controláveis, a um determinado produto que se deseja vender. Cria-se assim uma ligação, um tipo de reflexo condicionado, entre o produto anunciado e determinados desejos e aspirações vitais da pessoa. Dando-se alguns exemplos, a gente entende melhor.

Quem não deseja ter sucesso na vida? Você lembra da propaganda dos cigarros Hollywood? Apresentam-se cenas de grandes façanhas, corridas de automóveis, etc. e os personagens fumam Hollywood. Escrito, ou falado, numa voz convincente e sugestiva: "Hollywood, rumo ao sucesso". As pessoas, principalmente em nossos dias, estão em situações cada vez mais difíceis, problemáticas, às vezes, desesperadoras. Ansiosas para solucionar seus problemas, conseguir vencer na vida. A ilusão que o fumar lhes dá vem fazer com que esqueçam seus problemas, ou ao menos por um momento, se julguem vitoriosas. Se não conseguem o sucesso, ao menos têm a sensação do sucesso, fumando o cigarro. O cachorro não come carne, mas saliva...

E aquela propaganda do cigarro Charme? "O importante é ter charme..." Às vezes a gente vê pessoas com as quais a natureza foi um tanto ingrata e avara. Como dizia aquele velho gaúcho: "Pedi a Deus para ser feio, e entrou duas vezes na fila..." Mas o jeito então é disfarçar. Já que "o importante é ter charme", a gente tenta suprir o que a natureza não concedeu através dumas ligações simbólicas, estabelecidas com a mocinha do comercial... A coisa sai então pela tangente. Dum lado a mocinha se compensa pensando que ao menos algo de lindo ela tem: fuma o mesmo cigarro da mocinha do comercial. Do outro lado, quem a vê, pensa mais ou menos assim: "Bem, nem tudo está perdido. Ao menos Charme ela fuma. Podia ser pior". E disfarça, pensando na mocinha da propaganda.

E assim por diante. Determinada bebida já está ligada indissolivelmente a determinada garotona: onde está uma, está a outra. Se não há uma, há a lembrança da outra. E o cachorro começa a salivar... Os astros e estrelas de cinema servem de chamariz para se poder vender mais e mais. Jogadores de futebol, comentaristas esportivos, atletas bem sucedidos, cumprem o importante papel de vender produtos estocados e encalhados; engatar compradores incautos com loteamentos lindos no papel, mas terrivelmente desumanos na realidade; forçar pobres viúvas e empregadas domésticas a fazerem cadernetas de poupança nas quais nem a correção monetária é assegurada, ou melhor: onde oficialmente a correção monetária é assegurada, mas na prática são roubados do

seu poder real de compra. E não são só financeiras, ou empresários particulares que recorrem a tais expedientes. É o próprio governo federal, estadual ou municipal que puxa a fila dos tocadores de flauta, de criadores de ilusões. Até a própria propaganda oficial, paga pelo povo explorado e sofrido, serve para enganar o mesmo povo. As próprias cadeias e prisões com que são amarrados e aprisionados, são pagas pelo povo. E a força dessa propaganda é tão violenta que as pessoas chegam a beijar os grilhões que as aprisionam...

As técnicas de tal propaganda são altamente sofisticadas. São inúmeros os processos psicológicos, todos eles inconscientes ou semiconscientes, que arrastam as pessoas a se aprisionarem e iludirem.. Entre outros, podemos citar os seguintes:

- a) Mutação: É geralmente inconsciente, d -se de cima para baixo (a gente imita os mais importantes) e de fora para dentro (primeiro se aceita a pessoa, depois imita-se ela).
- b) Sugestão ou auto-sugestão: É um ato psicológico automático, no qual não interv m a iniciativa nem o querer das pessoas, às quais se inspira uma idéia por métodos quase hipnóticos.
- c) Persuasão:   uma insistência sobre a sensibilidade, que é atacada por uma série de motiva es afetivas, às vezes conscientes, mas pouco lógicas, mesmo quando se apresentam como razões.
- d) Pressão moral: É o processo pelo qual se leva alguém a fazer algo apelando para o sentimento de culpa, como, por exemplo, comerciais como esse, apresentado antes do dia das mães: "Você não será bom filho se no dia das mães não apertar a mão de sua mãe e não deixar nela um relógio..." De tanto repetir o comercial e sendo que ninguém quer ser mau filho, a pessoa acaba comprando o relógio, não consegue pagar, seu nome entra no SPC e ele inferna sua vida...

- e) Finalmente a percepção subliminar, que é proibida por lei, mas que não deixa de exercer grande influência, principalmente através de milhares de "out-doors" espalhados pela cidade ao longo das estradas.

É interessante refletir um pouco sobre essa afirmativa de Baran e Sweezy: "A aspiração a status e o esnobismo, a discriminação racial e sexual, o egoísmo e a carência de contato, a inveja, a cobiça, a avareza e a ausência de escrúpulos - nenhuma dessas atitudes é criada pela propaganda, mas todas são usadas e articuladas por elas".

3) Outras considerações

É preciso fazer aqui algumas considerações importantes. A primeira é justamente sobre o problema ético que tal tipo de propaganda e publicidade apresenta. Até que ponto isso é lícito? Até que ponto não se estão violando os direitos e a dignidade da pessoa humana? Qual a propaganda-publicidade lícita, e quando ela chega a ser ilícita, imoral?

É importante também levar em consideração que toda elaboração artística, toda criatividade, todo uso da beleza e da arte é algo positivo, e deve ser colocado a serviço do bem comum, da humanidade. Não se está negando, pois, que o engenho e a arte possam e devam ser colocados a serviço do ser humano.

Mas entre colocar a arte, a iniciativa e a criatividade a serviço dos homens e do progresso, e usá-los para a escravidão e degradação do próprio ser humano, vai um passo bastante grande. O meio em si mesmo pode ser usado tanto para a elevação do ser humano, como para sua degradação. É importante, pois, ver o fim para o qual ele é usado.

Tomando em consideração os valores básicos de nossa sociedade, que são o lucro, a busca de prestígio, a competição, valores fundamentalmente materialistas, não podemos esperar ingenuamente que determinados apelos morais possam ser tomados em consideração pela sociedade como um todo. Pensamos que é fun-

damental que nos previnamos, e que criemos um tipo de "hábito da liberdade", uma virtude altamente necessária em nossos dias. Num mundo bombardeado de mensagens, onde um homem normal recebe em média 30 mil mensagens por dia, todas em forma afirmativa (Compre! Fume! Ande! Viaje! Beba! Coma! Leia!), é fundamental que antes de colocarmos qualquer ação, nós nos perguntemos do porque de tal ação, e por que estamos prestes a executar tal ação. Numa sociedade acelerada e estonteante como a nossa, quase não há mais espaço para a reflexão e para a opção livre e pessoal. Tudo vem de roldão, numa avalanche fenomenal. Tornamo-nos robôs, passamos a executar nossas ações por pura rotina. Não damos mais tempo e espaço à reflexão para a escolha e decisão. Perdemos o hábito de pensar, pesar os dois lados, decidir com consciência e liberdade. E a isso chamaríamos de "hábito de liberdade", a virtude que poderá nos levar a uma libertação mais ou menos eficaz, na medida em que a procurarmos e a exercitarmos no dia-a-dia de nossa vida, em cada momento e em cada ação de nossa existência.

A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Durante os quatro capítulos anteriores vínhamos acenando para a possibilidade de podermos conseguir e construir uma comunicação alternativa. E isso não é apenas possibilidade, mas também necessidade

Dentro deste contexto, vamos discutir alguns tópicos específicos e concretos.

1) *A consciência relativizadora*

A perspectiva que desenvolvemos em todas as discussões é de que todo o criado é histórico, portanto relativo. Isso quer dizer que tudo é incompleto, que contém sua contradição. Isso no fundo é uma esperança, uma porta aberta para tanto sufoco. Por mais poderoso que seja um grupo, ou um governo, ele não pode tudo, nem pode sempre. Como disse alguém: ninguém consegue dominar a todo o mundo, ou a alguém o tempo todo.

A consciência dessa relatividade é uma condição essencial para qualquer trabalho: a própria consciência em si. Pois ninguém se põe a caminho se não percebe, se não acredita que é possível uma mudança. Essa a grande diferença entre as duas posturas teóricas que discutimos no capítulo III. No momento, pois, em que um grupo se reúne para discutir a problemática da comunicação, é importante que esse grupo tenha a certeza de que é possível uma ação alternativa, uma comunicação alternativa. E através da criatividade do grupo, muitas soluções poderão surgir. Tenta-se colocar essas soluções em prática, fazer a experiência delas, e guardar as que são positivas, abandonando as que não deram certo.

Além dessa consciência da possibilidade de mudança, outros pontos ainda podem ser considerados dentro dessas alternativas

2) *Comunicação como um dos direitos do ser humano*

O direito à comunicação é um dos direitos humanos. Quando se pergunta, porém, sobre o que significa direito à comunicação, a maioria pensa que significa o direito a ser informado, ou a ligar o canal de TV que quiser, ou a trocar de estação no rádio quando se quer. Mas isso é apenas uma parte mínima.

Direito à comunicação significa, principalmente, o direito a cada um dizer, pronunciar a sua palavra, ouvir sua voz, escrever seu pensamento. Temos direito a uma comunicação ativa e não apenas passiva. Temos o direito de sermos sujeitos e não apenas objeto da comunicação. Isso é fundamental. Nós estamos tão acostumados a sermos dominados que nem nos damos conta desse nosso direito básico. Passamos a vida apenas ouvindo, vendo. Se é verdade que as pessoas desenvolvem mais o sentido que mais usam, dentro de alguns anos vamos ter homens com enormes orelhas e olhos bastante saltados, mas com uma boquinha bem pequena, um buracozinho onde cabe apenas um cigarro! Pesquisas bem recentes mostram que 12,4% dos alunos de 1º Grau assistem de cinco a dez horas de TV por dia e que 70% de duas a quatro horas por dia. Isso já é mais que o tempo da escola, pois na escola se vai de cinco a seis dias por semana, oito meses por ano, durante apenas alguns anos; 25% nem chega a ir à escola; dos que entram, 60% sai depois de um ano. Mas para a escola chamada TV todo mundo vai: pais, avós, netos e filhos; vão sete dias por semana, 52 semanas por ano, e durante a vida toda. Mas diante da TV a pessoa está muda, só recebe. Ela acaba sendo o que os outros (os que têm o meio de comunicação) querem que ela seja. Ela acaba perdendo sua liberdade.

3) *A prática da comunicação*

Um terceiro ponto, dentro dessa contradição, é mostrar como é urgente e importante fazer das pessoas sujeitos de comunicação. A gente aprende a se comunicar praticando a comunicação. Aprende-se a falar, falando. A escrever, escrevendo. Nesse sentido, é imprescindível que cada escola possua o seu meio de comunicação. Até cada sala de aula. Que seja um boletim batido à má-

quina. Ou um alto-falante, onde se fala e se escuta a própria voz. A escola como um todo deve ter seu meio de comunicação. É aí que os alunos aprendem a ser sujeitos, praticar comunicação. Mas não pode ser um meio (jornal, por exemplo) onde só o diretor ou os professores escrevem. É preciso que os alunos digam sua palavra. Mesmo que os professores não gostem. Então vai-se discutir o assunto. O professor já fica falando quase o tempo todo durante a aula. Isso não é educação dialogal, mas um monólogo de duas bocas. É evidente, também que não se pode deixar tudo aos alunos e os professores calarem a boca. Seria apenas trocar o dono, mas a relação de dominação continuaria. O diálogo supõe amor. Supõe estar um ao lado do outro e não um por cima do outro. Porque todos sabem alguma coisa. E no diálogo se coloca em comum esse saber.

Penso que não seria demais dizer que uma escola que não pratique a comunicação, não leve os educandos a serem sujeitos de comunicação, é uma escola fracassada. Forma robôs, autômatos, mas não sujeitos. Numa era como a nossa, em que a comunicação faz a realidade, em que quem detém a comunicação detém o poder, ninguém pode prescindir desse direito. E o que se diz aqui da escola, vale para a família, para os grupos religiosos, para os sindicatos, para as associações de bairro, para as comunidades de base, para os clubes de mães, para toda e qualquer organização que queira ser verdadeiramente educadora. Graças a Deus, há associações de bairro, comunidades de base, principalmente entre os mais pobres e oprimidos, que já se deram conta disso e já possuem um meio de comunicação, seu pequeno boletim, seu jornalzinho, ou seu alto-falante, onde eles dizem sua palavra, ouvem sua voz, procuram garantir seu direito de ser gente livre.

4) *O exercício crítico da comunicação*

No estudo da exploração das contradições dentro da comunicação apresenta-se como um trabalho muito proveitoso o exercício da comparação crítica entre as diversas publicações. As diferenças surgidas obrigam as pessoas a se questionarem e a desconfiarem da fidelidade das notícias que a todo momento estão escutando.

Assim, por exemplo, é importante ver as versões de vários órgãos de comunicação ao mesmo tempo. A mesma notícia parece de maneira diferente em diversos jornais. Por que isso? Qual a razão de um jornal acentuar uma parte, e outro jornal enfatizar uma outra? O que se esconde por detrás dessa seleção e discriminação?

Melhor ainda será a comparação da notícia dada com a pesquisa na própria fonte da notícia. Se alguma notícia é dada sobre nossa cidade, ou sobre alguma pessoa ou entidade à qual nós podemos ter acesso, é extremamente proveitoso, para a criação duma consciência crítica a respeito dos meios de comunicação, conferir a notícia dada com a versão original na fonte. Perceber-se-á, através disso, como a notícia foi distorcida, que os elementos foram selecionados e quais foram esquecidos, o quanto da verdade foi, realmente, comunicado. Esses exercícios são úteis e fáceis, principalmente para escolas ou grupos de jovens que queiram se dedicar ao aprofundamento da problemática da comunicação.

Dentro dessa análise crítica da comunicação podem ser escolhidos tópicos específicos para análise, como, por exemplo, a maneira como a família (a realidade família) é tratada na novela tal, ou como a Igreja é tratada nas notícias de tal TV, de tal jornal; ou como os moradores das vilas são tratados em determinados meios de comunicação, e assim por diante.

A prova de que a comunicação alternativa é eficaz e importante é o incômodo e a dor de cabeça que ela causa aos donos do poder. Quando o povo começa a se comunicar, a dizer sua palavra, a fazer escutar sua voz, os donos do capital e dos meios oficiais tentam silenciá-lo de toda maneira. A censura que foi exercida, e ainda é exercida de outras formas, no fundo, é o medo de que o povo exerça seu direito humano à comunicação.

Se examinarmos nossa história, vemos que os meios de comunicação alternativos foram durante muito tempo reprimidos. Se os donos do poder não podiam silenciá-los na origem, impedindo que os jornais publicassem determinadas notícias, eles os reprimiam na distribuição. É só lembrar os famosos atentados às

bancas de jornais, os incêndios às impressoras etc. Atualmente essa censura é mais sofisticada, pois ela deve ser feita pelos próprios donos dos meios de comunicação, é a censura interna. No momento em que algum órgão publicar algo a mais do permitido pelo capital, ele ou é fechado, ou é reprimido de forma indireta, não podendo ter crédito, não podendo importar instrumentos ou material essencial para sua sobrevivência.

Só faz história quem participa na construção dessa história. E a participação na história implica na participação da discussão dos rumos que essa história vai tomar e na discussão do planejamento do futuro de nossa pátria. É fundamental que todos os grupos organizados possam fazer ouvir sua voz e participar dessas decisões.

A FORÇA DA UTOPIA

Alguém poderá se perguntar, um tanto assustado, por que um capítulo sobre Utopia num livro que trata de sociologia? Muitos serão levados a pensar assim: Sociologia estuda o fato social, o que está aí, o que aconteceu ou acontece; utopia, pelo que se sabe, tem a ver com algo imaginário, futurista, sonhador... Utopia parece até ser o contrário de sociologia.

Pois é exatamente este ponto que nós vamos discutir, e tentar mostrar o quanto nossa cabeça está feita pelos outros e o quanto de ideologia nós já engolimos. Vamos por partes, para podermos penetrar nessa problemática.

1) A definição ideológica de realidade

Nós sempre fomos ensinados, desde que começamos a ver e ouvir, que *realidade* é o que está aí, o que nós vemos, o que nós podemos apalpar, o que existe. Nós formamos uma idéia de realidade a partir do que está presente, a partir do que existe agora. Podemos então perguntar: Mas "*realidade*" é só isso? Realidade não é também o que será? O que é "possível" não faz parte também da realidade?

Mas o que implica aceitar como verdade e realidade o que está aí, o positivo? Em poucas palavras, isso implica em fechar o caminho à transformação, à mudança: melhor, isso significa trancar a esperança! Quando identificamos o verdadeiro e o real com o que está aí, automaticamente somos levados a pensar e aceitar que o que está aí é o bom, é o melhor, deve continuar, deve ser assim sempre, não é bom que mude. Nós fechamos a janela ao futuro, ao possível. Perdemos o ímpeto da criação e da renovação do mundo, da sociedade, das coisas. Nós passamos a identificar o existente como se fosse o único possível, como se fosse absoluto, determinado. Identificamos o cultural (isto é, o criado pelos homens) com o natural (isto é, o determinado, necessário).

O que se vê, então, no nosso mundo? Por toda a parte, escutamos afirmações como estas: "Mas isso é natural". Ou então: "Isso sempre foi assim". Ou ainda: "Você não vê que isso é assim mesmo?" Pois, atrás dessas frases está a ideologia da manutenção do "status quo", a ideologia de que é impossível mudar e melhorar as coisas, a ideologia que mata toda a esperança.

A quem interessam essas afirmações, essas crenças de que tudo é "natural"? Evidentemente, isso interessa a quem está por cima, a quem está muito bem como está, pois está cheio de privilégios, mordomias, está sempre no bem-bom. É importante, pois, que desencoraje os outros a mudarem. E a melhor maneira de desencorajar os outros é convencê-los de que não se pode mudar, e que o que está aí sempre foi assim. Quando alguém se convence de que as coisas são assim, pronto. Já perdeu a batalha.

2) *Que é utopia?*

Mas aqui surge a utopia. Ela é a qualidade do ser humano ainda não embrutecido pela sua fraqueza ou pela realidade tremenda. É a liberdade que o homem se reserva de opor às situações decepcionantes e injustas uma força contraditória: a esperança. Esperança de que aquilo que não é, não existe agora, pode vir a ser, tornando realidade presente aquilo que precisa acontecer.

A utopia é a imaginação criadora, exigente, que faz presente o futuro real, a partir do presente passível de ser transformado e melhorado.

A grande diferença entre o utópico e o "realismo responsável - cuja única realização, além da demagogia, é a defesa da estagnação" (Teixeira Coelho) é que o utópico consegue fazer nascer o ser humano que está sendo gerado no seio do presente, ao passo que o realista o aborta, não o deixa nascer, o prende e o mata.

Há diferença entre profecia e utopia. A profecia é visualização do não sabido, do desconhecido. A imaginação utópica é a projeção do *sabido*, do consciente. A utopia luta pela materializa-

ção de um desejo presente. Ela "*projeta*", isto é, "lança adiante de si", as coisas que devem acontecer e poderão acontecer se o homem quiser. A imaginação utópica dá à luz o que já está presente no seio das coisas.

Há diferença profunda também entre a burocracia e a utopia. Para os burocratas, só é bom o que é presente e só são possíveis mundos inteiramente ordenados e previsíveis; eles vêm no exercício da imaginação utópica um perigo a suas vontades totalitárias. Para os utópicos, a imaginação é uma função própria e constante do ser humano, que deve ser exercida a todo momento, na escola, na política, na vida amorosa. Num mundo em que, pela vontade consciente de alguns e pela omissão da maioria (como demonstra a insânia nuclear, a "pacífica" e a militar), o homem vem demonstrando, senão uma tendência para o suicídio, pelo menos uma resignação com a possibilidade do aniquilamento total, é importante agitar a idéia multicolorida da utopia.

3) *Um pouco da história da utopia*

A imaginação utópica sempre esteve presente na história dos homens. Entre as sociedades primitivas, a utopia sempre esteve presente sob a forma de lendas e crenças que falavam dum outro mundo, às vezes, situado neste próprio mundo, onde havia felicidade e vida melhor. E nas sociedades históricas, a utopia se fez presente nas formas de pensamento religioso.

Podem ser chamados de utópicos livros como "A República", de Platão; os "Atos dos Apóstolos", da Bíblia; a "Utopia", de Thomas More; "A Cidade do Sol", de Campanella; "Icaria", de Cabet, e outros. Entre os autores utópicos podem ser citados também o inglês Robert Owen, os franceses Saint-Simon e Charles Fourier. Todos eles criaram projetos utopistas para sua época, imaginações criadoras que transformaram muitas sociedades, e servem ainda hoje de inspiração para muitos agentes sociais.

Entre outras criações dos espíritos, utópicos podemos citar:

- a abolição da propriedade privada, vista como a fonte de muitos males para a maioria deles;
- a igualdade entre os sexos, com idênticas possibilidades para ambos na comunidade;
- educação para todos: educação não era, contudo, a tentativa de enfiar na cabeça do estudante algumas coisas para que ele as vomitasse depois, apodrecidas, mas a criação de condições para que a pessoa descobrisse, por si só, seu caminho;
- a justiça não seria a fria mecânica quantitativa dos códigos burocráticos, mas algo derivado do sentimento moral interior.

No livro "Utopia", de Thomas More, descobrem-se coisas interessantes, como por exemplo:

- em "Utopia", há eleições (uma aspiração quase impossível para a época); todas as discussões relativas à comunidade têm de ser feitas no interior da Assembléia; fazê-las fora seria crime, pois se poderia estar tramando contra o povo (diga-se de passagem que, se esse critério fosse aplicado hoje, não haveria quase políticos e governantes fora da cadeia).
- em "Utopia", todos trabalham: para que todos possam trabalhar menos, a jornada é de 6 horas diárias, coisa notável quando se pensa que, há um século atrás, na Inglaterra, a jornada era de 12 a 16 horas, e no Brasil hoje é de oito horas – quando não de 10 a 12 devido ao trabalho extra.
- em "Utopia", prevê-se o princípio de alternância de funções entre as pessoas; este, mais o trabalho obrigatório na agricultura, deveria impedir o desequilíbrio psicológico e social frequentemente constatado entre os que são obrigados a permanecer a vida inteira numa função limitada; isso foi o que Mao Tsé-Tung aplicou na China.

- a divisão de classes inexistente em "Utopia", como também a propriedade privada; há grandes armazéns onde todos recebem o que precisam; lá a vida é possível também sem dinheiro; ouro há em abundância, mas apenas para pagar soldados mercenários, corromper inimigos e ... fabricar vasos sanitários; o objetivo disso é claro: acostumar o utopiano a desprezar o dinheiro... A vida comum é estimada na ilha de "Utopia", onde grupos de 300 famílias se reúnem para tomar refeições.

O que se percebe da análise desses pensadores é que muita coisa projetada por eles veio a se realizar, e muita coisa ainda não se realizou. A gente percebe claramente que se algumas coisas se realizaram e outras não, isso não é devido ao fato de não serem possíveis, mas devido, em geral, à nossa falta de coragem e nossa inoperância. Para Platão e More, tudo era ainda utópico; para nós, algo já se concretizou; devemos lutar para que outras coisas venham a se tornar presentes, isso depende de nós unicamente.

Mas aqui você percebe a força e a safadeza da ideologia: coisas como sociedade sem classes, sem propriedade privada, inexistência de dinheiro etc. são mostradas e ensinadas como "impossíveis", "irrealizáveis", "puros sonhos"...

CONCLUSÃO

Esse livro é dirigido principalmente aos jovens; jovens são a maioria de seus leitores. Penso que não haja assunto e realidade mais central, mais presente e mais quente para a juventude de hoje que essa discussão sobre utopia. Dos jovens depende que ela chegue a se concretizar, a se fazer presente. O futuro também é realidade, também faz parte das coisas possíveis. Não deixemos que nos convençam de que a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a justiça são impossíveis. E a quem nos gritar nos ouvidos, ou nos sussurrar maciamente e sedutoramente que nos calemos, que nos fechemos, que façamos somente o que eles nos dizem ou indicam, nós devemos responder com a afirmação dos estudantes europeus que conseguiram, através de sua luta e coragem, mudar completamente o ensino nas universidades: "Sejamos realistas: exijamos o impossível".

Não nos deixemos amarrar e aprisionar pelo que está aí. O que está aí é apenas parte da verdade e da realidade. O futuro também faz parte da verdade e da realidade. E o futuro está sendo gerado no presente. Depende de nós fazê-lo nascer, torná-lo presente. Tudo é possível a quem quer. Essa a nossa consciência, a nossa convicção. O futuro nos pertence. O impossível não existe para nós. "Sejamos realistas: *exijamos o impossível*".